

RENATA SOPELSA

**“AQUERENCIADOS EM UM NOVO RINCÃO”:
Migrantes e o culto às tradições gaúchas na cidade de Ponta Grossa – Pr
(1958-1968)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dra. Maria Luiza Andrezza

Co-orientador: Prof. Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade

CURITIBA
2005

AGRADECIMENTOS

Ao Carlos, em gratidão pelo amor de todos os dias.

À minha família, pelo carinho e apoio constantes ao longo de toda minha formação acadêmica, continuamente desejando meu sucesso.

Ao amigo, Anselmo, pelos diálogos alegres e palavras de apoio e serenidade nos momentos de angústias e incertezas.

Ao Marcos Stancik, que no início do mestrado revelou-se um interlocutor atento e tranqüilo, sempre disposto a me ajudar.

Aos colegas de mestrado, Andréa, Rosiane e André, parceiros de aprendizagem, junto aos quais trilhei parte do caminho.

Ao Miltoninho, mais do que colega, um amigo estimado, que sempre com carinho procurou me incentivar.

À Georgiane, agradeço especialmente. Companheira de estrada, amiga querida, com quem dividi leituras e conhecimentos, mas também confidências e sonhos.

À Casa de Memória de Ponta Grossa e ao Museu Campos Gerais, sou grata por me possibilitarem acesso irrestrito ao seu acervo documental.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, em especial ao Magnus Roberto de Mello Pereira, Antonio César de Almeida Santos e Ana Paula Vosne Martins, pelo interesse, leitura e discussão dos meus trabalhos.

Aos professores Luis Geraldo da Silva e Ana Maria Burmester, cujas observações no exame de qualificação foram oportunas e pertinentes, contribuindo muito para a moldagem final da dissertação.

Ao professor Cláudio Denipoti, que acompanhou um momento precedente da pesquisa, e que aceitou partilhar do seu resultado.

Minha especial deferência à professora Maria Luiza Andrezza, por acreditar na minha capacidade, desde os momentos preliminares ao mestrado até a redação final da dissertação, sempre contribuindo com sugestões, intervenções precisas, com muita maestria.

Por fim, dirijo um agradecimento especial à professora Etelvina Maria de Castro Trindade, sua paciência, dedicação e apoio foram decisivos para a realização do trabalho. Mais ainda, sua serenidade, delicadeza, integridade e absoluta competência tornaram-se meus modelos de conduta profissional.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – DO RIO GRANDE AO PARANÁ	11
1.1 A Província de São Pedro	11
1.2 A construção da identidade rio-grandense	19
1.2.1 As tradições e o gaúcho	24
1.2.2 O CTG gaúcho	29
1.3 Paraná: terra de acolhida	32
1.3.1 Do passado campeiro à cidade heterogênea	36
1.3.2 Um novo momento histórico	39
CAPÍTULO II – CTG VILA VELHA: CENTRO DE TRADIÇÕES ‘CAMPEIRAS’	44
2.1 Ponta Grossa: o CTG dos gaúchos”	46
2.2 O CTG dos “fazendeiros”	53
2.3 O CTG dos novos sócios	58
2.4 De campeiros a gaúcho	62
2.5 Um ambiente de festa	69
2.5.1 Os bailes	71
2.5.2 O rodeio	74
2.6 Cooperação e divisões	78
CAPÍTULO III – PONTA GROSSA: SEUS GRUPOS, SEUS INDIVÍDUOS	68
3.1 Essa gente de Ponta Grossa	83
3.2 Por dentro: Unidade e Diversidade	92
3.3 Para fora...	99
CONCLUSÃO	109
FONTES	114
BIBLIOGRAFIA	117

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 :	
Rua Bonifácio Vilela – década de 1940 _____	40
FIGURA 2:	
Folheto de divulgação do Primeiro Rodeio Tradicionalista do Paraná _____	75
FIGURA 3	
Visão Geral do Primeiro Rodeio Tradicionalista do Paraná – 1965 _____	77
FIGURA 4	
Grupo Folclórico do CTG Vila Velha Apresentação no Clube Princesa dos campos – 1962 _____	102
FIGURA 5	
Integrantes do CTG Vila Velha – década de 1960 _____	106

RESUMO

Esta dissertação analisa o culto as tradições gaúchas realizado na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, através do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, primeiro CTG fundado fora do estado de origem do Movimento Tradicionalista. Busca, portanto, apresentar esse centro enquanto um espaço sócio-cultural que aglutinou indivíduos de diferentes níveis sociais e econômicos, de ambos os sexos e de várias idades, em torno de um conjunto de práticas, valores e comportamentos associados ao gaúcho. Para isso, examina historicamente a construção dessa figura emblemática e dos elementos culturais que a envolvem, até chegar às entidades tradicionalistas ao final da década de 1940, palcos privilegiados para a sua exaltação, e ao CTG paranaense. Adiante, relaciona o surgimento do ‘Vila Velha’ com o processo de ressocialização e reconstrução dos referenciais identitários de migrantes rio-grandenses, que imersos nesse outro mundo social, visavam inserir-se e ganhar visibilidade em meio à sociedade de acolhida. Ainda dentro da perspectiva da busca por inserção, discute a entrada de diversos proprietários rurais no centro, os quais desenvolveram uma mudança na sua estrutura física e jurídica, e principalmente, a elaboração de um discurso político-ideológico que transformou todo homem do campo em “gaúcho paranaense”. No momento seguinte, apresenta os novos sócios do centro, indivíduos que não possuíam ligação alguma com o Rio Grande do Sul, mas sim com o espaço campeiro, e que foram atraídos pelas idéias ocultas na divulgação do CTG. Juntos, migrantes gaúchos, fazendeiros e egressos do campo, bem como suas esposas, filhos e netos, acabaram formando um grupo social entre os demais que davam forma a sociedade ponta-grossense, na década de 1960. Nesse sentido, muito embora existissem relações conflituosas entre eles, reconheciam-se e a buscaram ser reconhecidos como um grupo portador e defensor de valores e visões específicos, um grupo de “gaúchos”, que defendia suas “tradições”.

ABSTRACT

This work analyzes the cult to 'gauchas' (coming from the furthest South state in the country) traditions kept in the city of Ponta Grossa, in Paraná, through the Vila Velha 'Gauchas' Traditions Center, first association of this kind founded outside the state of origin of the Traditionalist Movement (Rio Grande do Sul). It aims, therefore, at presenting this center as a socio-cultural space which gathered individuals of different social and economic levels, of both sexes and different ages, around a set of practices, values and behaviors associated to the 'gauchos'. In order to achieve its aims, this research examines historically the construction of this emblematic figure and the cultural elements that involve it, until it gets to the traditionalist entities in the late 40s, privileged stages of its valorization, and the CTG of Paraná. It also relates the birth of the 'Vila Velha' with the process of re-socialization and reconstruction of the Rio Grande do Sul migrants' identity referential, who immersed into a different social world, tried to insert themselves and gain visibility within the host society. Within this perspective, it discusses the entrance of several land owners in the center, who developed changes in its physical and juridical structure, and mainly, the elaboration of an ideological-political discourse that turned each peasant into a "gaucho paranaense". This work also presents the new members of the center, individuals who had no link with Rio Grande do Sul, but were connected to the 'field space', and that were attracted by the ideas embedded in the CTG advertisement. Together, gauchos migrants, farm owners and people who worked on the field, as well as their wives, children and grandchildren, formed a social group among the others that shaped the Ponta Grossa society in the 60s. In this sense, even bearing some conflict among them, they made themselves known as a group that owned and defended specific values and views, a group of "gauchos" that defended their "traditions".

Quando se fala em tradições gaúchas, invariável e, na maioria das vezes, irrefletidamente, se faz alusão a um modelo que foi construído com base em determinadas representações acerca da vida no campo, na região que ficou conhecida como pampa¹, bem como à figura daquele que seria seu arrojado e destemido habitante: o gaúcho.

Trata-se de tipo social específico, descrito como sendo portador de uma autenticidade de costumes e comportamentos, “cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza...”²

Mas o gaúcho nem sempre possuiu essa versão elogiosa, ao contrário, sua imagem sofreu profundas transformações, em diferentes momentos e contextos históricos, até chegar as características atualmente conhecidas e ao significado gentílico que implica em todos os nascidos no Rio Grande do Sul.

¹ Pampa é o nome dado às extensas planícies da região sudoeste do Rio Grande do Sul, chamada de Campanha, cujas pastagens são ideais para a criação de gado.

² OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, p. 50.

No período colonial, o rio-grandense era chamado de “guasca” ou “gaudério”, termos com conotação pejorativa aplicados originalmente para designar os descendentes de índios, portugueses e espanhóis, que viviam de prear gado no território disputado entre as Coroas Ibéricas. Não obstante, em alguns documentos e relatos de viajantes escritos no final do século XVIII, esses aventureiros foram identificados pela expressão “gaúchos”, que manteve o sentido de homens fora de lei.³

Ao longo dos oitocentos, tanto esse termo quanto a figura que o acompanhava foram gradativamente resignificados, processo que ganhou ímpeto já no período compreendido pela Primeira República. Com efeito, nesse outro contexto histórico, o gaúcho passou por uma profunda reelaboração e, a partir das habilidades nas atividades campeiras e da participação nas guerras contra os espanhóis, foi traduzido em um homem forte, dotado de qualidade físicas e morais exemplares.⁴

Ao estudar esse processo, Flavio Loureiro Chaves argumenta que

À medida que foi desfigurado e distanciado das origens, o gaúcho também foi nobilitado... Trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico e processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro, inserindo-o num espaço heróico onde os atributos de coragem, virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo momento, transportando-o para o plano do mito.⁵

Inicialmente difundida através da literatura e da historiografia rio-grandense, e mais conhecida no âmbito regional, essa versão mitológica do gaúcho ganhou notoriedade nacional somente na segunda metade do século XX, face à colaboração que obteve do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Inspirado na vida das estâncias e no passado, a princípio, esse movimento tinha por objetivo reproduzir o ambiente rural da Campanha para o espaço urbano através

³ Idem.

⁴ GONZAGA, Sergius. As Mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura.. GONZAGA, Sergius & DACANAL, José Hildebrando. **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

⁵ CHAVES, Flavio Loureiro. “**O Gaúcho: literatura e ideologia**”. O Estado de São Paulo, Suplemente “Cultura”, ano IV, n 177, 30 de outubro de 1983.

dos Centros de Tradições Gaúchas. No entanto, com o crescimento do número de CTGs, que acabaram alastrando-se por outros estados da federação, propositalmente transformou-se em um veículo do gaúcho e de suas tradições.

Na verdade, essa ambição de resgatar os hábitos campeiros já havia existia anteriormente. Tome-se como exemplo o Paternon Literário, fundado por um grupo de literatos em Porto Alegre, no ano de 1868, cujos trabalhos realizaram a exaltação da temática regionalista. Trinta anos depois, também na capital, foi criado o Grêmio Gaúcho, entidade que possuía a perspectiva de preservar as tradições e que claramente promoveu um culto ao herói rio-grandense.

Mas foi em 1948, em Porto Alegre, que nasceu o “35 CTG”, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, idealizado por um grupo de estudantes secundaristas que visavam reviver, em um galpão improvisado, o modo de vida associado ao gaúcho. Para surpresa desses rapazes, em pouco tempo o “35” não apenas atraiu um expressivo número de associados, como inspirou a criação de outras entidades, em outros municípios. Assim, em menos de seis anos já existiam trinta e cinco centros espalhados pelo Rio Grande do Sul, todos preocupados em evocar o gaúcho guerreiro, livre, viril e, principalmente, campeador.

Logo adiante, surgiu o primeiro CTG fora do estado. Tratava-se do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, fundado em 1958 em Ponta Grossa, no Paraná.

Localizada na região que ficou conhecida como Campos Gerais, essa cidade não havia conhecido lutas pela definição de limites territoriais, nem estâncias ou peões guerreiros, mas igualmente possuía um passado campeiro, um passado em que homens e mulheres, fazendeiros, peões e escravos conviviam e viviam no campo, às voltas com a criação de animais. Alias, segundo relatos deixados por viajantes estrangeiros que percorreram a região no século XIX, ou mesmo alguns documentos oficiais desse período, para além da semelhança quanto à vida no campo, existiam determinadas similaridades de hábitos, vestuário ou mesmo de vocabulário, entre os habitantes dos Campos Gerais e os do pampa gaúcho.

Todavia, nas últimas décadas do século XIX a chamada sociedade campeira começou a se desintegrar, manifestando-se nesse momento uma crise na pecuária e nos negócios de invernagem. A constante queda da produção das fazendas e a perda dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro constituíam um dos principais fatores da crise.

Ponta Grossa passou então por profundas mudanças com a chegada das estradas de ferro, dos imigrantes estrangeiros e com o surgimento de várias atividades comerciais, fato que culminou na formação de uma sociedade bastante diferente a partir da década de 1930.

Já no final dos anos 50, quando a cidade encontrava-se em um novo contexto histórico, nela começa a atuar o CTG Vila Velha.

Esta dissertação teve por objetivo, portanto, investigar esse Centro de Tradições Gaúchas enquanto um espaço sócio-cultural que foi capaz de aglutinar indivíduos de diferentes níveis sociais e econômicos, de ambos os sexos e de várias idades, em torno de práticas sócio-culturais e visões de mundo específicas, buscando perceber como se dava a integração entre eles, quais seus projetos e atividades, bem como qual o posicionamento que tinham frente àquele momento histórico e à sociedade pontagrossense.

Para tanto, em uma primeira etapa da investigação, foi preciso recorrer à leitura de obras que analisaram o culto ao gaúcho e às suas tradições, as quais naturalmente remeteram aos estudos sobre a história do Rio Grande do Sul. Deu-se, então, o encontro com as discussões de Ruben George Oliven acerca do surgimento e atuação do Movimento Tradicionalista - “o maior movimento de cultura popular do mundo ocidental”⁶ - bem como sobre a construção desse personagem campeiro e do conjunto de práticas que o acompanha.⁷ Nesse mesmo viés, Maria Eunice Maciel revelou os CTGs como veículos de difusão e legitimação desse ‘tipo característico’ do rio-

⁶ OLIVEN, Ruben George. **O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental**”: o Tradicionalismo Gaúcho. IN: Cadernos de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, n.1, 1990.

⁷ OLIVEN, R. G. **O Rio Grande do Sul e o Brasil**: uma relação controvertida. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais., vol. 3, n.9, 1989; **A parte e o todo...**op.cit.

grandense, não somente no âmbito interno, como também perante o cenário nacional.⁸ Já as pesquisas de Sandra Jatahy Pesavento e Sergius Gonzaga, para além de possibilitarem o conhecimento sobre a história regional, revelaram as intenções ideológicas ocultas na mitificação do gaúcho.⁹

No que concerniu ao Paraná, os trabalhos dos historiadores Carlos Roberto Antunes dos Santos, Etelvina Maria de Castro Trindade, Maria Luiza Andreazza e Marion Brepohl de Magalhães, possibilitaram o acesso a um rico panorama sobre a trajetória social, política, cultural e econômica do estado.¹⁰ Paralelamente, travou-se contato com uma série de estudos relativos à cidade de Ponta Grossa, dentre os quais vale destacar aqueles realizados por Maria Aparecida Cezar Gonçalves, Elisabete Alves Pinto¹¹ e José Carlos Milléo de Paula.¹²

Doravante, novas leituras e outros autores foram acrescentados à presente dissertação, transformando-se em um importante referencial teórico.

Primeiramente, para discussão mais aprofundada sobre o tema das tradições, fez-se a leitura detalhada da obra de Eric Hobsbawn e Terence Ranger, a qual indica-as como “um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica” que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição”. Hobsbawn argumenta ainda que “elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase

⁸ MACIEL, Maria Eunice. **Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul**. IN: Revista de Humanas, Porto Alegre. v. 22, n 1-2, 1999.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Historiografia e Ideologia. IN: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

¹⁰ Para além dos artigos e livros consultados, foram de grande valor para a presente dissertação os trabalhos destes historiadores reunidos na **Coleção História do Paraná; textos introdutórios**, publicados pela Secretária de Estado da Educação do Paraná.

¹¹ GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas, 1983.

¹² DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-Pr**. Dissertação de Mestrado. Unesp -Rio Claro, 1993.

que obrigatória”.¹³ Nesses termos, os usos e costumes celebrados no CTG paranaense buscariam manter vivas determinadas práticas do passado, ou reinventá-las, mas já com outros significados, os quais estariam de acordo com as injunções de sua época e do grupo que o compunha.

Adiante, porém, surgiu a percepção de que as práticas e idéias que caracterizavam o convívio dentro do centro não eram apenas a reprodução de velhos elementos culturais comuns no passado campeiro de Ponta Grossa, eram também, e principalmente, apropriações de hábitos, comportamentos, modos de pensar e agir atribuídos ao gaúcho e divulgados pelo Movimento Tradicionalista. Nesse sentido, os estudos de Roger Chartier tornaram-se uma leitura obrigatória e elucidativa para a compreensão sobre a releitura do gaúcho e das suas tradições empreendida pelos sócios do Vila Velha, releitura esta que resultou na reinterpretação de seus próprios valores e anseios, de seus referenciais identitários.¹⁴

Fez-se premente, nesse outro momento da pesquisa, o encontro com autores que refletissem sobre o tema identidade. Dentre eles, Denys Cuche forneceu relevantes subsídios para a análise acerca do surgimento e fortalecimento dos traços distintivos que passaram a caracterizar os membros do CTG.¹⁵ Já o sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua discussão sobre a estigmatização de grupos mais frágeis por outros que possuem maior poder simbólico, contribuiu para a percepção das estratégias utilizadas por esses indivíduos para defender seus sinais diacríticos, redefinir os critérios de avaliação da sua identidade e fazer-se reconhecido pela sociedade pontagrossense.¹⁶

Todavia, deve-se salientar que foram os estudos de Norbert Elias que influenciaram mais decisivamente a direção teórica da investigação. A partir das

¹³ HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9 e 10.

¹⁴ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel Ed, 1990.

¹⁵ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1969.

discussões desse autor cunhou-se uma via de interpretação capaz de revelar os moradores de Ponta Grossa como sendo membros de uma configuração social, uma sociedade formada por uma pluralidade de indivíduos interdependentes, na qual existiam grupos sociais distintos cujos membros se uniam em torno de valores e visões de mundo específicos.¹⁷

Com base nessas premissas, tornou-se lícito visualizar os migrantes inscritos no Vila Velha como um grupo de “outsiders” que, para além dos conflitos internos decorrentes das diferenças de nível social e de poder entre eles, ao interagir com os demais indivíduos e grupos que davam forma a sociedade ponta-grossense, naturalmente acabaram vivenciando uma série de antagonismo durante o período em que foram contemplados por essa investigação.¹⁸ Trata-se de uma baliza cronológica que compreende os dez primeiros anos de atividade do centro e que foi assim estipulado visando permitir o estudo sobre as etapas de fundação, estruturação e estabelecimento dos alicerces que permitiram aos seus membros perceberem-se e serem percebidos como um grupo social.

Toda essa base teórica deu suporte ao estudo crítico das fontes utilizadas, que podem ser divididas em três grupos. Primeiramente foram analisados os Livros de Atas do CTG, referentes aos anos de 1958 a 1966 e 1967 a 1980, o Estatuto e artigos do “Jornal da Manhã”; todos encontrados no arquivo da Casa da Memória de Ponta Grossa. Juntaram-se a eles os artigos do jornal “Diário dos Campos”, por sua vez pertencente ao acervo histórico do Museu Campos Gerais. O exame desses documentos manuscritos e impressos, permitiu entrever a configuração interna do centro, as trocas de diretoria, as mudanças de objetivos, a forma e a assiduidade dos seus eventos sócio-culturais, bem como o crescimento do número de adeptos e quais os seus nomes. Alias, a partir desse levantamento foi possível acrescer a pesquisa com a realização de

¹⁷ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1994; **O processo civilizador**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1993.

¹⁸ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

entrevistas com antigos sócios, chegando ao total de doze depoimentos gravados, o segundo grupo de fontes utilizadas.

Deve ressaltar que o uso de fontes orais foi norteador pelas discussões do historiador Antonio César de Almeida Santos, cujos apontamentos advertem que a rememoração do vivido não traduz a existência de um dado imediato à percepção (o efetivamente realizado), pois na verdade o que ocorre é um ato cognitivo por parte do indivíduo que está recordando situações vividas num momento anterior de sua vida, todavia, agora encontrando-se numa posição de distanciamento perante aquele período. Portanto, o resultado dessa rememoração configura-se como uma atribuição de sentido efetuado pelo indivíduo às suas experiências passadas.¹⁹

No mais, a pesquisa seguiu as reflexões sobre história oral e memória empreendidas por Paul Thompson e Maurice Halbwachs. Thompson, de forma geral, discute a necessidade do uso dos procedimentos da história oral que certamente constituem-se em um meio de transformar tanto o conteúdo quanto à finalidade da história, posto que devolve às pessoas que a fizeram e vivenciaram um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.²⁰ Por seu turno, Halbwachs aponta que as situações vividas e rememoradas pelos entrevistados não fazem parte unicamente da memória individual. De acordo com suas considerações, a memória de cada pessoa possui uma relação indissociável com o grupo ao qual a mesma pertencia e estava, não somente física, mas sobretudo afetivamente ligada, afinal ligações efêmeras e rupturas constantes não constroem passado.²¹

Por fim, um último grupo de fontes foi integrado a discussão. Nele estão incluídos livros de contos e poesias de inspiração gauchescas, discos de músicas regionalistas, crônicas, inúmeras fotografias e até o caderno de script de um programa

¹⁹ SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e cidade**. Depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

²⁰ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²¹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

de rádio ligado ao Vila Velha. É interessante evidenciar que esses diversos tipos de documentos históricos foram fornecidos pelos entrevistados, que juntamente com suas memórias, os retiraram do “baú” de recordações. De fato, em conjunto, as informações obtidas nas entrevistas e nesse variado acervo de fontes, revelaram as crenças, os hábitos, comportamentos, as formas de sociabilidade, enfim, a “história” do grupo aglutinado no CTG. No entanto, tal revelação somente foi possível após uma análise minuciosa e crítica das fontes, em outras palavras, apenas pode ocorrer com o ajuste das lentes de pesquisa para perceber mais o não dito, do que o especificamente falado, mais as entrelinhas e as lacunas, do que propriamente aquilo que foi dado a ver.

Isso feito, os resultados do trabalho foram divididos em três capítulos. No primeiro, apresentou-se a construção do gaúcho e das suas tradições, até chegar ao contexto histórico em que foram reelaborados pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho e difundidos através dos Centros de Tradições em todo o estado do Rio Grande do Sul, e uma década depois também no território paranaense. A partir desse momento, buscou-se evidenciar que a fundação do primeiro CTG fora do estado de origem, ocorreu em uma cidade dona de um passado igualmente marcado pela vida no campo, pela criação e comércio de animais. Não obstante, efetuou-se uma discussão acerca das transformações ocorridas em Ponta Grossa ao longo das primeiras décadas do século XX, transformações estas que resultaram na formação de uma sociedade complexa e heterogênea na década de 1950. Importa enfatizar que o acompanhamento da constituição histórica da cidade, buscou revelar as especificidades do palco onde foi fundado o primeiro CTG fora do estado de origem desse movimento, as quais influenciaram diretamente os rumos do centro.

A fundação, os novos sócios, os novos rumos, as novas interpretações do gaúcho e das tradições gaúchas, esses foram os assuntos discutidos no segundo capítulo. Nele buscou-se analisar criticamente as motivações que levaram o grupo de migrantes gaúchos a criar o CTG Vila Velha e, a seguir, as mudanças que ocorreram no centro

após a entrada de diversos proprietários rurais e de inúmeros indivíduos que mantinham algum tipo de ligação com o mundo campeiro. No mais, nele foram apresentadas as festividades e as divisões internas do grupo, cuja descrição tornou possível pensar as tensões entre os membros, desencadeadas pelo desnível de poder econômico e social entre eles.

Com efeito, pensar teoricamente as tensões que existiam entre os participantes do CTG, e, principalmente, aquelas que caracterizavam a sua relação, enquanto um grupo social com valores e visões de mundo distintos, com os grupos que há mais tempo interagiam na figuração social abrangente e complexa que era Ponta Grossa, nos anos 60.

Ao fim e ao cabo, essa dissertação buscou refletir sobre as especificidades que o culto às tradições gaúchas assumiu em meio à sociedade ponta-grossense, culto este que levou indivíduos que não possuíam qualquer ligação com o Rio Grande do Sul à empreenderem uma significativa mudança tanto nas relações objetivas, quanto no plano subjetivo de suas existências.

1.1 A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

No decorrer do século XIX, o Brasil impressionava os visitantes que chegavam do outro lado do Atlântico devido a sua extensão territorial. Ao contrário da fragmentação ocorrida na área de colonização espanhola, a antiga colônia portuguesa manteve a unidade e conseqüentemente as mesmas divisas alargadas que compreendiam uma ampla parcela da América Latina.

Entre esses viajantes, que com olhar curioso e atento às dessemelhanças entre o Novo e o Velho Mundo percorreram as diversas regiões brasileiras, estavam A. Baguet, belga que considerava o Brasil um “país quase tão grande como a Europa”²², e Maurice

²² BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p. 28. Baguet percorreu a província do Rio Grande de São Pedro em 1945.

Rugendas, para o qual “...seria difícil pintar com traços pronunciados e gerais o caráter nacional dos brasileiros, tanto mais difícil porque eles começam apenas a formar uma nação”.²³

Todavia, mais do que reter as impressões acerca da grandiosidade do império, importa vislumbrar nos relatos a incipiente integração entre as diversas províncias que lhe davam forma. Em um período em que a mobilidade espacial era dificultada pelas enormes distâncias e pela rusticidade dos caminhos, a ligação entre a Corte e as demais regiões, e mesmo entre estas, ocorria precariamente. Deu-se então o desenvolvimento de uma certa autonomia política e econômica, processo que teve início durante o tempo do domínio português.²⁴ Assim, embora governados pelo mesmo monarca, através de um regime que impunha a centralização, pode-se dizer que os moradores das províncias possuíam maiores preocupações com os assuntos locais do que com aqueles ditados pelo centro. É possível ainda afirmar, conforme Rugendas conseguiu averiguar – até porque possuía por parâmetro para a comparação seu país de origem, integrado nacionalmente – que uma década após a proclamação da independência, a idéia de “nação” era um esboço no Brasil, pois seus habitantes identificavam-se de maneira mais concisa como representantes do território provincial. Estava para se firmar a sensação de que eram “brasileiros”.

Não obstante, durante o Império o poder monárquico tornou-se alvo constante de crítica por parte das províncias. Em geral, estas eram dominadas por donos de terras e escravos, as chamadas oligarquias regionais que mantinham-se avessas à centralização pretendida pela Corte, preferindo, muitas vezes, preservar uma autonomia administrativa que garantisse a perpetuação de seu mando e a realização de seus projetos privados. Causava-lhes

²³ Apud: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. Rugendas visitou o Brasil em 1835, e partir das suas impressões de viagem escreveu “Voyage pittoresque dans le Brésil”.

²⁴ VER: SODRÈ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2 ed. Rio de Janeiro: Grafhia, 1998, p. 39. O autor traz uma interessante discussão sobre o problema da unidade e da centralização política no reinado de D. Pedro II, sendo que, em sua opinião, “o país trazia na sua tradição colonial o princípio da descentralização... porque a divisão em capitânicas fazia com que, no governo geral ou no vice-reinado, elas pudessem conduzir-se com relativa autonomia, ligando-se mais intimamente à metrópole... Ligavam-se, assim, muito mais ao fulcro de Lisboa do que umas às outras.”

descontentamento a hegemonia do centro sobre as decisões políticas do restante do Império, sentimento refletido principalmente na não possibilidade de escolher seus próprios representantes, pois os funcionários que exerciam a administração das províncias não eram escolhidos em âmbito local, mas no Rio de Janeiro. Também na Corte eram promulgados os dispositivos que interferiam em seus rumos econômicos, tais como taxas alfandegárias e o valor de impostos, e para sua maior contrariedade, grande parte da arrecadação ficava concentrada no centro, não beneficiando a região.

Nesse contexto, o Rio Grande de São Pedro, a mais meridional dentre as províncias do império, aparecia como um dos pontos de maior insatisfação com a política de dominação-subordinação imposta pela monarquia.

Integrado tardiamente ao restante do Brasil, o Rio Grande permaneceu desvinculado da agricultura de exportação, adquirindo importância no sistema colonial somente a partir da descoberta das minas nas Gerais, quando paulistas e lagunistas começaram a descer em busca do gado xucro para levar até a zona mineradora.²⁵ Interessados na possibilidade de aumentarem seus lucros com a criação, esses tropeiros solicitaram sesmarias na região, enquanto que, de seu lado, diante das dificuldades em conservar Sacramento, a Coroa considerava conveniente que o vasto território entre o Prata e Laguna fosse ocupado. De fato, esse território era um verdadeiro palco de disputas entre lusitanos e espanhóis, que combatiam-se por terra e gado, e também pelo comércio platino. Tratava-se de uma fronteira bastante móvel e instável, o que levou a realização de vários acordos entre as monarquias ibéricas, tais como o Tratado de Madrid e de Santo Idelfonso.²⁶

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. De acordo com a autora, foram os jesuítas que introduziram a criação de gado na província através das reduções. Perante a perseguição pelos bandeirantes, os padres retiraram-se para a outra margem do rio Uruguai, levando os índios e abandonando o rebanho no pampa. Reproduzindo-se à solta, esses animais tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria Del Mar”, p. 9.

²⁶ Firmado em 1750, o Tratado de Madrid estabelecia que Portugal entregaria Sacramento à Espanha em troca das Missões, já no Tratado de Santo Idelfonso a Espanha impôs ao Reino a perda de Sacramento, propondo em troca que Portugal recuperaria Santa Catarina. Para um aprofundamento

Porquanto fosse uma região em permanente estado bélico pela definição de limites territoriais durante o período colonial, nos momentos que se seguiram à proclamação da independência a província de São Pedro apresentava uma situação peculiar frente ao restante do Império: “os rio-grandenses pendularam entre a adesão à nação que se organizava e uma autonomia justificada pela vaga idéia de federalismo que circulava pelo Prata, que equivalia a uma preservação de seus interesses privados”.²⁷

Habitados à guerra - pois cada dono de sesmaria convertia-se em comandante de milícias próprias dispostos a lutar pela ocupação do espaço - esses indivíduos armaram-se contra o Império. Conforme escreveu o presidente do Rio Grande em 1835, ali existia um “partido desorganizador” que pretendia “separar esta Província do resto do Brasil constituindo a república semelhante à do Estado do Uruguai, com a qual pretendem federar...”. Com efeito, no dia 20 de setembro deste ano eclodiu a Revolução Farroupilha, conflito que teve duração de uma década e que acabou com a assinatura da Paz do Ponche Verde, após a habilidade de Caxias ter comprometido o sucesso dos “farrapos”.²⁸

É interessante atentar para a forma de relação entre os castelhanos e os habitantes da província, denunciada pelo presidente à Corte.²⁹ Pode-se conjecturar que desde os primeiros momentos do povoamento até a declaração de autonomia, existiam ligações entre ambos os lados da fronteira que contornavam o simples contato bélico. Não somente os estancieiros, mas também, e talvez principalmente, os indivíduos sem posses, estavam habituados a transitarem ora por terras brasileiras, ora por território espanhol. Por certo que desse trânsito,

sobre essas disputas territoriais entre as Coroas Ibéricas, indica-se a leitura do já referenciado livro da historiadora Sandra Pesavento, “**A História do Rio Grande do Sul**”.

²⁷ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “**O Rio Grande de São Pedro e a fronteira no Espaço Platino na primeira metade do século XIX**”. IN: XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: ANPUH, 2005.

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁹ É pertinente afirmar que havia certa proximidade diplomática entre os rio-grandenses e os castelhanos, a qual tornou-se evidente no decorrer do conflito farroupilha. Segundo Guazzelli, a sobrevivência da República Rio-grandense dependia do Estado Oriental, não apenas como refúgio às perseguições, mas também como mercado para o couro e o charque, e como fornecedor de armas e munições. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. “**O Rio Grande de São Pedro...**”, op.cit.

por vezes amigável, por vezes hostil, certamente resultou uma mescla de hábitos, vocabulário, comportamentos e mesmo de crenças e valores.

Todavia, de maior importância é a constatação sobre a forma de relação entre província de São Pedro e o Brasil, evidenciada pelo levante farrapo. Do período formativo à intenção separatista, a região foi acentuadamente marcada pelo seu caráter fronteiriço e militarizado, fator que tornou difícil o relacionamento com o centro do poder, pois a oligarquia regional relutava em atender as reivindicações monárquicas. Porém, uma vez finalizada a revolução, essa “unidade política” percebeu ser incapaz de existir fora do território brasileiro, sendo forçosa a sua reintegração à nação que vinha organizando-se, mas tal processo igualmente não ocorreu sem conflito.

No decorrer do evento farroupilha, os habitantes da província foram tomados pela percepção de que eram “rio-grandenses” e, nesse sentido, possuíam fortes traços distintivos perante o restante dos habitantes das demais regiões do Império. Da luta constante contra os castelhanos, da sua proximidade e convivência com eles, do sentimento de afastamento com relação ao centro do império, firmou-se a noção de que pertenciam a uma “região”, um espaço territorial, mas também social e cultural, com vários elementos próprios, singulares. Várias décadas depois, em um outro regime político, por sua vez marcado pela descentralização, este sentimento foi retomado, resignificado e transformado em discurso ideológico.

De fato, com a proclamação da República a relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil ganhou novos contornos. Nesse momento, iniciou-se no país uma ampla descentralização do poder político, transferindo para os estados quase todas as prerrogativas que no Império eram exclusivas do centro. A partir da Constituição de 1891, ficou definido que o Executivo poderia intervir nos estados sempre que se manifestasse uma agitação contrária aos interesses da União. Em contrapartida, estes passaram a ter autonomia para elaborar sua própria Constituição, eleger seus governadores, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos e possuir suas próprias forças militares.

Assim, a tão sonhada autonomia aparecia como uma vitória para as oligarquias estaduais, embora, na verdade, trouxesse a proeminência dos estados mais ricos, cuja economia era apoiada na agroexportação, como o paulista. Não obstante, foi o grupo ligado ao setor cafeeiro exportador de São Paulo que logrou tornar-se hegemônico em âmbito nacional, colocando o poder preferencialmente a serviço de seus interesses, do qual a maior expressão era a política de valorização do café.³⁰

Por seu turno, nesse novo contexto histórico, o Rio Grande do Sul manteve sua posição de fornecedor do mercado interno do país, com uma economia subsidiária de base fundamentalmente agropecuária. O couro e o charque eram seus principais produtos, contudo a criação continuasse ocorrendo em moldes extensivos e a charqueada operasse como uma manufatura, produzindo um gênero de baixa qualidade e mau aspecto, destinado a um mercado altamente competitivo.³¹ Como donos da terra, do gado e das charqueadas, os latifundiários configuraram-se como o grupo detentor do poder econômico e político rio-grandense no decorrer da República Velha. No entanto, não estavam unidos monoliticamente no controle do aparato governamental. De acordo com o antropólogo Ruben Oliven, com a proclamação da República assumiu o poder no estado o Partido Republicano Rio-grandense e, embora fizessem parte da elite econômica, seus membros eram jovens de instrução universitária obtida no centro do país, que possuíam um projeto modernizador e autoritário baseado em uma leitura do positivismo.³² Destarte, esse ideário importado da Europa e adotado pelo grupo

³⁰ CERRI, Luis Fernando. **A ideologia da Paulistanidade**. São Paulo: Livro Aberto, 1997, p. 12 e 13. A Primeira República assistiu a hegemonia política da burguesia cafeeira de São Paulo, que em aliança com os fazendeiros mineiros, controlava o Governo Federal, em um esquema que ficou conhecido como política do “café com leite”.

³¹ Caracterizando-se como uso tradicional na região, a prática da criação ao nível do latifúndio extensivo implicava em um mínimo de incremento da produtividade. O crescimento do rebanho revelava-se diminuto, resultado tanto da falta de higiene e da alta incidência de doenças, quanto do abate indiscriminado que sacrificava novilhos e vacas prenhes. Já a charqueada operava com uma tecnologia baixa, carecendo o processo produtivo das condições mínimas de higiene, acarretando em um artigo final de mau aspecto e mau cheiro. PESAVENTO, Sandra J. *Historiografia e ideologia*. IN: **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 84.

³² OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992, p. 73.

dirigente no estado, foi responsável pela feição “sui-generis” que a República Velha assumiu em território rio-grandense.³³ Corolariamente, o positivismo penetrou nos meios culturais do estado e tornou-se um elemento norteador para o trabalho de literatos e historiadores.

Ao discutir as tendências da intelectualidade³⁴ rio-grandense desse período, Sandra Pesavento afirma que esta foi eficaz na construção de uma ideologia que permitiu a predominância dos pecuaristas no contexto estadual. Afora afirmar seus interesses internamente, tal ideologia também os promovia no plano exterior, lançando mão de elementos que os divulgavam enquanto representantes de uma região com fortes traços distintivos frente ao restante do país.³⁵ Desse modo, e com obviedade, a fundação desse discurso vai ao encontro às expectativas político-econômicas do grupo latifundiário dentro e fora do estado, as quais eram propelidas principalmente nos momentos em que acentuava-se a crise da pecuária.

Todavia, mesmo amparados por um discurso ideológico, nos anos que se seguiram ao fim da República Velha os pecuaristas perderam sua hegemonia. De fato, se nas duas primeiras décadas do século XX a pecuária alternou períodos de crise com fases de relativo desafogo, a partir dos anos 30 tornou-se eminente o seu esgotamento, ao passo que em uma década as velhas charqueadas deixaram de existir. O colapso da

³³ Embora o positivismo tenha assumido novas formas em território rio-grandense – segundo alguns historiadores teria sido grosseiramente deturpado – é patente a sua influência nos meios políticos e culturais do estado após a proclamação da República. Tome-se por exemplo a forte inspiração positivista que atravessa a constituição estadual elaborada nesse período por Julio de Castilhos, fundador e ideólogo do Partido Republicano Rio-Grandense.

³⁴ O termo intelectual é usado pela autora para definir o grupo que “teoriza, torna coerente e difunde as idéias e os valores da classe dominante junto à massa da população”, em vários trabalhos que escreveu, sobretudo na década de 1980, a respeito do contexto histórico do Rio Grande do Sul na República Velha. Nesta pesquisa optou-se por manter tal designação, embora relativizando-a, pois consideramos esses indivíduos tão somente como representantes do meio cultural desse estado nesse momento, e não como pensadores cuja produção científica, devido a importância e ao alcance de suas idéias, merece destaque maior.

³⁵ Cerri trilha um caminho semelhante ao investigar a formação histórica da “ideologia da paulistanidade”, apontando um grupo de intelectuais, ligados à oligarquia paulista, como elementos que “tinham por função primordial a justificação de um sistema autoritário” ligado ao interesse agrário-exportador. CERRI, Luis Fernando. **A Ideologia da Paulistanidade**, op.cit.

pecuária implicou na dificuldade do grupo latifundiário em manter-se como dono do poder político estadual, enquanto que no nível externo assistiram descontentes o gaúcho Getúlio Vargas tomar o poder e logo depois frustrar suas pretensões de participar do governo central.³⁶ Para além de satisfazer as elites regionais, o novo presidente foi obrigado a enfrentar a gama de problemas que assolavam o país naquele período, pois ante a falência da cafeicultura após a crise de 1929, era necessário não somente tomar medidas emergenciais de ajuda a esse setor, mas principalmente promover a diversificação da economia.

Assim, no decorrer da década de 30, a base da economia brasileira passou do setor agrário para o industrial, à proporção que o Executivo realizava um reordenamento institucional visando à centralização administrativa, preparando o caminho para a instalação da ditadura. Afetado pelas mudanças que estavam ocorrendo no país, o Rio Grande do Sul entrou em um novo momento histórico, no qual a atividade agropecuária gradativamente cedeu lugar para uma realidade urbano-industrial e o grupo pecuarista viu-se forçado a dividir o mando político com setores da burguesia industrial, comercial e financeira. Tal situação vai se firmar ao longo da década de 1940.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RIO-GRANDENSE

Entretanto, mais que vislumbrar a perda de prestígio dos pecuaristas, importa perceber a forma como a idéia de “região” e a defesa das peculiaridades regionais

³⁶ De maneira bastante descontraída, Pesavento discute a frustração da oligarquia gaúcha com as atitudes tomadas por Getúlio Vargas após ter assumido o poder: “ela, que se considerava dona do Getúlio e da Revolução, viu as coisas tomarem outro rumo. Caindo São Paulo e o café, em vez de assumirem o papel hegemônico nacional o Rio Grande e os pecuaristas, o que se viu foi que, no novo bloco do poder montado, Getúlio estabeleceu alianças justamente com os setores não-agrícolas do centro econômico do país”. PESAVENTO, Sandra. *Da frustração histórica do Rio Grande*. GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luís Augusto. **Nós: os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p. 20.

foram retomadas durante o período esse grupo esteve no poder.³⁷ Retomando o diálogo com Pesavento, entende-se que foi no contexto político, econômico e cultural da República Velha que intelectuais, alinhados a esse grupo e almejando justificar sua dominação política, filiaram-se discurso que valorizava o território e a cultura locais, cuja gestação, a nosso ver, deu-se anteriormente à Revolução Farroupilha.

Como foi visto, no momento em que insurgiu o desejo separatista já existia a defesa de uma territorialidade, posto que a par dos interesses privados dos senhores das terras e do gado da Província de São Pedro, havia a percepção de que viviam e lutavam em um espaço territorial com características e necessidades distintas. No entanto, foi no transcorrer do conflito, que durou de 1835 a 1845, que criou-se condições para a verdadeira fundação da identidade rio-grandense. A partir de então, elementos que estavam dispersos, tal como o enaltecimento dos aspectos físicos do território provincial ou da habilidade para a guerra do homem rio-grandense, foram reunidos para dar base a prédica a favor das singularidades regionais.

Contudo, se ao final do levante farroupilha esse discurso estava decisivamente inaugurado, nos anos que se seguem ele vai adquirindo contornos mais precisos, processo que ganha força em 1868, ano em que foi inaugurado em Porto Alegre o Paternon Literário, uma sociedade de indivíduos letrados que escreviam sobre a temática regional nos moldes das obras literárias produzidas na Europa. Buscando exaltar a singularidade do povo e da história rio-grandense, seus textos apresentavam os farrapos como heróis guiados pelos paradigmas de honra, liberdade e igualdade, verdadeiros representantes da cultura local e defensores do espaço territorial. Segundo Gonzaga, tratava-se da produção “de jovens ‘ilustrados’ oriundos de setores intermediários da sociedade que iriam usar as ‘belas letras’ como alavanca na sua

³⁷ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Paranidade ou Paranismo?** A construção de uma identidade regional. IN: Revista da SPBH, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 1997. Embora este artigo de Trindade seja dedicado ao estudo sobre a produção do discurso identitário no estado do Paraná, revelou-se um importante interlocutor para a discussão sobre a construção da identidade rio-grandense.

escalada social”. Nesse intuito transportavam para seus trabalhos idéias que eram caras aos detentores do poder político-econômico na Província.³⁸

Não obstante, em 1898, iniciou-se uma outra fase do discurso regionalista. Logo após a instalação do regime republicano no país, outro indivíduo igualmente não proprietário de terras ou de capital criou no agora Estado do Rio Grande do Sul uma nova forma de associação que, por sua vez, deu continuidade e aprimorou a apologia aos elementos pertencentes à cultura local. Tratava-se republicano João Cezimbra Jacques, que fundou o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre. Homem de origem modesta, havia sido soldado voluntário na Guerra do Paraguai e terminou como major do Exército Nacional. A idéia de fundar essa associação surgiu-lhe com o objetivo de

...organizar o quadro das comemorações dos acontecimentos grandiosos de nossa terra... Pensamos que esta patriótica agremiação... é destinada a manter o cunho de nosso glorioso Estado e conseqüentemente suas grandiosas tradições integralmente por meio de comemorações regulares dos acontecimentos que tornaram o sul-rio-grandense um povo célebre, diante, não só de nossa nacionalidade, como do estrangeiro...³⁹

Percebe-se, nas palavras do autor, conhecido como seguidor da doutrina de Auguste Comte, uma defesa exacerbada daqueles que seriam os grandes feitos ocorridos no passado do estado, feitos estes responsáveis pelo legado de virtudes aos rio-grandenses. Em seu livro, intitulado “Assuntos do Rio Grande do Sul”, editado pela primeira vez em 1912, Jacques trabalha com os “admiráveis acontecimentos” de uma “brilhante história” ocorrida em um “passado glorioso”, edificado pelo “grandes vultos” que são frutos de uma “valorosa raça”.⁴⁰

³⁸ GONZAGA, Sergius. “As Mentiras sobre o Gaúcho: Primeiras Contribuições da Literatura”. IN: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs) **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 125. De acordo com Gonzaga, esses jovens literatos, entre os quais estavam Apolinário de Porto Alegre e Caldre e Fião, publicaram durante alguns anos um periódico chamado de Revista Mensal.

³⁹ JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, 1986, p. 56. A primeira edição deste livro ocorreu em 1912, sendo reeditado várias vezes, sempre respeitando seu conteúdo original.

⁴⁰ Idem.

Tal como este autor, nas três primeiras décadas do século XX, outros profissionais detentores de poucos recursos e defensores da tendência positivista empenharam-se em escrever a história do Rio Grande do Sul e, tal como ele, realizaram um enaltecimento do seu passado guerreiro. Com efeito, uma das características da historiografia oficial desse período foi o relato sobre a formação histórica da região, buscando nas lutas fronteiriças vitórias grandiosas e lances de heroísmo.

O destino geográfico, colocando o Rio Grande no extremo sul do Brasil, deu-lhe o árduo papel de ser o eterno vanguardeiro da nossa dignidade cívica... foi graças a este ímpeto guerreiro que os nossos patrícios conseguiram varejar destas terras os espanhóis invasores... as fronteiras do Rio Grande do Sul foram traçadas pelas espadas poderosas dos nossos antepassados entre arrojados de audácia e estros de patriotismo...⁴¹

A valorização da história local, sempre relacionada aos problemas com a demarcação da fronteira, tornou-se recorrente nesses trabalhos ricos em datas e detalhes. No mais, a afirmação de que os rio-grandenses seriam os guardiões dos limites meridionais da colônia portuguesa era outro ponto comum entre os historiadores que buscavam ligar-se aos donos do poder político estadual.

É interessante perceber que, à medida que relatavam o passado do estado, esses indivíduos esmeraram-se por afastar qualquer tipo de ligação mais forte entre o Rio Grande e o outro lado da fronteira, senão toda ligação.

Assim, ao despertar do berço colonial, apesar de isolados do resto do país pelas dificuldades de comunicação, e mau grado o íntimo convívio com o Prata, que chega à confusão desde a conquista da Banda Oriental, persistia, íntegro, nos pastores rio-grandenses, o sentimento de nacionalidade. Altaneiros, bravatadores... o contato com os povos de outra língua aviva-lhes pela rivalidade o orgulho nativo.⁴²

⁴¹ GOULART, Jorge Sallis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978, p. 55. A primeira publicação deste livro ocorreu em 1927.

⁴² BARCELLOS, Rubens de. Estudos Rio-grandenses. APUD: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historiografia e ideologia**. IN: **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. Embora a historiadora não aponte a data da primeira edição do citado livro, deixa claro em seu texto que Barcellos escreveu durante a Primeira República.

Ou seja, interessava-lhes frisar o importante papel do Rio Grande do Sul na história nacional e, ao mesmo tempo, afirmar a brasilidade do rio-grandense, de modo que outro itinerário comum da historiografia oficial foi negar as relações comerciais, as trocas culturais, a proximidade amistosa que em diversos momentos históricos ocorreu entre portugueses e espanhóis. Para eles, o rio-grandense teria provado seu patriotismo, pois embora em contato com os castelhanos, manteve-se fiel à nação. Mas, então como explicar que durante o período imperial os habitantes da província tenham apontado suas armas contra seus próprios conterrâneos...

Para confirmar verdadeiramente a brasilidade do homem rio-grandense, restava aos intelectuais positivistas empenharem-se também em negar o caráter separatista da Revolução Farroupilha. Dentro da versão criada para abrandar o ímpeto de independência, os “chefes” estancieiros transformaram-se em personagens que desejavam apenas revelar os desacertos monárquicos.⁴³

Deve-se ressaltar que ao reconstruir a Revolução como uma verdadeira epopéia, rica em atos de bravura, a historiografia oficial organizou uma versão bastante aprazível em nível interno. Festejando figuras como Bento Gonçalves, Canabarro e Souza Neto, ela produziu aqueles que seriam os heróis da história rio-grandense. Observe-se que os exemplos da galhardia foram retirados da oligarquia rural, cujo lugar como grupo dirigente, nesse outro contexto histórico continuava sendo ocupado pelos pecuaristas. Aos segundos foi atribuído o papel de sucessores.

Portanto, embora suscitado e reelaborado para amparar ideologicamente a dominação política dos estancieiros, o discurso em defesa das peculiaridades locais encontrou ressonância entre os outros grupos sociais, ou seja, tornou-se um discurso “conhecido” e “reconhecido” entre os membros da sociedade rio-grandense.⁴⁴ A partir da percepção de que tinham a mesma origem histórica, o mesmo arcabouço cultural, gerados na delimitação de um espaço físico,

⁴³ De acordo com Oliven, em 1923, numa conferência sobre “A ideologia separatista e o caráter rio-grandense”, um intelectual afirmou que “os revolucionários queriam a república, não passando o desmembramento de um meio acidental de conquistá-la. Jamais de obliterou nos chefes do memorável episódio o sentimento de nacionalidade”. OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo...**; op.cit.; p. 57.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1969.

criou-se as possibilidades para a defesa de uma identidade social. Eram brasileiros, mas também eram rio-grandenses, ou melhor, eram “gaúchos”.

É lícito afirmar que esse sentimento de pertencimento ao Rio Grande do Sul, com toda carga identitária que isso representava, foi recuperado e exacerbado pela historiografia oficial no momento em que o estado representava uma parte autônoma da federação, tendo que barganhar com o poder central perante suas necessidades e projetos político-econômicos, sobretudo diante das dificuldades criadas pela valorização do café.⁴⁵ Dessa forma, enquanto no plano interno a ideologia elaborada pelos historiadores positivistas servia aos interesses do grupo pecuarista, que buscavam justificar sua dominação frente aos novos setores urbanos e aos seus opositores, no plano externo o discurso regionalista agitava aos grupos dominantes do centro do país a imagem do sulista patriota, mas irremovível na defesa de sua honra e de seus direitos.⁴⁶

Convém lembrar ainda que esses indivíduos estavam escrevendo num período em que unificação da economia e da política brasileira estava em vias de consolidação. Com efeito, um dos temas mais debatidos nos meios culturais nesse momento era a integração nacional, logo não causa estranhamento que os intelectuais rio-grandenses buscassem não somente afirmar a brasilidade do gaúcho, mas salientar perante o restante dos nacionais seus traços positivos, seu “passado glorioso”, que em muito teria contribuído para a nação.

Todavia, a partir da Revolução de 30 esse contexto político-cultural vai rapidamente alterar-se. Enquanto a República Velha caracterizava-se pela descentralização política e administrativa, a República Nova assistiu a criação de aparelho governamental mais centralizado, que promoveu o deslocamento do poder do âmbito regional para o nacional. Tal processo ganha mais ímpeto com a implantação do Estado Novo. Durante o regime autoritário, além do fechamento do Parlamento, foram extintos partidos, queimadas bandeiras estaduais e

⁴⁵ Para uma leitura detalhada sobre a política financeira em defesa dos interesses dos cafeicultores durante a República Velha, indica-se a leitura do já mencionado livro de Pesavento, “**O Brasil Contemporâneo**”.

⁴⁶ GONZAGA, Sergius. **As Mentiras sobre o gaúcho...**, op,cit., p. 121.

banidos escudos, hinos e outros símbolos que pudessem remeter à existência de distinções entre os brasileiros.⁴⁷

De fato, as modificações que ocorreram no Brasil entre 1930 e 1945 foram profundas. Ajustando-se às imposições vindas do centro, haja vista que Getúlio Vargas impediu a veiculação dos discursos regionalistas pelo país, a apologia aos elementos nobilitantes da “história gaúcha” foi arrefecida, voltando à tona somente a partir de 1948, em meio ao clima de reabertura política.

1.2.1 AS TRADIÇÕES E O GAÚCHO

Nesse ano foi fundado em Porto Alegre o “35 CTG”, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, cujo nome foi explicitamente escolhido com a intenção de evocar o ano em que eclodiu a Revolução Farroupilha. Como é possível verificar nas palavras de Paixão Cortes, um dos idealizadores do centro, entre as motivações que levaram à criação do centro estava o desejo de retomar os símbolos regionais.

Grande parte da nossa geração, que vivera sua juventude durante a ditadura de Getulio Vargas, politicamente desconhecia os símbolos oficiais (bandeira, brasão, hino) da terra gaúcha, pois tais elementos haviam sido banidos do ensino escolar, estavam ausentes dos pórticos e papéis timbrados, das repartições públicas e não figuravam nas cerimônias governamentais do estado...⁴⁸

Ainda segundo Paixão Cortes, o Rio Grande estava perdendo sua “fisionomia”, pois ao invés de conhecer as “belas páginas” do passado rio-grandense, a nova geração era influenciada por idéias vindas do exterior, as “idéias alienígenas” que chegavam à capital através do cinema e da indústria fonográfica.

⁴⁷ Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, Vargas mandou realizar a cerimônia da queima das bandeiras, a qual marcou a nível simbólico uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual, pois, à época, vinte e uma bandeiras nacionais foram hasteadas em substituição as estaduais.

⁴⁸ CORTES, João Carlos Paixão. **Origem da Semana Farroupilha e Primórdios do Movimento Tradicionalista**. Porto Alegre: Evendraf, 1994, p. 41 e 42.

Porto Alegre nos fascinava com seus anúncios luminosos a gás néon, Hollywood nos estonteava com a tecnolorida beleza de Gene Tierney e as aventuras de Tyrone Power, as lojas de discos punham em nossos ouvidos as irresistíveis harmonias de Harry James e Tommie Dorsey... Por essa época, o Rio Grande andava bastante esquecido de si mesmo, e a própria bandeira estadual permanecia queimada e escondida desde novembro de 1937...⁴⁹

No entanto, é pertinente afirmar que antes da preocupação com a bandeira tricolor e em lutar contra os “modismos” trazidos pelos vencedores da segunda guerra, havia outro sentimento mais próximo, mais perturbador, capaz de levá-los a criar essa nova forma de agremiação. Descendentes de proprietários rurais ou moradores de pequenas cidades de áreas pastoris do latifúndio, os fundadores do centro por essa época eram ainda jovens que haviam vindo a Porto Alegre para estudar e que, habituados a um estilo de vida ligado ao campo, naturalmente sentiram a mudança para a capital.

Dessa forma, entende-se que, num primeiro momento, foi o sentimento de perda dos referenciais identitários e a distância do grupo de origem que levou esses companheiros de colégio a recriarem, em meio à agitação urbana, um espaço que referenciasse o meio rural que haviam abandonado, improvisando um galpão na casa do pai de um deles. Nesse lugar por eles transformado em um ambiente de lazer e de trocas sociais, passavam horas tomando mate, contando histórias, cantando...”⁵⁰

Contudo, se inicialmente o CTG foi idealizado para ser apenas um local de descanso e descontração entre amigos, com o aumento do número de sócios tornou-se o princípio de um movimento e, enquanto tal, passou a ter maiores ambições. Entre os moços do interior, alguns já universitários, surgiram pesquisadores interessados em descobrir os usos e costumes verdadeiramente “gaúchos”, isentos de “estrangeirismos”, não deturpados pelo progresso. Essa busca começou pela definição de qual gaúcho

⁴⁹ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Nativismo: um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: LP&M, 1985, p. 56 e 57.

⁵⁰ Segundo o Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul, o galpão era uma construção rústica de tamanho regular com parte assoalhada de madeira bruta e outra de terra batida que servia de abrigo e aconchego a peonada das estâncias. Era nesse local, nas horas de folga, que esses homens improvisavam reuniões para comer churrasco, tomar chimarrão, contar causos de lutas, trabalho, assombrações, amores...

estavam falando, e nesse ponto as narrativas históricas de cunho positivista e republicano certamente revelaram-se fontes de valor.

De fato, ao questionarem-se sobre como seria o “autêntico” homem rio-grandense, os rapazes do “35” foram ao encontro aos trabalhos da historiografia regional, nos quais encontraram a figura mitológica do gaúcho, sobretudo nos relatos acerca da Revolução Farroupilha. Como foi visto, o “decênio heróico” - como ficou conhecida a revolta dos farrapos no âmbito interno – foi descrito pelos historiadores da República rio-grandense como sendo o evento em que comprovou-se a heroicidade do gaúcho. Ou seja, a idéia de heroísmo, altivez e honradez, associadas principalmente a Bento Gonçalves, foi estendida a todos os homens do estado, sem distinção entre proprietários rurais e peões. Todos eram participantes desse grande feito, todos eram gaúchos, embora dentro da visão positivista da história fossem ressaltados somente os nomes que pertenciam ao primeiro grupo.

Esses historiadores, na verdade, foram tomados por uma forte dose de idealismo. O gaúcho, tal como descreveram, foi idealizado visando a confecção de um tipo característico capaz de fornecer uma aura nobilitante ao rio-grandense. Imbuídos desse objetivo, em seus relatos históricos aquele que teria sido um indivíduo contrabandista e desregrado passou a ser um herói.

Efetivamente, ao longo do período colonial, o termo gaúcho era associado aos habitantes itinerantes das planícies pampeanas, mestiços, índios, espanhóis e portugueses que transitavam livremente de um lado ao outro da fronteira cisplatina:

uma classe de gente mui propriamente chamados gaúchos ou gaudérios..., sua nudez, suas barbas crescidas, seu cabelo sempre despenteado, sua sujeira e brutalidade de sua aparência, os tornam horríveis de ver. Por nenhum motivo ou interesse querem eles trabalhar para alguém, e além de serem ladrões, também raptam mulheres. A essas levam para os matos e vivem com elas em choças, abatendo gado bravio para o seu sustento.⁵¹

⁵¹ Relato feito pelo viajante espanhol Felix de Azara em 1780. Apud: GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: Primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 117.

Deve-se atentar para o fato dessa descrição ter sido elaborada por um espanhol, que em visita ao extremo sul da colônia portuguesa, descreveu os habitantes da região segundo sua visão eurocêntrica. Tal como ele, outros viajantes europeus descreveram o gaúcho com estranhamento, percebendo-o como um indivíduo que ainda não havia alcançado o estágio de civilização do Velho Mundo.

Mas, importa perceber que durante o período formativo, acostumados ao trato de cavalos e exímios laçadores, os “gaúchos” sobreviviam da preia do gado chucro. Todavia, com o cercamento dos campos, onde os rebanhos passaram a ser resguardados, restava-lhes agir como ladrões, como “foras da lei”. Em virtude de não possuírem pouso ou trabalho fixo, nem constituírem um núcleo familiar passaram a ser vistos como elementos errantes, aventureiros, vadios.⁵² Deve-se evidenciar, porém, que esses indivíduos possuíam um modo de vida engendrado e em conformidade com aquele contexto sócio-econômico e histórico, marcado por lutas pela definição da fronteira e pela usurpação de terras mediante a violência. Aproximando-se das considerações de Pesavento, entende-se que esses “gaúchos” estavam inseridos na sociedade do seu tempo, no qual a prática do roubo de gado era corrente e praticada até mesmo por integrantes do grupo de latifundiários, tal como Bento Gonçalves.

Com o passar das décadas, sobretudo no final do século XIX, esses homens foram sendo incorporados ao processo produtivo desenvolvido nas estâncias, adaptando-se gradativamente ao cotidiano de trabalhadores subordinados ao estancieiro, que naquele espaço de disputas territoriais, em geral era também comandante de tropa. Aliciados por estes, passaram a participar como soldados em diversos conflitos em troca dos resultados dos saques realizados sobre o opositor. Já durante no fim do período imperial, quando o cercamento dos campos estava praticamente completo e o gado xucro estava sob o controle dos fazendeiros, os gaúchos haviam convertido-se em peões, perdendo seu caráter de homens errantes e aventureiros. Entretanto, nessa mesma época, a partir das suas habilidades nas

⁵² PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Farroupilha**, op.cit .

atividades campeiras e, sobremaneira, da sua participação nas guerras foi possível cunhar uma outra versão do gaúcho, desfazendo o sentido negativo do vocábulo, para atribuí-lo a um personagem dotado de qualidades físicas e morais. Daí em diante, foi gradativamente transformando-se em um mito. Ora, aos olhos dos historiadores e do grupo pecuarista, nenhuma figura seria mais apropriada para tornar-se o tipo representativo da cultura regional do que o peão guerreiro, viril e destemido que lutou pela demarcação da fronteira e contra os desmandos imperiais.

Contudo, se no decorrer da República Velha a figura do gaúcho e o discurso regionalista foram enaltecidos pela historiografia oficial rio-grandense, foi somente após o Estado Novo que ambos ganharam maior reconhecimento, embora com nova roupagem.

1.2.2 O CTG GAÚCHO

Eis que nesse outro contexto histórico, outros personagens guiados por outras idéias e valores promoveram a continuidade do discurso em prol da valorização das singularidades regionais, o qual entrou em uma nova fase.⁵³

Assim como os intelectuais positivistas, os fundadores do Movimento Tradicionalista voltaram seu olhar para o passado em busca do tipo característico do “gaúcho”. No entanto, dele não fizeram uma simples cópia, mas empreenderam uma reinterpretação segundo os contornos que lhes interessavam, mantendo, porém, o

⁵³ Ao estudar a construção da identidade paranaense, Trindade observou que o sentimento de pertença àquela região não possuía uma continuidade imutável, mas uma lenta elaboração. Tal sentimento era fruto de uma permanência temporal, ao longo da qual foi construído, desconstruído, reconstruído em função do momento histórico que acompanhou. Pode-se usar essa via de interpretação para o caso rio-grandense, pois o discurso ufanista em defesa da territorialidade e de valorização da cultura local passou por várias fases até chegar ao contexto político, social e cultural da República Velha, quando foi aprimorado pela intelectualidade positivista gaúcha. Não obstante, no decorrer do novo momento histórico inaugurado com o fim do Estado Novo, tal discurso mais uma vez passou por reformulações, adquirindo outro formato, para depois ser divulgado pelos Centros de Tradições Gaúchas não somente no espaço estadual, como face ao cenário nacional e internacional.

arquétipo de herói. De forma geral, pode-se dizer que no modelo do peão lutador e guerreiro foram salientados determinados elementos que anteriormente apareciam em segundo plano: o gaúcho tradicionalista tornou-se mais campeiro.

Pode-se ainda afirmar, que essa reelaboração do modelo cunhado pelos republicanos atendeu às necessidades sentidas pelos fundadores do “35 Centro de Tradições Gaúchas”. Provenientes de pequenas cidades do interior do estado, que sofriam grande influência do meio rural, na década de 1940, esses indivíduos somaram-se à população expulsa do campo que buscava colocação em Porto Alegre. Em busca de trabalho no centro urbano, o homem da região da Campanha passou a ser um “gaúcho a pé”, pobre e cidadão.

Embora não estivessem no grupo de proletarizados, afinal alguns cursavam o ensino superior, certamente os moços do CTG percebiam a marginalização dos elementos ligados à sua região de origem, bem como o preconceito para com determinados hábitos que haviam trazido. Assim, não causa estranhamento que após debruçar-se sobre os trabalhos historiográficos⁵⁴, tenham reelaborado a imagem do gaúcho com uma roupagem mais campeira, fornecendo-lhe como pano de fundo uma estância simbólica com características inéditas.

A estância por eles construída, longe de representar a realidade do espaço campeiro e a forma como os gaúchos viviam no passado, configura-se como o fruto de uma seleção material e simbólica, visando compor uma imagem do meio rural como lugar puro, alegre, democrático, onde as distinções entre as classes desaparece. Nesse ínterim, novamente os historiadores republicanos serviram de referência ou inspiração. Sallis Goulart, por exemplo, defendia a tese de que nas estâncias patrões e empregados viviam irmanados pelos costumes e sentimentos, pela simplicidade do modo de vida.⁵⁵

⁵⁴ Por exemplo, a influência da tese de Goulart sobre a superioridade dos gaúchos rio-grandenses aparece claramente no livro **Aspectos da Sociabilidade Gaúcha**, escrito pelos fundadores do 35 Centro de Tradições Gaúchas, Barbosa Lessa e Paixão Cortes.

⁵⁵ GOULART, Jorge Sallis. **A Formação do Rio Grande...**, op.cit..

Portanto, a partir de um modelo idealizado da estância enquanto um ambiente onde as relações transcorriam de maneira fraterna e organizada, construiu-se a estrutura interna do 35 CTG, a começar pela nomenclatura. Em vez dos títulos usados nas outras associações, os sócios do centro escolheram os nomes usados em um estabelecimento pastoril. No lugar de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e diretor, empregaram o *título de patrão, capataz, sota-capataz, agregados e posteiros*.⁵⁶ No lugar de departamentos, *invernadas*.⁵⁷ Já a sede era uma réplica do galpão existente nas fazendas da Campanha.

Adiante, em uma perspectiva semelhante ao que Eric Hobsbawn chamou por “tradições inventadas”, cada elemento do vestuário, da dança, da fala, foram elaborados e reelaborados pelos criadores do Tradicionalismo para representar o homem do campo.⁵⁸ Ou seja, à medida que percebiam a ausência de algum componente que reportasse ao modo de vida que associavam ao gaúcho, os tradicionalistas foram inventado uma série de tradições, por vezes preenchendo lacunas com readaptações de elementos antigos que, em suas mãos, ganhavam novos significados. Essa foi à origem de várias composições musicais, do vestido de prenda, do próprio título atribuído à parceira do gaúcho e também do nome dado a indumentária criada para ele, conforme relata Barbosa Lessa:

Quando algum elemento faltasse para nossa ação, nos tínhamos que preencher a lacuna de um jeito ou de outro. Assim, por exemplo, qual o adjetivo que daríamos a nós mesmos quando estivéssemos vestidos à gaúcha? Alguém sugeriu “aperado”. Mas “apero” é arreio, é roupa de cavalo, o termo não ficava bem. Então, na ata de 8 de maio de 1948 o secretário Antonio Candido se lembrou que pilcha é dinheiro ou o objeto de uso pessoal que possa ter valor pecuniário. ‘Vamos oferecer ao patrão de honra, Paixão, um churrasco, ao qual a indiada deverá vir toda pilchada’. E esse invento colou.⁵⁹

⁵⁶ Patrão é o proprietário da estância; capataz é o supervisor do trabalho dos peões; sota-capataz é o capataz adjunto; agregados e posteiros moram nas terras da estância, ajudando a realizar algumas tarefas e cuida dos limites do campo.

⁵⁷ Invernada é uma extensão de terra cercada, dentro da estância, que serve para apartar uma parte do gado.

⁵⁸ HOBBSAWN, Eric. A invenção das tradições. IN: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

⁵⁹ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Nativismo**. Op.cit., p. 72.

Em poucos anos, a estrutura construída e vivenciada pelos criadores do “35” serviu de suporte para a fundação de vários outros centros de tradições, distribuídos por quase todas as regiões do estado, mas concentrados majoritariamente nas áreas de latifúndio.⁶⁰ Com efeito, entre 1948 a 1954 foram criados trinta e cinco novos CTGs.

Não obstante, naquele período, no ano em que o primeiro Centro de Tradições Gaúchas completou uma década de existência, surgiu um centro fora do Rio Grande do Sul, em território paranaense, na cidade de Ponta Grossa. A exemplo dos núcleos anteriores, o CTG Vila Velha reproduzia os valores e a ideologia vivenciada nos centros rio-grandenses nesse outro mundo social, cujo desenvolvimento histórico não havia conhecido a formação de estâncias ou lutas pela demarcação de fronteiras, nem mesmo peões guerreiros e campeadores que pudessem ser mitificados e convertidos em heróis.

Mas, embora resultasse de um processo histórico bastante diferente, Ponta Grossa também possuía um passado campeiro, sobre o qual assentava-se o discurso sobre sua origem. A princípio, e de uma forma geral, pode-se dizer que foi esse passado que tornou possível a aceitação de um centro dedicado ao culto às tradições gaúchas na cidade. Porquanto não tivessem ligação alguma com a Campanha gaúcha, os adeptos do CTG ponta-grossense construíram um discurso em prol da história local, por sua vez inserida na história dos Campos Gerais.

1.3 PARANÁ: TERRA DE ACOLHIDA

De forma semelhante ao que ocorreu com a Província de São Pedro, essa região então pertencente a 5ª Comarca de São Paulo, foi gradativamente integrada ao sistema colonial a partir do desenvolvimento da atividade mineradora.⁶¹ Assim, nos primeiros decênios do século

⁶⁰ OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo; op.cit., p. 81.

⁶¹ De acordo com Santos, nesse período “a empresa da mineração tornou-se o novo ponto de referência em torno do qual se reestrutura toda a economia brasileira e, em particular, das grandes áreas sulinas”.

XVIII, iniciou-se a primeira ocupação desse território, feita por indivíduos interessados em explorar o negócio da cria de animais.

De fato, os Campos Gerais conformavam-se naturalmente à pecuária, pois como relatou o viajante francês August de Saint-Hilaire, neles “até onde a vista alcança descortinam-se extensas pastagens”.⁶² Com o tempo, as sesmarias concedidas na região foram sendo divididas através de venda, herança ou doação, cedendo lugar a fazendas geralmente grandiosas em tamanho. Tais propriedades representavam verdadeiras unidades sócio-econômicas, afinal possuíam uma economia quase autárquica voltada para o comércio do gado e para uma produção de subsistência, na qual geralmente era empregada a mão-de-obra escrava. Afora os cativos, nelas também viviam os agregados, indivíduos que compunham uma camada intermediária, haja vista que apesar de livres, trabalhavam sem remuneração.⁶³ Igualmente com o correr do tempo, os fazendeiros deixaram o absenteísmo para morar nessas propriedades e administrar seus negócios que tornavam-se bastante rentáveis.

No entanto, nas primeiras décadas do século XIX outra atividade revelou-se mais rentável que o criatório: o tropeirismo. Atraídos pela possibilidade de aumentar seus lucros, os fazendeiros inseriram-se no comércio das tropas, percorrendo os caminhos que iam do Rio Grande do Sul em direção à feira da cidade de Sorocaba.

Além dos donos das tropas, uma parcela significativa da população campeira integrou-se nessa atividade, “da qual participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e riograndenses”, de modo que “os habitantes dos

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e econômica**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios) Curitiba: SEED, 2001, p. 25 e 26.

⁶² SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 11 e 12. Saint-Hilaire, naturalista que percorreu várias províncias brasileiras entre 1816 e 1822, bastante conhecido entre os historiadores devido ao seu conjunto de obras de expressivo valor documental, passou pela região dos Campos Gerais em 1820, percorrendo povoados, vilas e várias fazendas.

⁶³ BALHANA, Altiva Pilatti. IN: **Na paragem das tropas: uma história dos Campos Gerais**. *Jornal de História*. Ano 3. N. 10. setembro/outubro 1998. De acordo com a autora, esses indivíduos “eram camaradas, conforme denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínguas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda”.

Campos Gerais tinham sobretudo costumes de gaúchos”.⁶⁴ Para Salvador José Coelho, filho de fazendeiros da Lapa, esses homens possuem costumes “em muitíssimos pontos” semelhantes aos da Província de São Pedro, “pois não falando no traje que é o mesmo”, estes também andam armados e pronunciam palavras espanholas em suas conversações.

O seu falar é cheio de interjeições; usa de hiperboles atrevidas e arriscadas e de bravatas espanholas; no discurso pronuncia palavras em voz baixa e sem haver transição pronuncia outras alteando-as, como que por arrancos, sempre exprime os diminutos com a desinência em ito...; traz na cabeça um chapeuzinho de copa rasa e abas um tanto largas...; por cima da camisa traz o poncho listrado e fombrado, a que se dá o nome de “pala”, feito de lã; à cintura a “guaiaica”...; calças mui largas com feição de ceroilas; botas de couro cru,...; esporas de enormes rosetas com largas presilhas e correntes,... chamam-nas “chilenas...”⁶⁵

Essa descrição deixa entrever que o tropeirismo possibilitou a troca de experiências entre os indivíduos que participavam das comitivas, bem como entre estes e a população permanente das povoações espalhadas ao longo do trajeto das tropas. Conseqüentemente, essas povoações tornaram-se portadoras de uma estrutura sócio-cultural bastante semelhante entre si, pois seus moradores além de compartilhar um mesmo vocabulário, vestuário, culinária, passaram a ter hábitos parecidos. Dessa forma, fosse na Província de São Pedro, em terras catarinenses ou paranaenses, no percurso do Caminho das Tropas era comum encontrar indivíduos vestidos com poncho e bombacha, cuja atividade diária os fazia passar a maior parte de seu tempo sobre seus cavalos.

Portanto, se nas décadas iniciais dos oitocentos as fazendas de criação atingiram “toda a potencialidade dentro do sistema econômico-social de um período histórico”,⁶⁶ nas décadas seguintes o tropeirismo tornou-se o centro desse sistema juntamente com a invernagem dos animais trazidos do Rio Grande do Sul.

⁶⁴ BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968, p. 38.

⁶⁵ Apud: BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**, p.38.

⁶⁶ MACHADO. IN: SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e econômica...**, p. 57

Na segunda metade desse século, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, vilas que desenvolveram-se em função do caminho das tropas, visto que localizadas a semelhantes distâncias uma da outra configuravam-se como locais apropriados para que as comitivas em trânsito descansassem após uma etapa da viagem, assistiram a uma maior movimentação e a cristalização de um poder urbano sobre o poder rural.⁶⁷ Despreocupadas com o trabalho nas fazendas que passaram a ser dedicadas ao aluguel das pastagens, muitas famílias de proprietários transferiram suas moradias para as cidades, moradias que já não são tão rústicas como as do campo. Na verdade, muitas vezes nem seus costumes o eram, pois entre eles figuravam indivíduos que haviam formado-se bacharéis em São Paulo, Pernambuco ou até na Europa.

A exemplo dos donos das terras, também aqueles trabalhadores das fazendas que não encontravam mais colocação no campo após a expansão da invernagem dirigiram-se para as pequenas cidades campesinas. Dentre elas estava Ponta Grossa que, segundo documentos de sua Câmara Municipal, em 1870 contava com 6.490 habitantes distribuídos entre livres e escravos.⁶⁸

Assim, é possível vislumbrar um progressivo crescimento dos núcleos urbanos dos Campos Gerais, entre outros motivos, desencadeado pela transferência das elites locais. Não obstante, partiu dessas famílias detentoras do poder político a iniciativa de estabelecer quais eram as formas de comportamento e os hábitos mais adequados aos moradores das cidades, estabelecendo verdadeiras ‘normas de urbanidade’ formalizadas nos códigos de posturas municipais, normas que iam de encontro aos costumes populares. Ou seja, nesse outro espaço e contexto sócio-econômico, fazendeiro e peão não mais comungam de semelhanças quanto ao aparato cultural, são diferentes.

⁶⁷ Idem, 64.

⁶⁸ PINTO, Elisabete Alves & GONÇALVES, Maria Aparecida. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983, p. 74.

Vale lembrar que o domínio político dos senhores das terras dos Campos Gerais entendia-se ao espaço regional. Contudo, nas décadas finais do século XIX, sua hegemonia já havia sido quebrada, pois passaram a dividir o poder político na Província com a burguesia industrial do mate que, esta sim, desfrutava de tranquilidade financeira enquanto eles estão em plena decadência.⁶⁹

Com efeito, nesse momento manifestou-se uma crise nos negócios de invernagem, que entraram em deterioração em virtude da nova conjuntura econômica nacional. Os mercados compradores do gado já contavam com diversas fontes de suprimento, ademais, a construção das ferrovias ligando a região cafeeira paulista ao porto de Santos gradativamente foi abatendo o transporte da produção no lombo de mulas. Mas, importa perceber que não somente o grupo proprietário foi afetado pela crise, mas toda a vida econômica e social da chamada “sociedade campeira”. À medida que diminuía a passagem das comitivas, enfraquecia também o movimento dos pequenos núcleos urbanos dos Campos Gerais.

Todavia, nas primeiras décadas do século XX, um desses núcleos foi tomado por um movimento ainda maior. Ponta Grossa passou por inúmeras transformações, ao deixar de ser apenas um ponto de passagem no caminho das tropas, para ser o ponto final de uma estrada de ferro.

1.3.1 DO PASSADO CAMPEIRO À CIDADE HETEROGÊNEA

Os trilhos chegaram na cidade em 1894⁷⁰ e em seguida começaram a ser construídas, a partir desse ponto, duas frentes de ampliações, uma rumo ao norte em

⁶⁹ Para a compreensão de como a exportação de erva-mate ganhou importância na economia paranaense no decorrer do século XIX, transformando-se em seu produto principal, ver o citado livro do historiador Magnus Pereira, **Semeando iras rumo ao progresso**.

⁷⁰ A implantação da ferrovia no Paraná iniciou-se em 1880 com a construção do trecho entre Curitiba e Paranaguá. Em 1882 a mesma alcançou a cidade de Porto Amazonas e depois Ponta Grossa em 1894,

direção a Itararé e outra ao sul, inicialmente com final em União da Vitória e depois prolongada até a Santa Maria no Rio Grande do Sul.⁷¹ Assim, se em 1894 já havia sido inaugurado o prédio da Estação Paraná, cinco anos depois foi iniciada a construção da Estação Ponta Grossa anexa à linha da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

Enquanto as estações enfeitavam o quadro urbano, o cotidiano local passa a ser cadenciado pela chegada ou partida dos trens. Era por essa engenhosa e fascinante novidade que mercadorias, pessoas e informações entravam e saíam da cidade, fazendo com que a mesma pudesse integrar-se no sistema econômico não somente regional, como nacional.

Sem dúvida alguma, a implantação da ferrovia contribuiu para o crescimento urbano e econômico da cidade, afinal além de diversas casas comerciais, nela se estabeleceram pequenas e médias fábricas que industrializavam, armazenavam e comercializavam os produtos transportados pela ferrovia, com destaque para erva-mate, madeira e gado.⁷²

Aliás, essa movimentação foi rapidamente crescendo conforme chegavam os migrantes em busca de trabalho, pessoas vindas de diversas cidades dos Campos Gerais, do Paraná, muitas de Guarapuava ou de Curitiba. Na tabela a seguir, elaborada a partir do livro casamentos do Registro Civil de Ponta Grossa, percebe-se que um expressivo número de noivos nasceu em outras cidades, bem como a presença de muitos noivos vindos de outros estados e de poloneses e alemães, principalmente nas

quando a concessão foi transferida para a Compagnie Generale des Chemins de Fer Paraná, de capital francês.

⁷¹ Muitos trabalhadores que participaram da implantação das mesmas foram imigrantes que se estabeleceram ao longo das linhas, mais tarde aproveitando para comercializar excedentes da produção agrícola pela ferrovia. MONASTIRSKI, Leonel Brizola. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. IN: DITZEL, Carmencita de Holleben M. & SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001, p.39.

⁷² Em 1936, o álbum comemorativo de seu aniversário demonstra que existiam 12 casas atacadistas, 180 armazéns de carga, 19 casas de ferragens, 9 casas atacadistas de erva-mate, 18 depósitos de erva-mate e 5 firmas mercadoras de gado. Ou seja, uma estrutura totalmente voltada para a comercialização via linha férrea, cujo funcionamento certamente imprimia à cidade um trânsito intenso de produtos e funcionários. Idem, p.42.

duas primeiras décadas. Verifica-se, nesse sentido, o número significativo de indivíduos que transferiram-se para a cidade e nela constituíram família.

ORIGEM DOS NOIVOS*
TABELA SOBRE A MIGRAÇÃO EM PONTA GROSSA

	1910-1920		1929-1939		total
	MASC.	FEM	MASC.	FEM.	
P.Grossa	328	545	608	915	2396
Curitiba	83	84	130	93	390
Castro	37	42	67	44	190
Palmeira	28	33	77	55	193
Outr.cidades	153	166	351	330	1000
SP	57	16	57	28	158
SC	28	20	85	57	190
RG	24	14	40	26	104
Outr.estados	78	23	59	7	167
Polônia	71	56	53	27	207
Itália	29	9	8	4	50
Alemanha	27	22	51	35	135
total	943	1030	1586	1621	

* Os números não representam o total de casamentos, pois alguns dados não foram mencionados.

FONTE: Livros de casamento do Cartório de Registro Civil Santana – Ponta Grossa.

Os empregos gerados pelos ramos industrial e comercial e outros inúmeros criados pela ferrovia, direta ou indiretamente ligados ao quadro funcional da Rede Ferroviária, absorviam essa mão-de-obra. Dessa forma, a cidade mais importante do interior do Paraná nesse período, ganhava novos moradores instalados não somente na região central, como também em bairros distantes que somente se desenvolveram porque por ali passavam os trilhos. De acordo com Monastirski, “a instalação do complexo da ferrovia em Ponta Grossa determinou a configuração da estrutura urbana da cidade, pois durante a primeira metade do século XX seu crescimento “ocorreu

principalmente em função da ferrovia”.⁷³ Portanto, a cidade campesina que nasceu em um lugar próximo ao pouso das tropas, passou a crescer em lugares próximos ao outro símbolo de sua história. Sua população tornou-se majoritariamente urbana no decorrer dos anos, como pode-se conferir nos dados catalogados sobre sua realidade populacional.

POPULAÇÃO DE PONTA GROSSA

	POPULAÇÃO TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL
1870	6.480	1.490	4.990
1900	8.335	3.550	4.785
1920	20.171	-	-
1940	40.608	30.220	10.338

FONTE: FIBGE, APUD: DE PAULA, José Carlos Milléo.⁷⁴

Segundo o IBGE, no ano de 1930 apenas três municípios apresentavam taxas de urbanização superiores a 30%: Paranaguá em taxa superior aos 30%, Curitiba acima dos 60% e Ponta Grossa com taxa de urbanização que ultrapassava os 75%.⁷⁵

Deve-se evidenciar que as transformações no meio urbano refletiam no imaginário e no comportamento dos moradores, gerando novos hábitos como o footing noturno de moças e rapazes que cruzavam-se na rua XV de Novembro.⁷⁶ Excetuando-

⁷³ MONASTIRSKI, Leonel Brizola. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. IN: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello e SAHR, Cicilian Lowen. **Espaço e Cultura**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001, p. 40.

⁷⁴ DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-Pr**. Dissertação de Mestrado. Unesp. Rio Claro, 1993, p. 68 e 71.

⁷⁵ MONASTIRSKI, Leonel Brizola. **A mitificação da ferrovia**....op.cit., p. 45.

⁷⁶ Contando com uma boa bilheteria, os cines-teatro Recreio (1911), Éden e Renascença (1911), apresentavam programas variados entre filmes e atividades culturais, como teatro de revista, operetas, concertos de música, dança, mágica, shows com cantores de rádio, líricos e apresentação de astros do cinema nacional e internacional...

se os exageros na forma como dispõe a sua descrição, em 1912, um jornal local refere-se ao movimento das ruas da cidade:

Ponta Grossa é o centro do Paraná, incontestavelmente é o centro de sua vida comercial e industrial. Um dos segredos do progresso local, que transformou o *burgo apagado* de há dez anos atrás na *urbs agitada e triunfal* de hoje, foi, indubitavelmente, a vontade enérgica e indomável do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outorgarão à *princesa dos campos* o título incontestável de *cidade ideal*.⁷⁷

O tom eufórico do texto é compreensível perante aquele momento em que o clima de progresso impregnava a sociedade local, como bem exemplifica o nome do citado jornal. Empolgados com as mudanças ocorridas a partir da chegada da estrada de ferro, alguns grupos passaram a chamar a cidade por um cognome bastante sugestivo: “princesa dos campos”.

1.3.2 UM NOVO MOMENTO HISTÓRICO

Mas, embora houvesse descompasso entre as mudanças ocorridas na cidade e a idéia de progresso que girava entre a população, deve-se evidenciar que, adentrando os anos 40, Ponta Grossa configurava-se como um cenário composto por vários símbolos de modernidade: ruas pavimentadas, carros, telefones, luz elétrica, mulheres indo às compras, moças e rapazes indo ao cinema...

É importante levantar a questão de que nem todos os 40.608 integrantes da população local participavam do mundo ‘moderno’ da urbs ponta-grossense. Assim, com a exceção da população rural, que mantinha-se afastada das ‘novidades’ do meio urbano, uma grande parcela dos moradores da região central não participava de forma tão intensa das mudanças sócio-econômicas ocorridas com a chegada dos trilhos.

⁷⁷ O PROGRESSO. Ponta Grossa, 20 de julho de 1912. Apud: MONASTIRSKI, Leonel Brizola. **A mitificação da ferrovia...**op.cit., p. 44.

RUA BONIFÁCIO VILELA, SAÍDA DO CINE IMPÉRIO DÉCADA DE 1940



FONTE: Acervo fotográfico do Museu Campos Gerais. Ponta Grossa.

Eram muitos que estavam nesse grupo, imigrantes de vida modesta, trabalhadores das pequenas fábricas ou do comércio, empregadas domésticas, pessoas sem condições financeiras para frequentar lojas com vitrines, cinemas ou cafés, pessoas cujas casas não possuíam luz elétrica ou água ou esgoto ou telefone, afinal estes símbolos do progresso ficavam restritos às residências mais centrais da cidade, logo, das famílias com poder aquisitivo.⁷⁸ Alias, diferença entre os grupos ligados aos símbolos da ‘modernidade’ e o restante da população aumentava à medida que chegavam novos moradores.

⁷⁸ O sistema telefônico, por exemplo, contava com apenas 400 aparelhos. Outro fato que deve ser citado refere-se aos ‘modernos’ automóveis, que no centro disputavam espaço nas ruas e avenidas com “14 motocicletas, 208 bicicletas e 1193 carroças”, isto é, os meios de transporte puxados por cavalos eram ainda os mais utilizados e assim permaneceriam por muitos anos. SILVA, Edson Armando et.al. **O povo faz história...** op.cit., p. 14.

ORIGEM DOS NOIVOS*
ILUSTRAÇÃO SOBRE A MIGRAÇÃO EM PONTA GROSSA

	1940-45		1950-55		total
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	
P.Grossa	623	878	1262	1469	4232
Curitiba	97	51	120	59	327
Castro	32	40	150	79	301
Palmeira	80	51	127	36	294
Outr.cidades	455	374	983	1016	2828
SP	50	28	101	54	233
SC	64	48	133	104	349
RG	29	16	65	38	148
Outr.estados	50	19	72	27	168
Polônia	16	11	22	13	6
Itália	8	2	4	2	16
Alemanha	18	4	9	8	39
	1522	1522	3048	2905	

* Assinalamos que, tal como a tabela anterior, esta também não apresenta o número total de noivos.

FONTE: Livros de casamento do Cartório de Registro Civil Santana – Ponta Grossa.

Como pode-se apurar na tabela, assim como nas décadas anteriores, em 1950 era grande o número de migrantes em Ponta Grossa, sendo que sua a população nessa década atinge o número de 55.243 indivíduos, dos quais 43.486 moram no centro urbano.⁷⁹ Todavia, importa menos entrever as desigualdades econômicas e sociais, acentuadas enquanto corria a primeira metade do século XX e aumentava o número de habitantes, do que, utilizando-se desses dados, perceber as diversidades culturais que passou a abrigar.

Ora, ao longo desse tempo, famílias inteiras ou moças e rapazes solteiros chegaram em busca de emprego e uma oportunidade de melhorar de vida. Destes, 252

⁷⁹ APUD: DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder local...** op.cit., p. 72.

partiram do Rio Grande do Sul e nela contraíram casamento.⁸⁰ Entre as profissões declaradas pelos nubentes do sexo masculino destacam-se aquelas ligadas ao comércio e a ferrovia (27 e 14 respectivamente), sendo as demais atreladas a atividades urbanas, com a exceção de 6 noivos que disseram ser fazendeiros, 3 tratoristas e 5 lavradores. Confirma-se, desse modo, a afirmação de que esses indivíduos migraram em busca de colocação em uma cidade que, em crescimento, lhes ofertasse melhores condições de vida. Ressalte-se que os gaúchos constituíram a terceira corrente de migração, ficando atrás apenas de São Paulo e de Santa Catarina

No entanto, com a exceção daqueles que saíam da capital do estado, a maioria dos nubentes arrolados eram provenientes da própria região e de cidades menores, entre os quais, provavelmente estavam muitos moradores de áreas rurais. Esses migrantes encontraram-se na cidade com outros que haviam deixado as fazendas do próprio município, pois estas não mais lhes propiciavam os meios necessários para sua sobrevivência. Para esses personagens que dedicavam-se ao criatório, a cidade tornava-se o lugar em que poderiam trabalhar para se manter, talvez um espaço idealizado onde a vida seria mais fácil.

Portanto, com a chegada de novos moradores como ex-peões das fazendas da região ou paranaenses, gaúchos, paulistas ou estrangeiros e seus descendentes, Ponta Grossa passou a abrigar uma sociedade bastante heterogênea. Pode-se mesmo afirmar que, enquanto no século anterior a população local compunha a ‘sociedade campeira’, com a chegada dos trilhos e as mudanças ocorridas nas décadas seguintes, ocorreu a formação de uma ‘sociedade ponta-grossense’. Ou seja, nesse outro momento histórico, a antiga cidade campesina transformou-se em um espaço coberto por uma pluralidade de personagens sociais que trocavam bens culturais em meio às diversas redes de sociabilidade que eram tecidas no meio urbano.

⁸⁰ Esse número refere-se a soma do número noivos nascidos no Rio Grande do Sul apresentados nas duas tabelas.

Não obstante, também é possível aferir que a convivência entre tantos personagens diferentes, em meio a essa complexa formação social, trazia-lhes a percepção de que eram portadores de características singulares.

Tal sentimento transparece no número de associações com motivação étnica, ou mesmo de classe, que foram criadas enquanto Ponta Grossa se modernizava. Desse modo, enquanto a elite local freqüentava o Clube Ponta-Grossense, os imigrantes criaram suas próprias entidades recreativas, tais como o Clube Germânia, a Sociedade Polonesa Renascença e a União Síria Ponta-Grossense, cujos nomes indicam a quais etnias representavam; o clube Dante Alighieri e o 13 de Maio, onde encontravam-se respectivamente pessoas de origem italiana e africana; a Sociedade Homens do Trabalho fundada pelos trabalhadores da ferrovia; o Clube Democrata, para onde a camada mais simples afluía em tardes e noites festivas.

Efetivamente, a criação dessas entidades visava fornecer uma estrutura física e jurídica para associações de indivíduos que informalmente já existiam, grupos cujos integrantes possuíam interesses em comum, fosse declarar sua pertença a uma etnia, defender seus projetos de classe ou confraternizar...

Conforme transcorria o tempo, enquanto alguns grupos desfaziam-se, outros surgiam, cresciam e afirmavam-se em meio à 'sociedade ponta-grossense', dentre eles o grupo formado por migrantes vindos do Rio Grande do Sul, homens que sentiram o impacto da mudança para um espaço social diferente daquele de origem. Reunidos em torno de elementos sócio-culturais que, na sua visão, os distinguiam do restante dos moradores locais, também eles formalizaram e oficializaram sua existência fundando, em 1958, uma espécie de associação, incomum na cidade, inexistente no Paraná: o CTG Vila Velha.

CAPÍTULO II

CTG VILA VELHA: CENTRO DE TRADIÇÕES CAMPEIRAS

Estanhos imersos em um outro espaço social, distantes da família, da antiga rede de sociabilidade, esse era o sentimento compartilhado pelos gaúchos que tinham Ponta Grossa como seu novo local de residência. Não obstante, o saudosismo pela região de origem resultou na aproximação desses indivíduos, pois como expressa as palavras de um deles, embora tivessem deixado as “terras farroupilhas” para vir morar no “rincão das araucárias”⁸¹, aquelas continuavam a ser o seu mundo afetivo:

Aqui cheguei, mais faceiro que ganso novo. Gostei barbaridade do novo rincão, me aquerenciei, ergui meu rancho e não pretendo arredar o pé tão cedo. Mas deixo claro que não esqueço o torrão natal e das suas tradições que continuo cultuando. Dia desses, ainda no lusco-fusco do amanhecer, levantei já pronto para o culto de todos os dias, qual seja o preparo do

⁸¹ Texto em forma de prosa intitulado “Eta saudade caborteira” de autoria de José Correa Francisco, um dos fundadores do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, como será visto a seguir. Uma cópia do texto original nos foi dada pelo autor, passando a integrar nosso acervo de fontes.

mate amargo. Ah, isso é sagrado! Nesse dia, tão logo saltei da cama, me senti um pouco abichornado. Zanzando qual índio teatino, comecei a repontar lembranças do meu pago, reminiscências da querência onde nasci e onde iniciei minhas primeiras tropeadas.⁸²

Escrita em 1958, quando José Correa Francisco ainda estava acostumando-se a morar em Ponta Grossa, essa ‘prosa’ ganha a forma de um desabafo, uma verdadeira descrição sobre a sua ligação indissolúvel com o “pago” que por algum motivo teve que deixar e que lhe despertava uma “saudade caborteira”.⁸³

É interessante observar a grande influência do discurso ideológico sobre o gaúcho implícitos nesse documento, a começar pelo título que José Correa aplicou ao seu “torrão natal”. Ao longo da prosa, o Rio Grande do Sul é sugestivamente chamado de “terras farroupilhas”, ou seja, o autor conhece e procura transmitir ao seu interlocutor a história do seu estado. Mais que isso, ao referenciar o acontecimento de maior importância para a historiografia rio-grandense, certamente desejava mostrar as peculiaridades dessa região, sempre sob um ponto de vista positivo.

Assim como ele, outros migrantes percebiam-se já aquerenciados⁸⁴ em Ponta Grossa, porém portadores de uma bagagem cultural trazida das “terras farroupilhas” que os fazia sentir-se diferentes dos moradores locais. É válido pensar que a distância da sociedade de origem, somada a necessidade de localização em um novo mundo social e ao estabelecimento de novas redes de sociabilidade, impeliavam esses migrantes a um processo de reestruturação de seus referenciais identitários. Ou seja, era necessário identificar-se e reconhecer-se nesse outro espaço. Dessa forma, em meio a readaptação, esses indivíduos selecionaram determinadas crenças e idéias que lhes traziam orgulho pessoal e segurança.

⁸² Idem.

⁸³ A palavra Caborteira, no estilo poético usado pelo autor, assume o sentido de algo “difícil de domar”.

⁸⁴ Aquerenciado no vocabulário tradicionalista significa estar acostumado a um local distinto do habitual ou de nascimento, enquanto “querência” seria o local onde a pessoa nasceu ou se acostumou a viver.

Por outro lado, é ainda pertinente refletir sobre a forma como os gaúchos eram vistos pelos grupos sociais que já existiam nesse ‘outro mundo’, cujos valores e padrões foram construídos ao longo do tempo. Em outras palavras, não somente os migrantes sentiam-se como estranhos, como assim eram vistos pelos membros da sociedade ponta-grossense. Para estes, os gaúchos eram recém-chegados, moradores dos quais pouco ou nada se sabia, a não ser que não comungavam do mesmo histórico grupal e que, portanto, não possuíam as mesmas sensibilidades e costumes. Desse modo, ganharam um papel de menor evidência dentro da sua configuração social. Restava aos rio-grandenses empenharem-se em ser aceitos pelos grupos estabelecidos, lançando mão de uma série de tradições que consideravam capazes de os alçar a uma melhor posição. Por certo que, até de maneira involuntária, visavam obter ‘status’ perante os “outros”, os ponta-grossenses.

Não parece estranho, nesse sentido, que para além da inserção em diversos grupos sociais, tais como de profissão, de classe ou gênero, esses indivíduos tenham reunido-se em torno do reconhecimento mútuo de que eram ‘migrantes gaúchos’. Inicialmente em número de sete, provenientes de diversas localidades, passaram a encontrar-se de forma periódica nas casas uns dos outros para conversar, contar histórias e, com obviedade, tomar o “mate amargo” que, consciente ou inconscientemente, consideravam como sendo uma insígnia.

Foi nessas reuniões que surgiu a idéia de fundar um novo centro de tradições gaúchas, conforme atesta a esposa de um dos membros, segundo a qual a iniciativa partiu de “uns par de gaúcho”, pois “eles viviam se encontrando e falando de fazenda, de coisa de gaúcho, juntaram mais uns que gostavam dessas coisas e uns que eram do Rio Grande e combinaram de montar um CTG”.⁸⁵

⁸⁵ GOMES, Helena Nadal. **Entrevista**. Ponta Grossa, 12 de agosto de 2004. Doravante apontada no texto como Entrevista 6.

2.1 PONTA GROSSA: O CTG DOS “GAÚCHOS”

Corria o ano de 1958, e o Brasil encontrava-se em uma nova fase político-econômica. Quatro anos haviam se passado desde o suicídio de Getúlio Vargas, e após a rápida passagem de Café Filho pela presidência da República, Juscelino Kubitschek havia sido eleito para comandar o Executivo Nacional. Não obstante, JK deu seqüência a política em defesa da industrialização, um dos principais lemas do período getulista, porém agora associando o desenvolvimento do setor ao capital estrangeiro. Entrava no auge, então, a ideologia desenvolvimentista, e o clima de entusiasmo e confiança no governo estavam sendo estimulados, entre outros fatores, pela audaciosa construção da nova capital, Brasília.

Bastante influenciado pelo Desenvolvimentismo e pela sensação de progresso e modernidade que atravessava o país naquele momento, o Paraná buscou acompanhar a política nacional, expressando a necessidade de promover a industrialização no estado em desfavor da antiga crença sobre a sua “vocação agrícola”. Para além de aplicar medidas de saneamento básico e segurança pública, o governo local investiu na cria o de uma densa malha viária e na melhoria dos sistemas de energia, infra-estruturas propícias   industrializa o.⁸⁶ Nesse  nterim, Ponta Grossa tornou-se um dos principais entrepostos no sistema de transportes que ligava as zonas de produ o do interior do estado ao porto de Paranaguá, situa o que lhe rendeu o apelido de “cidade-encruzilhada”.

Foi nesse contexto histórico que ocorreu a funda o do primeiro CTG do Paraná. Decerto os fundadores do centro foram atingidos por essa nova realidade e igualmente partilhavam da euforia modernizadora que, afora pregar o progresso econômico, desdobrou-se em transforma es de caráter social e cultural. Nesse sentido,

⁸⁶ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. (Cole o história do Paraná; textos introdutórios) Curitiba: SEED, 2001, p. 63.

torna-se interessante notar que a idéia de fundar em Ponta Grossa uma associação que enaltecia a ‘tradição’ gaúcha surgiu em um tempo de apologia ao moderno. Uma via de interpretação possível é perceber tal atitude como uma forma dos migrantes rio-grandenses reafirmarem-se perante os grupos locais, sobretudo aqueles que surgiram face ao crescimento da cidade. A união em torno da tradição os tornaria visíveis, diferentemente daqueles indivíduos que vieram para o centro urbano, e que não possuíam interesse em uma união grupal.

Na verdade, dentre o grupo de mateadores⁸⁷ quem primeiramente concebeu o projeto foi um gaúcho de Santo Ângelo: Elpídio de Oliveira Fonseca, o “seu Elpídio”. Ele “foi o primeiro, o que começou mesmo a trazer a idéia”.⁸⁸ Acostumado a viajar “todo ano de trem” para visitar seus familiares, seu Elpídio acabou conhecendo um tipo peculiar de associação que, no decorrer da década de 1950, se disseminou naquele estado.

À época das viagens do ‘seu’ Elpídio, a cidade de Santo Ângelo já contava com um representante do Movimento Tradicionalista, o CTG Vinte de Setembro, cujos associados também enalteciam a figura do gaúcho, e entre eles estava o “Tio Bilia”. É importante salientar que Tio Bilia tornou-se bastante conhecido no meio artístico rio-grandense devido a várias composições musicais que agradavam principalmente ao público tradicionalista. Casado com a irmã de Elpídio, “Tio Bilia” acabou por lhe ensinar não somente as técnicas para tocar a gaita-ponto e parte de seu repertório, mas também o funcionamento de um CTG e o apego às tradições gaúchas. Por seu turno, o migrante aquerenciado em Ponta Grossa, trouxe para ela a idéia de montar um centro nos moldes desse que o fora apresentado por seu parente.

Nesse ínterim, é possível vislumbrar que o saudosismo desse migrante condizia com suas intenções artísticas, pois embora não se dedicasse profissionalmente à

⁸⁷ Aqueles que apreciam muito o mate ou chimarrão.

⁸⁸ GUZONÉ, Ana Tereza. **Entrevista**. Ponta Grossa, 06 de novembro de 2003. Doravante apontada no texto como Entrevista 3.

música, como fazia seu cunhado, também encontrava na execução desta uma forma de gratificação pessoal, sobremaneira quando as letras enalteciam aspectos de sua região de origem, quando enalteciam o gaúcho. Um CTG, desse modo, seria um palco privilegiado para suas apresentações musicais, que lhe permitiriam destacar-se perante a sociedade ponta-grossense.

Uma vez transmitida aos seus companheiros de roda de chimarrão, a idéia desse gaitero foi prontamente aceita.

Nascia, dessa forma, o primeiro centro de tradições fora do Rio Grande do Sul, “aos seis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e oito, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná”.⁸⁹

A convite de seu Elpídio, e dos demais integrantes das reuniões, novas pessoas participaram do momento de fundação, entre as quais estava um José Correa Francisco, cujo relato conta que

...um dia, já fazia tempo que eu estava aqui em Ponta Grossa, a gente não tinha participado lá nem aqui de movimento de tradição... Mas daí, me procuraram um grupo de amigos... Sabiam que eu era lá do Rio Grande e me procuraram com essa idéia de fundar um CTG. Então foram lá em casa e me convidaram. Eu aceitei o convite e participei. Ajudei a fundar o CTG.⁹⁰

De acordo com o entrevistado, assim como ele, outros militares gaúchos estavam integrados ao grupo que fundou o centro, vindo a sua memória a procedência de alguns: “o major Deodoro era de Uruguaiana, eu sou de General Câmara, o tenente Several era de Porto Alegre. Tinha também o tenente Adão Alves Teodoro que era de Quarai, uma cidade da fronteira do Rio Grande. Tinha outros, mas agora eu não me

⁸⁹ Ata de fundação do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha. Ponta Grossa, 06 de dezembro de 1958.

⁹⁰ FRANCISCO, José Correa. **Entrevista**. Ponta Grossa, 08 de setembro de 2003. Doravante apontada no texto como Entrevista 10.

lembro”.⁹¹ Contudo não tenha lembrado dos demais nomes, o depoimento desse migrante causa indagação sobre a presença desses membros do Exército Nacional na constituição do CTG, o que leva a sugerir que ao ser feito o convite a um desses militares, tornou-se possível chegar aos demais. Aliás, Ponta Grossa acolhia um dos maiores contingentes do Exército do sul do país, sendo que nos seus quartéis conviviam indivíduos transferidos de diversas localidades, sobretudo do Rio Grande do Sul, estado que por sua situação fronteiriça comportava grandes bases militares.

É necessário ressaltar o papel do Exército na conjuntura do país nesse momento histórico. Após ter participado intimamente do poder no período em que Getúlio Vargas esteve à frente do Executivo, e ter buscado impedir JK de assumir a presidência, os militares encontravam-se com menor evidência no cenário político nacional. Durante a “democracia competitiva”,⁹² esse grupo manteve-se obliquado nos quadros governamentais, embora aspirassem voltar a antiga posição, projeto que vai consolidar-se com o golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar. Pode-se inferir, portanto, que a presença de tantos membros do Exército na fundação do Vila Velha estava em consonância com a realidade desse setor da sociedade brasileira nessa época, ou seja, ia ao encontro às expectativas do grupo em fazer-se notar pela sociedade civil e resgatar seu “status” social e seu domínio político.

No mais, há que se refletir sobre a noção de identidade dos militares gaúchos que fundaram o CTG ponta-grossense. Considerando o meio sócio-profissional no qual estavam inseridos, certamente era uma parte importante do seu orgulho pessoal afirmarem-se originários de um estado com passado fortemente marcado por guerras e conflitos e uma longa tradição militar. Nesse sentido, ajudar a fundar uma associação que valorizava e enaltecia tanto essa história, quanto uma figura heróica construída para referenciá-la, revelava-se uma atividade atrativa.

⁹¹ Idem.

⁹² MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo...**, op.cit., p. 65. A autora utiliza o termo “democracia competitiva”, fazendo referência ao número significativo de partidos políticos de massa que, nessa época, disputavam o apoio da sociedade.

Destarte, o mesmo depoente afirmou que alguns fundadores não eram gaúchos: “tinha gente daqui, poucos, mas tinha”.⁹³ Entre os não-migrantes estavam o funcionário público Guaracy Paraná Vieira, os fazendeiros Emilio Marcondes de Oliveira, João Cortabitarte e Evaldo Gomes.⁹⁴

Uma vez realizada a reunião que deu início ao “Centro de Tradições Gaúchas VILA VELHA”⁹⁵, em seguida “foi tudo oficializado”⁹⁶, registrado em cartório já com o nome da primeira diretoria. Nada mais justo que para primeiro patrão tenha sido eleito seu Elpídio.

No decorrer de seus dois primeiros anos de funcionamento, a atividade única do Vila Velha era restrita à participação do grupo que o instituiu e que acabou admitindo um número bastante reduzido de novos sócios, pois como reiterou o depoente José Correa Francisco, eleito para primeiro sota-capataz do centro, “o objetivo do CTG era manter viva a tradição gaúcha. Nós éramos gaúchos, então nós nos encontrávamos pra tomar chimarrão, comer churrasco, cantar músicas gaúchas... Era um momento de descontração nosso, dos gaúchos”.⁹⁷

Ou seja, dava-se continuidade ao formato das reuniões que eram realizadas pelos migrantes antes mesmo da formação do CTG, reuniões estas freqüentadas somente por homens que desejavam evidenciar seus traços culturais distintivos. Tais reuniões continuavam a ser feitas nas casas dos participantes e esse certamente foi um

⁹³ Entrevista 10.

⁹⁴ Consta na Ata de fundação as seguintes assinaturas: Elpídio de Oliveira Fonseca, José Correa Francisco, João Cortabitarte, Cap. Julio da Cunha Seival, Otacílio Maciel, Tenente Adão Alves Theodoro, Basílio Polegacz, Otmar Finger, Tuníbio Alves da Silva, Antonio de Oliveira Santos, Erasmo Mataras, Emilio Marcondes de Oliveira, Elizio Mezzomo, Major Deodoro Alexandrino Gonçalves de Souza, Nicolau Ferigotti, Guaracy Paraná Vieira, Luiz Daitamann e Barros Junior. Dentre esses indivíduos, que consideramos como sendo os fundadores do CTG Vila Velha, não foi identificado o local de nascimento de Guaracy Paraná Vieira, Barros Junior, Erasmo Mataras e Emilio Marcondes de Oliveira. Todos os demais, segundo informação dada por suas famílias por contato telefônico, e através das informações obtidas nos depoimentos, haviam nascido no Rio Grande do Sul.

⁹⁵ Ata de fundação. Op.cit. Grifo no original.

⁹⁶ Entrevista 10.

⁹⁷ Idem.

dos motivos que tornava indesejável a presença de estranhos e de um número grande de pessoas. Outra razão para o grupo manter-se seletivo era o elemento que ao mesmo tempo funcionava como aglutinador e barreira para a entrada de mais integrantes no centro: a identidade gaúcha.

No entanto, a partir do segundo semestre de 1960, ocorreram mudanças nos rumos do centro. Importante para a compreensão sobre os assuntos debatidos pelos sócios do CTG ao longo do período investigado, o livro de atas traz claros indícios de que o centro ganhou outra orientação a partir da troca de diretores. Nesse momento, foi eleito como patrão o migrante Cirton Ribas, radialista bastante conhecido devido ao alcance de sua profissão. Certamente era em consequência da mesma que esse gaúcho entendia que o Vila Velha não deveria permanecer como um grupo ignoto, mas ser divulgado, inclusive pelo meio de comunicação em que trabalhava.

Como será visto na seqüência, Cirton era apresentador de um programa em estilo gauchesco na principal emissora de rádio local. Logo, por detrás da preocupação em divulgar o CTG existiam projetos pessoais, entre eles o de promover-se socialmente e também de conseguir novos patrocinadores. Pode-se entrever que seus anseios não iam contra aqueles emitidos por outros integrantes que desejavam marcar a presença do grupo na sociedade local, como o gaiteiro Tio Elpídio. Juntos perseguiram o objetivo de tornar o Vila Velha conhecido e reconhecido, e esta oportunidade surgiu quando foram convocados pelas autoridades municipais para participar do tradicional desfile de aniversário da cidade, assim como os demais clubes e associações. Entusiasmado, o grupo de migrantes começou às pressas a organizar-se para o evento. De acordo com a ata do dia 15 de agosto desse ano:

O centro aceitou o convite para tomar parte nos festejos comemorativos do aniversário da cidade. Para isso serão expedidos convites especiais aos sócios e simpatizantes, convidando-os para essa jornada cívica devidamente caracterizados... Ainda, pelo patrão, foi comunicado que já fez convite a inúmeros

fazendeiros princesinos, para tomarem parte no desfile... compondo os piquetes do Centro de Tradições Gaúchas.⁹⁸

Porquanto estivessem em um número pouco expressivo e, com obvidade, estivessem dispostos a aproveitar a oportunidade para estimular a entrada no centro de indivíduos que possuíam prestígio em meio à sociedade local, os membros do centro convidaram vários fazendeiros para participar da “jornada cívica” ao seu lado. Tratava-se, claramente, de uma estratégia para melhorar a imagem do grupo, pois estariam desfilando ao lado de homens que julgavam serem portadores de uma boa posição econômica, de um bom nível social.

Com efeito, na ata da primeira reunião realizada após o desfile consta que o patrão, satisfeito com a atuação do CTG, falou sobre a “necessidade de reorganização do centro com aproveitamento de inúmeros fazendeiros que tomaram parte no desfile”.⁹⁹

Sucedeu que, como foi possível aferir nos depoimentos e no livro de atas, de fato passou a ser grande a participação de proprietários rurais. De acordo com um dos depoentes: “um entrava e convidava o amigo também fazendeiro. Meu pai era amigo de muitos fazendeiros e convidava eles para entrar no CTG. Era assim, um convidava o outro e assim ia indo”.¹⁰⁰ Em abril de 1962, um desses indivíduos assumiu o lugar do radialista como patrão e, assim como ele, promoveu transformações.

⁹⁸ Livro de Atas do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha. Ponta Grossa, 15 de agosto de 1960.

⁹⁹ Livro de Atas do Centro...

¹⁰⁰ VALLE, Eloy Gonçalves. **Entrevista**. Ponta Grossa, 16 de agosto de 2004. Doravante indicada como Entrevista 7.

2.2 O CTG DOS “FAZENDEIROS”

Nesse ano, após o fim do governo JK e do contraditório comando político de Jânio Quadros, o Brasil passava pelo mais conturbado dos governos presidenciais da democracia populista. Sofrendo a oposição de forças conservadoras civis e militares, João Goulart assumiu a presidência e teve que enfrentar graves problemas econômicos e sociais.

No Paraná, a posse de Ney Braga representou um marco na trajetória política do estado, dando fim à tensão existente entre os fazendeiros tradicionais, defensores da vocação agrícola do Paraná, e a burguesia comercial e industrial, interessada na industrialização. Tal modificação repercutiu sobre o poder político em Ponta Grossa, pois em 1962, foi eleito para prefeito o comerciante José Hoffmann, que passa a ocupar o lugar que durante muito tempo havia pertencido aos fazendeiros locais.

Foi nesse momento histórico, caracterizado por mudanças políticas, econômicas e sociais, que os fazendeiros aderiram ao Vila Velha, o qual passava a ser dirigido por Evaldo da Luz Gomes, igualmente proprietário da uma fazenda na região.

A eleição de seu Evaldo representou uma ruptura na ordem hierárquica do CTG, afinal após quase quatro anos de existência do centro, a patronagem estava nas mãos de um indivíduo sem elos com as “terras farroupilhas”. Ou seja, para os migrantes gaúchos, embora estivesse no centro desde os momentos iniciais, o novo patrão não desfrutava do mesmo estoque de valores e costumes que eles.

No entanto, disputando com a chapa que pretendia a reeleição do gaúcho Cirton Ribas, esse membro que, durante a busca por inserção e reconhecimento, os havia ajudado a trazer outros fazendeiros para integrar o grupo, certamente nesse momento assumiu o posto de patrão auxiliado pelos votos desses sócios.

Mas, se os gaúchos viam-se derrotados na competição interna do grupo, os fazendeiros percebiam nessa eleição a possibilidade de perseguir seus interesses. Deve-se ressaltar que também esses proprietários rurais possuíam pouca visibilidade na sociedade ponta-grossense desse período e, nesse sentido, instintivamente o CTG lhes aparecia como a oportunidade de modificar tal situação.

Seu Evaldo, após assumir a direção, modificou o funcionamento e as características do Vila Velha, começando por reorganizá-lo internamente. Em seu mandato deu ênfase à construção de um local que pudesse abrigar as atividades promovidas pelo grupo, para isso entrou em contato com o também fazendeiro, então prefeito da cidade, Eurico Batista Rosas, obtendo a doação do terreno onde foi construída uma sede “muito acanhadinha”.¹⁰¹ Conforme a declaração do entrevistado, tratava-se de “um galpãozinho bem pequeno. Cabia só um portão e um cavalo”.¹⁰²

Outra tarefa empreendida pelo novo patrão foi arrumar a documentação da entidade, como a que se referia ao registro de novos sócios e aos estatutos, que ficaram prontos ainda em 1962. Com a ajuda do seu Elpídio, o conteúdo dos mesmos foi inspirado no exemplar do CTG de Santo Ângelo, ficando assim o seu texto final:

Cap. I; Art.2: O CTG tem por objetivo manter a filosofia do movimento tradicionalista decorrente da sua carta de princípios, contribuindo para o fortalecimento e valorização cultural e social... do homem aqui radicado, seus descendentes e simpatizantes a este movimento para que, juntos e unidos, contribuam para a prosperidade de nossa região dos Campos Gerais.

Cap. I; Art. 3: Para consecução de sua finalidade usará o CTG Vila Velha de todos os meios ao seu alcance, especialmente: lembrar, honrar e conservar as tradições e o patrimônio sulino cultivando o espírito tradicionalista da honradez, da dignidade, da lealdade, do cavalheirismo, da hospitalidade e demais virtudes do gaúcho paranaense de antanho lembrado através do ressurgimento de seus costumes e usanças.¹⁰³

¹⁰¹ Entrevista 3.

¹⁰² PINTO, Paulo Ferreira. **Entrevista**. Ponta Grossa, 05 de novembro de 2003. Doravante apontada como Entrevista 2.

¹⁰³ Estatuto do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha.

Ou seja, afora as mudanças físicas e jurídicas, e mais importantes que estas para o presente estudo, foram as mudanças de caráter político-ideológico realizadas por seu Evaldo e seus companheiros.

É perceptível que o estatuto do CTG rio-grandense passou por um processo de reelaboração, durante o qual perdeu suas características originais para expressar a visão que esse grupo desejava impor sobre o gaúcho e suas tradições. Ou seja, implícita e explicitamente, o conteúdo do documento revela a iniciativa em converter o homem do campo, o “paranaense de antanho”, em um gaúcho semelhante à figura cunhada pelos tradicionalistas do Rio Grande do Sul. Dessa sorte, foi mantida na adaptação local do mito do herói valente e campeador, várias qualidades morais, acrescidas de valores e comportamentos nobres que deveriam ser lembrados, “resgatados” dentro do Vila Velha, afinal esta seria sua principal “finalidade”.

Surpreende-se, desse modo, a construção de um discurso que visava transformar todo homem do campo em gaúcho. Por extensão, todo descendente desse personagem campeiro seria também próximo a esse tipo social, indiferentemente do estado sulino que ocorreu seu nascimento.

Foi segundo esse discurso ideológico que o CTG passou a ser divulgado, atendendo ao interesse dos fazendeiros. Ora, ao mesmo passo que os apresentava à população local segundo os elementos de honra e moral atribuídos ao gaúcho, tal discurso também lhes possibilitaria atrair para centro, espaço que dominavam, aqueles indivíduos que identificavam-se com a propaganda.

Utilizando sempre os meios de comunicação para atingir o resultado desejado, de fato tal divulgação resultou no acréscimo no número de sócios, cuja filiação os fazendeiros buscaram facilitar. Conforme indica Ana Tereza Guzone: “o seu Evaldo querendo arrebanhar muita gente...lançou uma campanha e sem pagar taxa nenhuma a pessoa entrava para o CTG... Daí o CTG cresceu bastante, porque ele não cobrava nem

a jóia, nem mensalidade, nem nada”.¹⁰⁴ Por outro lado, embora o livro de atas do centro indique a filiação de 557 associados em janeiro de 1963, através das entrevistas pode-se entrever que apenas 100 a 150 pessoas participavam ativamente das atividades promovidas.

Enquanto os paranaenses entravam, os rio-grandenses saíam, entre eles o poeta que participou da fundação:

Eu fiquei assim, uns quatro anos, até estruturar o grupo. Na verdade, depois o grupo mudou, cresceu muito, já veio outra diretoria, então eu me desliguei. Passei então a dar uma forcinha para eles sem compromisso com horário. Eu colaborava com alguma coisa escrita, com idéias... O grupo passou pra umas cem pessoas, mais ou menos, contando com as famílias. Entrou muita gente aqui mesmo da região. Mudou bastante.¹⁰⁵

Para os migrantes gaúchos o CTG perdia seu significado inicial. Então, seja por discordarem da entrada de pessoas que não haviam nascido no Rio Grande do Sul na associação que haviam idealizado, seja por não aceitarem que suas reuniões exclusivamente masculinas dedicadas a reafirmar sua identidade tenham transformado-se em festividades populares, os migrantes acabaram por deixar o Vila Velha.

De fato, as transformações ocorridas no centro desagradaram os fundadores. Contudo fossem menos visíveis que os grupos em melhores posições, os migrantes gaúchos pertenciam a um nível social mais elevado que os inúmeros novos membros que inscreveram-se no centro após a campanha ideológica empreendida pelos fazendeiros. E, posto que não partilhavam do ideário desses proprietários rurais, lhes era inaceitável aceitar esse ecletismo interno. O mesmo sentimento acometia os militares, que alias, encontravam às voltas com as questões políticas do país, aspirando retornar ao poder sem que para isso fosse necessário aliar-se aos setores populares.

¹⁰⁴ Entrevista 3.

¹⁰⁵ Entrevista 10.

Uma amostra dessa mudança de associados aparece na pesquisa realizada com alguns desses indivíduos através de um questionário simplificado e informal que lhes foi aplicado por contato telefônico. Evidentemente essa investigação apresenta diversas limitações. Em primeiro lugar, devido à metodologia utilizada, pois uma vez com a lista de sócios nas mãos, optou-se em rastreá-los através da lista telefônica da cidade de Ponta Grossa, o que certamente deixou escapar aqueles cujos nomes não constavam como donos de linha telefônica ou que haviam transferido-se da cidade. Num segundo momento, a limitação foi o número de questionários aplicados, dos nomes enumerados como sócios entre 1958 e 1968, apenas 79 foram localizados e mesmo entre estes somente 22 foram entrevistados pessoalmente. O restante já havia falecido, então foram feitas perguntas rápidas a suas viúvas ou filhos. No entanto, embora os números obtidos sejam reconhecidamente pouco expressivos, busca-se perceber seu resultado como sendo uma amostragem do dado que estava sendo buscado através dessa pesquisa: a origem dos sócios.

**ORIGEM DOS SÓCIOS DO CTG VILA VELHA
PESQUISA POR AMOSTRAGEM**

	RS	PG	PR	TOTAL
PRIMEIRA FASE: 1958-60	10	3	5	18
SEGUNDA FASE: 1961-68	2	42	17	61
TOTAL				79

Desse modo, ao final de 1963, o CTG Vila Velha não era mais a associação dos migrantes gaúchos, e sim um centro freqüentado por pessoas com origem nos Campos Gerais, e em Ponta Grossa.

2.3 O CTG DOS NOVOS SÓCIOS

Nesse período, a antiga cidade campesina era o segundo centro populacional do Paraná, e conforme aponta o censo de 1960¹⁰⁶, 78.557 pessoas moravam em seu meio urbano, contra 12.232 habitantes da área rural, o que torna possível afirmar que a cidade seguia a tendência nacional de crescente urbanização. Com efeito, não somente os diversos ramos comerciais, mas também as indústrias de transformação da madeira, e outras pequenas empresas, haviam atraído para o seu espaço urbano uma vasta gama de indivíduos interessados nos empregos que nele eram gerados. Ademais, a esse tempo, começaram a ser planejadas as indústrias de beneficiamento de soja, que ensejando a modernização da agricultura, acabaram intensificando a migração do campo para a cidade.

Portanto, no início da década de 1960, Ponta Grossa acolhia um contingente ainda maior de novos moradores, que somam-se àqueles chegados a mais tempo e a centenas de outros que há muito ou desde sempre eram seus cidadãos. Desse modo, reiterava-se a sua condição de cidade heterogênea - já vista anteriormente - posto que nela viviam e conviviam imigrantes de várias nacionalidades e seus descendentes, migrantes de outros estados e municípios, egressos do campo, e terrâtes. Foi para essa multiplicidade de indivíduos que anunciou-se o Vila Velha.

No entanto, segundo tornou-se possível desvelar nas entrevistas e no contato telefônico, em meio ao mosaico social da cidade, a ideologia suscitada pela nova

¹⁰⁶ FIBGE - Censos demográficos de 1950 e 1960. APUD: DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder político...**, op.cit., p. 72.

diretoria repercutiu mais intensamente em um grupo específico: entre os indivíduos que possuíam algum tipo de ligação com o mundo rural, fosse esta real ou somente afetiva.

Seguramente, desde a entrada dos fazendeiros e durante todo esse decênio, o Vila Velha foi propagado segundo os mesmos contornos dados aos seus documentos oficiais, tal como o estatuto. Assim, tanto nas festas regularmente promovidas no galpão do CTG, quanto nos programas de rádio e nos artigos de jornais, buscava-se apresentar elementos que reportassem ao homem do campo, o “gaúcho paranaense”.

Tome-se como indício o vocabulário usado pelos representantes do centro, pois dona Teresinha abria o programa *Pilchando a Tradição* dizendo: “Buenas, patrícios velhos, com licença para entrar em seu rancho”, ou “indiada buena destes rincões ponta-grossenses, queiram aceitar em nome do CTG Vila Velha, o meu Buenas Noite”.¹⁰⁷ Ao usar termos acastelhanados que pertenceriam ao linguajar do gaúcho e palavras como rancho e rincão, certamente a apresentadora não estava se dirigindo a pessoas com formação urbana, mas àquelas que tivessem vínculos com o campo.

Cabe lembrar que, nessa época, o rádio era o principal meio de comunicação na cidade, haja vista que a televisão era ainda uma novidade que se tornaria concreta com a criação da TV Esplanada, em 1968.¹⁰⁸ Assim, devido a grande receptividade, as emissoras aproveitavam-se para “fazer a cabeça” dos ouvintes¹⁰⁹, de modo que, ao lado das intenções comerciais, implicitamente veiculavam conteúdos ideológicos. No caso do *Pilchando a Tradição*, tal conteúdo tinha por objetivo dar sustentação ao objetivo perseguido pelo grupo de proprietários rurais, que, como foi discutido, desejavam conquistar prestígio e poder social.

Por sua vez, Cirton Ribas também expunha aspectos relativos ao campo em seu programa nomeado de “Estância Gaúcha”, no qual “os integrantes do CTG vinham pilchados à gaúcha, ornamentavam o palco com pelegos, com peças de montaria, laços,

¹⁰⁷ Caderno de script do programa *Pilchando a Tradição*, escrito por Ana Tereza Guzone.

¹⁰⁸ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro & ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios) Curitiba: SEED, 2001, p. 120.

¹⁰⁹ Idem, p. 109.

chimarrão”.¹¹⁰ A mesma decoração existia no galpão do Vila Velha, construção de madeira em estilo rústico onde os sócios se reuniam para comer carne assada no fogo de chão ou arroz carreteiro. Eram ambientes que primavam pela simplicidade comuns nas habitações do mundo rural e pela alusão ao trato de animais.

Mas, para além da análise sobre o estilo de linguagem e de ornamentação utilizada pelos integrantes do Vila Velha, faz-se importante ponderar sobre as canções que embalavam esses ‘momentos de descontração’.

Com ritmos variados como a valsa, o shot e a vaneira, as músicas ditas gaúchas tinham como característica, além do uso da gaita como instrumento principal, a abordagem de temas voltados para a vida no campo:

Quando eu saio a cavalo
Montado no meu baio
Cortando as coxilhas
Eu não acho atrapalho...

Eu abro a minha gaita
E dou uma tocada
De coxilha em coxilha
Só se ouve a toada¹¹¹

¹¹⁰ SCHERDIEN, Germano Lucas. **Entrevista**. Ponta Grossa, 7 de janeiro de 2005. Doravante apontada como Entrevista 11.

¹¹¹ Música Cancioneiro das Coxilhas, composta pelos Irmãos Bertussi e gravada em 1956, no álbum Coração Gaúcho. Por essa época, décadas de 1950-60, desenvolvia-se um amplo mercado para a música regionalista, pois à medida que crescia o número de CTGs e o número de seus associados, crescia também o público interessado em adquirir discos, livros, roupas e outros produtos que referenciassem o gaúcho. Surgiram, então, os primeiros grandes fenômenos da música regionalista, destacando-se os nomes de Teixeira e dos Irmãos Bertussi, artistas estiveram em Ponta Grossa por algumas oportunidades e também subiram ao palco da Rádio Clube Ponta-grossense.

Várias vezes citada no caderno de dona Terezinha, essa música é também mencionada por outro entrevistado, segundo o qual nesses momentos “apresentava-se muito a música Cancioneiro das Coxilhas, que era quase um hino”.¹¹²

Tal como essa composição, a quase totalidade das músicas e das poesias com inspiração regionalista propositalmente retratavam o gaúcho como um personagem livre, alegre, valente e bom de briga, mas, ao mesmo tempo, sensível e romântico no tratamento com as mulheres, amante da natureza, cuidadoso com seu cavalo. Mais ainda, esses trabalhos artísticos transmitiam a visão do campo com um espaço idílico, um mundo perfeito, repleto de paz e harmonia, onde as relações transcorriam sem conflitos, onde as exigências da vida em sociedade não afetavam as pessoas. Uma vez longe desse mundo, perdia-se a segurança e os referenciais de vida, como conta a seguinte poesia:

Sou a raiz que rebrota
No matagal do progresso
Tal qual o fantasma egresso
Dum cemitério pampeano
Alma de velho vaqueano
Que a noite sai gaudereando
A passo lento, assobiando
Na direção do minuano¹¹³

Com efeito, tais trabalhos foram apresentados nos citados programas de rádio, e no CTG, com claras intenções ideológicas. Por detrás da simples finalidade de animação, eles eram usados para interpelar o público com idéias e valores que os

¹¹² Entrevista 11.

¹¹³ Poesia intitulada “Quem sou...”, retirada do livro de poesias com temas gauchescos que pertencia ao ex-patrão do CTG Vila Velha, Ivo Bittencourt, e que nos foi doado pelo mesmo em novembro de 2002, passando a compor nosso acervo de fontes. Em péssimo estado de conservação, a livro ainda permite identificar que o autor chama-se Altair Borba e que seu ano de publicação foi 1955.

atingisse, provocando sua adesão ao centro. Assim, embora escritos para serem recebidos pelos tradicionalistas do Rio Grande do Sul, acabaram encontrando eco no imaginário de indivíduos que não possuíam ligação alguma com este estado, mas, sim, com o mundo campeiro.

Tratava-se de migrantes da área rural de Ponta Grossa e de outras cidades dos Campos Gerais, ou mesmo ex-moradores dos pequenos centros urbanos da região, e em muitos casos, os filhos e netos desses antigos camponeses; jovens, idosos e adultos, alguns abastados e bem colocados na sociedade, outros de condições e posição mais modestas.

Nos é permitido pensar que embora estivessem morando em uma cidade de porte médio para época, esses indivíduos possuíam uma bagagem sócio-cultural que não se esfacelaria ao gosto das mudanças. Por certo eles mantiveram vários hábitos que eram comuns entre a população rural. E se com passar dos anos seus traços culturais foram enfraquecendo, em geral não deixaram de ser oralmente repassadas as novas gerações nas histórias de vida que os pais contavam aos filhos.

Todavia, no centro urbano esses personagens encontravam-se imersos nas coerções e relações de poder entre inúmeros grupos sociais, diante dos quais sentiam-se em desvantagem, pois não tinham o mesmo status social. Nesse sentido, a vida no campo, embelezada pelo brilho da distância, aparecia-lhes como um tempo melhor e mais feliz, e nesse ponto as músicas e poesias com inspiração gauchesca revelaram-se bastante aprazíveis. Dito de outra forma, havia uma certa adequação entre o ideário veiculado pelo CTG e as expectativas desses indivíduos.

Com efeito, para além inscreverem-se no Vila Velha em busca de um espaço de lazer, conversa, dança, um clube social mais acessível que não cobrava mensalidade, esses novos sócios desejavam inserir-se em um grupo no qual encontrassem reciprocidade no sentimento de saudosismo pelo campo.

Assim, ao iniciar 1964, eram outras as características do centro, eram outras as características do seu quadro social, que tornou-se mais vasto e variado.

2.4 DE CAMPEIROS A GAÚCHOS

Em todo Brasil, esse ano marcou a derrubada da democracia populista através do golpe militar que instalou o regime autoritário de governo. Nos anos seguintes, enquanto economicamente o país elevou-se a padrões maiores de acumulação de capital, o que aconteceu devido à associação com o capital estrangeiro, no plano sócio-cultural ocorria um “endurecimento” no tratamento dado pelo Estado à população, sob o influxo do combate ao comunismo e do expurgo dos suspeitos de contrariar a ditadura. Foi um período de muitas prisões, torturas, exílios e censura, bem como de repulsa das elites e dos militares para com as manifestações populares, vistas como ameaça a ordem reinante.

Ainda nessa época, os governos estaduais passaram por profundas transformações, à proporção que suas lideranças ficaram cada vez mais subordinadas ao regime. Mas, se o governador Ney Braga conseguiu adaptar-se a nova realidade política, o comerciante eleito para prefeito de Ponta Grossa viu-se obrigado a renunciar em 1966, quando o poder municipal foi entregue ao fazendeiro Plauto Miro Guimarães, vice-prefeito eleito indiretamente pelos vereadores, em 1964.

É importante salientar, com a eleição de Evaldo Gomes para dirigente, o e então deputado “dr. Plauto” foi convidado para ser patrão de honra do Vila Velha posto que, na prática, equivalia a condição de padrinho. Em função dos interesses políticos desse herdeiro de uma das famílias mais tradicionais da cidade, tal convite foi “prontamente

aceito”, contudo o livro de atas e as entrevistas revelem que nunca tenha tomado parte nas atividades realizadas pelo centro.¹¹⁴

Sucedo que, conforme foi possível averiguar nos documentos escritos e nas entrevistas, em um primeiro momento, a aglutinação de inúmeros indivíduos advindos de setores populares não possuía motivações políticas. Apesar de atingidos, quem sabe levemente, pela opressão que recaía sobre a massa da população durante a ditadura, e até por conta dela, os novos sócios eram movidos apenas pelo anseio de inserir-se em um grupo social, que lhes inspirava certa confiabilidade. Ademais, pode-se dizer que se adiante adquiriram vontades políticas, estas não eram de sublevação. Pelo contrário, a exemplo e influenciados pelos proprietários rurais, passaram a defender o conservadorismo.

Todavia, importa aqui perceber a primeira intenção. Tal como foi aludido a pouco, o que desencadeou o encontro dessas pessoas foi a evocação de um mundo rural que as fazia lembrar de situações vivenciadas ou transmitidas pelas gerações anteriores.

Ia no CTG mais sempre alguém que tinha alguma coisa assim, tinha um cavalo. Ia mais as pessoas trabalhadora, as pessoas dos clube não ia. Essas pessoas viviam na natureza, assim como os gaúchos. Gostava da lida também. Então eu ia muito, porque o que eles falavam tava dentro do estilo da gente. Então eles falavam assim, no começo de uma cantoria: que o ginete, o índio, que eles chamavam de índio aquele que saí sem destino, o gaudério, um sujeito sem parada certa. Então eu era assim, quando eu era tropeiro.¹¹⁵

Depreende-se na declaração, que esse antigo participante visualizava-se ao ouvir nas festas do Vila Velha as “cantorias” que enalteciam os hábitos e a utensilhagem mental do gaúcho, atitude que somente pode existir porque o discurso ideológico do CTG transmitia uma mensagem verossímil. Em outras palavras, porque apresentava

¹¹⁴ Os termos entre aspas foram retirados do Livro de Atas do CTG.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Otávio Lourenço. **Entrevista**. Ponta Grossa, 25 de agosto de 2004. Doravante apontada como Entrevista 8.

elementos que, de alguma forma, possuíam correspondentes na antiga realidade de vida desse ex-tropeiro.

Por conseguinte, estavam dadas as bases para a apropriação de determinados traços identitários atribuídos a essa figura quase mitológica e de vários aspectos culturais que a mesma teria outorgado aos rio-grandenses. Ou, consoante a afirmação de Heliana Angotti Salgueiro, estavam dadas as “condições de possibilidade” para que tal processo ocorresse.¹¹⁶

Na esteira de Salgueiro, a historiadora Etelvina M. C. Trindade ressalta que a transferência de matrizes não pode ser entendida como feita linearmente, antes devem ser buscadas as particularidades que a permitiram, pois “toda tentativa de leitura desse processo terá, pois, que levar em conta as especificidades históricas e os responsáveis pelas decisões...”.¹¹⁷ Transportando essa via de investigação para o presente estudo, percebe-se que foram justamente as especificidades históricas da região dos Campos Gerais e o agrupamento de indivíduos que direta ou indiretamente as conheceram, que proporcionou o desencadeamento dessa transferência. Dito de outra forma, tomando de empréstimo as palavras de Trindade, foram essas “peculiaridades” que tornaram possível que os integrantes do Vila Velha se “espelhassem” no “modelo” do gaúcho.¹¹⁸

Assim, prosseguindo o projeto já iniciado pelos proprietários rurais que passaram a dirigir o CTG, e em conjunto com estes, os novos sócios apropriaram-se de práticas e símbolos até então restritos aos integrantes dos centros rio-grandenses e ao discurso do Movimento Tradicionalista que os havia instituído e oficializado. Ou seja,

¹¹⁶ De acordo com a autora, a “noção de condições de possibilidade mostra-se especialmente fecunda numa reflexão comparativa, substituindo com vantagens e indo além da noção inadequada e ultrapassada de influência”. SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Revisando Haussmann**. Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). In: Revista USP, n. 26, jun-ago, 1995, p. 196.

¹¹⁷ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Espelho e modelo**. A internacionalização do pensamento urbanístico. Curitiba na virada do século. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XIX Reunião. Curitiba, 1999, p. 234.

¹¹⁸ Idem.

de forma mais intensa que nos anos anteriores a 1964, produziram uma forma diferenciada de interpretação sobre a imagem do gaúcho, que deixa de ser alusiva à figura mitológica dos pampas e passa a definir qualquer homem do campo.

Gaúcho é o homem do campo... É um homem que tem as lidas campeiras... Tem gente que pensa que gaúcho é só do Rio Grande do Sul, o rio-grandense, é um engano muito grande, porque desde que me conheço, meu pai já me ensinava que gaúcho é o homem do campo (...). Pode ser paranaense mas está de chapéu, barbichacho, bota e espora, é tão gaúcho quanto aquele que vive no Rio Grande do Sul. Veja bem, isso é ser gaúcho, é gostar das coisas do campo, das lidas campeiras.¹¹⁹

O entrevistado afirma ter aprendido ainda na infância que o paranaense é “tão gaúcho” quanto os rio-grandenses, pois indiferentemente do local de nascimento, poderia ser assim chamado qualquer homem ligado às atividades campeiras.

Antes de mais, importa dizer que, no período aqui estudado, o depoente era um jovem entre os 15 e os 25 anos, que cresceu ouvindo falar sobre as coisas e o jeito do gaúcho, retórica que paulatinamente passou a fazer parte da sua visão de mundo. Também cabe lembrar que, a sua maneira, ele reproduz o ideário do pai, o fazendeiro Tobias Gumercindo do Valle, que ao final de 1964 foi eleito patrão do CTG. Ou seja, seu ‘educador’ comungava da intenção dos demais dirigentes do centro em afirmarem-se semelhantes a esse tipo social dotado de várias qualidades, atitude que estenderam-se não somente a seus filhos, mas a todos os sócios.

Dando seqüência, para além da imagem, várias singularidades comportamentais, bem como diversos elementos de vestuário, culinária, vocabulário, dança e, sobremaneira, aspectos de sociabilidade conferidos ao gaúcho foram diversamente codificados, ganhando novos significados no Vila Velha. Com obviedade, esse processo obedeceu às escolhas dos membros do centro, pois estes selecionaram determinados elementos, refutando outros, em função de seus interesses imediatos, que

¹¹⁹ Entrevista 7.

variavam de acordo com o nível social, o sexo e a idade, ou mesmo perante a reunião de um ou mais desses fatores.

Desvela-se, assim, uma ação criativa por parte dos sócios do Vila Velha, uma releitura das coisas gauchescas. Para analisá-las, recorreu-se às formas de releitura estudadas por Roger Chartier.

Alinhando-nos as discussões desse autor, embora atentando para as diferenças de objeto, percebemos que o processo de apropriação “permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção”.¹²⁰ Ora, tal como ocorreu com os membros do CTG, os modelos “não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole”, afinal este é dotado de liberdade e intencionalidade para produzir sentidos não pretendidos ou singulares sobre os mesmos.¹²¹ No mais, continuando a trilhar o caminho de análise de Chartier, observa-se que esses novos sentidos, essas novas interpretações das matrizes que foram plantadas pelo 35 CTG e solidificadas pelo Movimento Tradicionalista, certamente afetaram esses indivíduos, conduzindo-os “a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”.¹²²

Nesse sentido, os membros do Vila Velha não somente resignificaram o gaúcho e suas tradições, como modificaram seus valores e comportamentos a partir dessa resignificação. Mais ainda, voluntária e involuntariamente, esses indivíduos empreenderam uma verdadeira reinterpretação das suas histórias de vida, refazendo-as, rememorando-as de forma a ficarem semelhantes ao modo de vida, ideologicamente, associado a esse tipo característico.¹²³

¹²⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 136.

¹²¹ Nenhuma “leitura” é dotada de passividade, pois sempre ocorre uma apropriação que vai ao encontro as coordenadas espaço-temporais do leitor. Idem, p. 25.

¹²² Ibidem, p. 24.

¹²³ Essa relação entre lembranças e representações é trabalhada por Ecléa Bosi quando afirma que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias

Aliás, é interessante observar que essa nova compreensão do seu passado, ou de sua família, trazia oculta a intenção de apresentarem-se como autênticos tradicionalistas.

A pessoa que é tradicionalista já se criou com os costumes, acostumado na lida de campo. Já vem comigo desde de criança. Meu avô ensinou meu pai, então meu pai ensinou pra mim, que mesmo tendo morado muito tempo na cidade, longe do campo, nunca deixei de gostar da natureza, dos cavalos, nunca desaprendi a lidar com os cavalos, os animais. Isso pra mim é tradição, passa de pai para filho. Vem de família. Aquele que não gosta da lida de campo não é tradicionalista.¹²⁴

Cabe citar ainda as afirmações de outros entrevistados, para os quais “tradição vem de família..., passa de pai para filho”¹²⁵. “Então eles passavam de pai para filho, para os netos, era uma tradição tomar chimarrão por exemplo”.¹²⁶ Ou ainda “é os costumes que os mais velhos foram trazendo”, “a continuação daquilo que eles faziam antigamente...”.¹²⁷

No entanto, para além de perceber a versão nostálgica do campo e da trajetória familiar inclusa nesses depoimentos, é importante vislumbrar por quais motivos esses indivíduos desejavam ‘aparecer’ como herdeiros e ‘continuadores’ de elementos culturais forjados em um passado campeiro. Um caminho obrigatório para chegar as respostas passa por descobrir o que eles entendiam por tradição.

Conforme foi possível contemplar durante a pesquisa, tal como os tradicionalistas do Rio Grande do Sul, para os membros do centro ponta-grossense a tradição era uma forma de conservação, de permanência de usos e costumes que os mais velhos possuíam e que repassaram aos seus descendentes, os quais os

de hoje, as experiências do passado”. BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças dos Velhos.** São Paulo: Ed. EDUSP, 1987, pág. 17.

¹²⁴ Entrevista 2.

¹²⁵ Entrevista 2.

¹²⁶ FONSECA, Roseli. **Entrevista.** Ponta Grossa, 28 de outubro de 2003. Entrevista 1.

¹²⁷ Entrevista 8.

reproduziam no CTG da mesma forma como eram no passado. Ou, como disse Maria Eunice Maciel, os usavam como um resíduo anacrônico desse passado.

De valor para a compreensão sobre o ressurgimento das tradições ditas gaúchas, um dos artigos da historiadora faz uma crítica àqueles que as entendem como algo cristalizado no tempo e no espaço. Ao contrário, o seu uso dentro dos CTGs não era o mesmo do passado, pois elas também tiveram sua história que incluiu mudanças e variações, desse modo, ao serem reproduzidas já era outro o seu significado. Ademais, certamente essa reprodução levou essas tradições a serem recriadas, senão inventadas, o que nos faz indagar por quais motivações os indivíduos envolveram-se nesse trabalho e qual a sua nova interpretação sobre as mesmas.¹²⁸ Por seu turno, Eric Hobsbawn afirma que a invenção de tradições é uma reação a situações novas que leva a buscar no passado a legitimação para práticas, rituais ou simbólicas, que buscam manter de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social. Elas são indícios de necessidades sentidas no presente.¹²⁹

Portanto, vista por este ângulo, a invenção ou reinvenção de velhas práticas culturais, e a apropriação de tantas outras, leva a crer que tratava-se de uma estratégia de inserção social. Ora, o que movia esses indivíduos não era simplesmente o desejo de dar continuidade ao hábito que o pai e o avô tinham de tomar chimarrão, para citar um exemplo, mas, sim, a intenção de se fazer aceito e estimado dentro do CTG.

Assim, enquanto anteriormente os elementos que demonstravam a ligação com o mundo rural eram relegados a permanecer latentes, em meio à convivência com indivíduos e grupos sociais que valorizavam os hábitos modernos e urbanos, nesse momento ressurgem com outra roupagem. A partir de então, passaram a simbolizar o orgulho de pertencer a um grupo social, como pode-se depreender do seguinte

¹²⁸ MACIEL, Maria Eunice. **Tradição e Tradicionalismo**, op.cit.,p.. 130 e 131.

¹²⁹ HOBBSAWM, Eric. A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, pg 9, 10, 20 e 21.

depoimento: “era um orgulho você aparecer no galpão com uma cuia de chimarrão na mão. Era considerado faceirice”.¹³⁰

2.5 UM AMBIENTE DE FESTA

Não obstante, no período estudado o hábito de matear era uma das principais atividades festivas ou de lazer promovidas pelo Vila Velha. Tal como ele, também outros eventos promovidos pelos CTGs do Rio Grande do Sul passaram a representar algo diferente no Vila Velha. Ou seja, convenientemente assumiram as características do grupo nele reunido, cujo interesse era revitalizar alguns costumes do homem do campo, do “gaúcho paranaense”.

Segundo os depoimentos, o hábito de tomar mate era restrito “as pessoas mais velhas, pouca gente”,¹³¹ porque embora “a base” cultural da região tenha vindo da época dos tropeiros, “depois vieram os alemães”, os “italianos”¹³² e esses não o possuíam. Logo, na opinião dessas duas ex-prendas do CTG, muitas coisas haviam mudado e os costumes já eram outros quando o centro começou a realizar as chamadas rodas de chimarrão, a partir do mandato do seu Evaldo.

Reinventado dentro do centro, esse hábito passou a ser praticado enquanto uma menção a um estilo de vida mais simples, rural, na qual valeria a amizade e o “respeito” entre as pessoas, afinal todos compartilhavam de uma mesma cuia que “passaria de mão em mão sem levar em conta a cor, o sexo ou a procedência” do participante. Seria a prova da existência de “uma amizade sem tamanho” entre eles.¹³³ O campo torna-se, então, um espaço ideal onde todos seriam mais felizes, porque mais

¹³⁰ Entrevista 2.

¹³¹ Entrevista 1.

¹³² Entrevista 3.

¹³³ MARTINS, Carlos Meira. **Entrevista**. Ponta Grossa, 05 de novembro de 2003.

livres, menos pressionados por convenções sociais e problemas econômicos. Nele peões e proprietários viveriam irmanados ao lado do fogo de chão, tomando mate na mesma cuia, contando causos e ignorando as diferenças de nível e poder.

Mas, tal mascaramento da realidade não restringia-se às reuniões destinados a culto do chimarrão, visto que igualmente pode-se ser vislumbrado nos encontros que eram embalados por toques de gaita e violão que culminavam na formação de pares e no início da dança, que se alongava pela tarde ou noite afora: as tertúlias.

De acordo com a depoente, “tertúlia era uma coisa que nós nem sabíamos que era que estávamos fazendo. Que sempre nos reuníamos. Sempre. Um declamava, outro ia contando causos”.¹³⁴ Contudo não existisse o conhecimento do título dado a esse tipo de festa, somente mais tarde conhecido através do estreitamento do contato com os outros CTGs, os sócios do Vila Velha estavam verdadeiramente realizando tertúlias. Diferente das rodas de chimarrão, as mesmas eram geralmente realizadas ao ar livre, em lugar limpo ou a sombra de árvores.

Segundo os depoimentos, essa atividade possivelmente perdia em público, mas não em alegria, para as churrascadas também realizadas em lugar aberto, momentos em que os sócios do CTG se entregavam à degustação de uma refeição que objetivava lembrar a comida simples, ainda assim considerada saborosa, dos tropeiros e peões das fazendas. Para eles, de fato, dias de festa as datas destinadas a reunir o grupo para saborear “um arroz carreteiro” juntamente com “um bom churrasco, uma boa carne assada de forma típica, assada no fogo de chão, de forma a valorizar a forma de assar uma carne ao estilo verdadeiramente gaúcho”.¹³⁵ Novamente, a exemplo do que acontecia nas rodas de chimarrão, também esses momentos de comensalidade davam a falsa noção de que, ao redor da mesa, alimentado-se da mesma panela, todos os membros do CTG eram iguais.

¹³⁴ Entrevista 3.

¹³⁵ Entrevista 1.

Vale ressaltar que as maiores quantidades de carne eram consumidas após os desfiles em comemoração ao aniversário da cidade, afinal após a primeira participação, o centro não mais deixou de fazer o encerramento. Sua presença era esperada pela população, que com curiosidade assistia os gaúchos passarem sobre seus cavalos em plena avenida principal, durante o ano inteiro dominada exclusivamente por automóveis e pedestres. Essas datas ficaram na memória da depoente que ainda era uma criança naquele período, cujo relato foi o seguinte: “o que marca muito era a época do aniversário da cidade, 15 de setembro, que daí terminava o desfile e nos íamos para a sede. Lá tinha churrasco, festa e baile à noite. O dia inteiro festa, meio que direto. A gente já sabia que ia ter festa. Já chegava lá meu pai e ia direto fazer churrasco e sempre tinha bastante pessoas participando”.¹³⁶

Entretanto, mais freqüentados que as atividades citadas eram os bailes realizados no galpão do centro ou nos clubes sociais da cidade, quando para eles eram convidadas pessoas que não faziam parte do quadro de sócios.

2.5.1 Os bailes

Assim, “de quando em quando”¹³⁷ apareciam notas nos jornais convidando a comunidade:

O CTG Vila Velha promove hoje nos salões da sociedade recreativa Dante Alighieri, o baile de seu aniversário de fundação. Serão apresentados números de danças folclóricas e haverá concursos de “Shotz” e Rancheira, com prêmios aos casais vencedores. As danças vão ser cadenciadas pelo “Conjunto Guarujá”.¹³⁸

De acordo o entrevistado, essa atividade

¹³⁶ Entrevista 1.

¹³⁷ Entrevista 3.

¹³⁸ Diário dos Campos. Ponta Grossa. 02 de junho de 1963.

Lotava, lotava, lotava, lotava... fosse onde fosse...E geralmente não era no galpão, porque no galpão não cabia todas as pessoas que compareciam nesses bailes. Era muito bonito. Não era como hoje em dia que vira e mexe saí briga. Era com respeito barbaridade. Enchia de gente e não se via nenhuma discussão. Não precisava sequer de segurança. Nada, nada... não existia problema nenhum.¹³⁹

Essa descrição dos bailes como sendo assinalados por muita alegria e cordialidade é corroborada por outra integrante do centro, segundo a qual esses momentos de diversão eram “muito animados... muito animados... não tinha briga. Muita gente entrava lá com faca e revólver por que era do traje, mas não tinha briga”.¹⁴⁰ Assim, embora fizesse parte da indumentária dos peões andar com uma “faca desse tamanho atravessada nas costas”, não existia atrito entre os mesmos e sim respeito, “respeito barbaridade”.¹⁴¹

Por certo, raramente havia desentendimentos nessas noites de festa e de dança, mas não que isso decorre-se do caráter pacífico e ordeiro dos participantes. Decorria, sim, do fato de estarem sendo constantemente vigiados.

É bastante claro nas entrevistas que caberia ao patrão, ou a alguém com algum tipo de autoridade dentro do centro, exercer um papel de vigilância dos comportamentos do público que freqüentava esses bailes e todos os demais eventos, vigilância esta que se exercia igualmente entre aqueles que eram integrantes do grupo e os que não eram. Obviamente, o ato de zelar pela manutenção da ordem era também efetuado por todos os sócios, sobretudo pelos mais velhos.¹⁴²

¹³⁹ Entrevista 3.

¹⁴⁰ Entrevista 5.

¹⁴¹ Entrevista 3.

¹⁴² Ao analisar a vigilância que se exercia em escolas paroquiais do século XVIII, Foucault discute essa postura enquanto um mecanismo inerente ao “poder disciplinar” que visa manter o controle sobre os corpos e comportamentos dos alunos. Pode-se, em um certo sentido, pensar a vigilância exercida no CTG a semelhança das afirmações do autor, segundo o qual a mesma faz parte de um poder “múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também de baixo para cima e lateralmente”. Ou seja, todos os integrantes dessa rede são “fiscais perpetuamente fiscalizados”. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 158.

Pode-se atestar que todos os elementos apresentados nessas noites dançantes faziam alusão ao espaço rural, iniciando pelo estilo de roupa que os participantes escolhiam para comparecer no salão. Buscando imitar o modelo do gaúcho, os sócios do Vila Velha também incluíram armas em seu traje de baile.

Afora a vestimenta, as músicas e as formas de dançar também remetiam a esse mundo social. Como já foi visto, as músicas gauchescas propositalmente possuíam letras voltadas às histórias de vida no campo, à tranqüilidade, ao desapego às coisas materiais, o que as tornava agradáveis aos novos sócios do Vila Velha.

No entanto, se as letras dessas músicas eram novidade para esses indivíduos, os ritmos não lhes era de todo desconhecido. De acordo com entrevistada mais idosa dentre todos que nos auxiliaram com suas memórias, “todo mundo sabia dançar. Era bonito de ver”. “Era divertido, tocava as músicas antigas, tocava de gaita, não se usava muito o violão, mas gaita. Era xote, valsa, sapateado, mais sapateado”.¹⁴³

Ao tratar sobre os batuques e fandangos promovidos pela sociedade paranaense do século XIX, o historiador Magnus Pereira lembra que após terem sido moda na Europa durante esse século, as danças de rodopiar como a valsa e o xote espalharam-se pelo restante do mundo ‘civilizado’, vindo parar nos salões das classes dominantes do estado. Lentamente, essas formas de dançar foram adotadas pelas classes baixas urbanas e rurais. Nesse sentido, não é estranho que os sócios do CTG e seus convidados soubessem uma variação da maneira como se dançava esses ritmos, transformados em música gaúcha.

Afora os xotes e vaneirões, havia outras cadências como o anu e a chula, cujas formas de dançar foram estereotipadas pelo Movimento Tradicionalista e passaram a ser apresentadas como parte do ‘folclore gaúcho’.

É interessante ressaltar a forma como essas danças chegaram ao Vila Velha. Segundo relatou o gaiteiro do grupo folclórico:

¹⁴³ Entrevista 6.

Tinha uma pessoa que veio do Rio Grande do Sul e ficou morando aqui em Ponta Grossa. Ele participou de outros grupos no Rio Grande e então sabia as músicas. Começou com ele nosso grupo, ele era pedreiro. Era ele quem ensinava. Depois veio a Teresinha, a professora, que foi dando um toque mais de arte na coisa. Ela pegava as danças. Era bem tradicional. Nossa dança era tudo lá de trás mesmo, era uma coisa xucra.¹⁴⁴

Após ter aprendido alguns passos e a sonoridade das músicas com esse jovem migrante gaúcho, a responsável pelo grupo foi buscar aperfeiçoamento no livro escrito por um dos fundadores do 35 CTG, conforme a sua declaração:

...quando o João Alfredo foi embora e eu me vi perdida. Com quem eu ia aprender. Então ele sabia as músicas e as coreografias e me ensinava para que eu ensinasse aos integrantes do grupo folclórico. Fora ele ninguém sabia. Foi então que eu mandei buscar esse livro. Até alguns passos eu não fazia perfeito porque eu não entendia. Era um Manual de Danças Gaúchas que me parece era do Paixão Cortez.¹⁴⁵

Dona Terezinha, na verdade, empreendeu uma releitura das coreografias elaboradas pelos tradicionalistas dos centros rio-grandenses, trazendo-as para o contexto social e ideológico do Vila Velha. Assim, à medida que o grupo folclórico apresentava-se ao público presente nas festividades do centro, os seus passos de dança, a posição de seus corpos, o tratamento entre os pares, os trajes, os enfeites, implicitamente, objetivavam repassar a imagem e o modo de ser do gaúcho. Tome-se como exemplo, a forma grave como os peões batiam os pés no chão, enquanto o corpo deveria ser mantido o mais ereto possível, transmitindo assim a idéia de valentia e robustez.

¹⁴⁴ BERTELLI, José Fleury. **Entrevista**. Ponta Grossa, 29 de agosto de 2004. Entrevista 9.

¹⁴⁵ Entrevista 3.

2.5.2 O rodeio

Todavia, nenhuma apresentação de dança, nenhuma coreografia, foi mais eficaz na divulgação da imagem do gaúcho e dos comportamentos a ele associados do que o rodeio: o Primeiro Rodeio Tradicionalista do Paraná, realizado nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 1965, ou seja, sete anos depois da fundação do CTG.

Após amplamente divulgado nos jornais, no rádio e através da distribuição de folhetos, essa festividade aconteceu em um local especialmente preparado para lembrar o aspecto de uma fazenda de criação de gado, um campo aberto nos arredores da cidade. Nele foram realizadas tertúlias, rodas de chimarrão, churrascadas, apresentações artísticas, bailes e até mesmo uma missa crioula, atividades que chamaram a atenção da população local e das cidades circunvizinhas.

FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO I RODEIO DO CTG VILA VELHA



Portanto, na presença de expectadores, no galpão que propositalmente foi planejado para aparentar uma construção rústica e simples, disputaram-se concursos de dança, de declamação, chula e acordeon. Era a face artística do rodeio, que contou ainda com o disputa entre grupos folclóricos que vieram de Curitiba e de algumas cidades do Rio Grande do Sul.¹⁴⁶ É válido pensar que o convite para que outros CTGs tomassem parte nessa festividade tinha por objetivo tornar o Vila Velha conhecido também em outras regiões. Por outro lado, isso também os ajudaria seus membros na busca por prestígio e poder perante a sociedade local, posto que, nas disputas realizadas durante o rodeio, seriam seus representantes.

Enquanto isso, na chamada pista de laço ocorriam as modalidades relacionadas à destreza no tratamento de animais, como tiro de laço, doma de cavalos xucros, ginetiadas e corridas de cavalos. Em virtude da dificuldade na execução e da exigência de conhecimento acerca do trabalho com animais, essas atividades eram realizadas unicamente pelos peões de fazenda.

Donos de um modo simples de vida, ligado ao campo e aos animais, com os quais desde a infância aprendiam a lidar, ao reproduzir no rodeio as tarefas que cotidianamente efetuavam na fazenda, esses peões realizavam “uma espécie de apresentação”.¹⁴⁷ Desse modo, é pertinente conjecturar que eles alcançavam uma certa valorização do seu trabalho, pois eram vistos como indivíduos portadores da coragem exigida pela dificuldade em adestrar animais, além, é claro, de um exímio talento para montaria. Conseqüentemente, esses membros que em geral ocupavam uma posição de menor destaque dentro do CTG, dada a sua simplicidade e pouca atuação em eventos como bailes e mateadas, no transcorrer do rodeio transformavam-se em seus maiores representantes. As características psicológicas daquele que seria o verdadeiro habitante

¹⁴⁶ Ata do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, 15 de janeiro de 1965.

¹⁴⁷ Idem.

do pampa são transferidos para esses peões, que simbolicamente se tornam o modelo de um homem ligado à natureza, portadores de um espírito de liberdade e companheirismo.

Com efeito, essa era a imagem do homem do campo – o ‘gaúcho paranaense’ - que os sócios do Vila Velha visavam divulgar ao público que receberam no transcórre daquele final de semana, por sinal bem numeroso, pois de acordo com os artigos do Jornal da Manhã escritos após o rodeio a fim de comentá-lo, cerca de trinta mil pessoas passaram pelo parque do rodeio. Muito embora seja necessária cautela para a interpretação desses números, percebe-se que os mesmos configuram-se como um indício do sucesso alcançado por essa promoção do CTG. Vale ressaltar que a afluência de visitantes foi documentada visualmente pelos próprios integrantes do centro.

VISÃO GERAL DO PRIMEIRO RODEIO TRADICIONALISTA DO PARANÁ – 1965



FONTE: Acervo temporário da Casa da Memória de Ponta Grossa.

Todavia, no decorrer dos três dias de rodeio não era somente a imagem do gaúcho que os membros do grupo desejavam repassar aos visitantes, mas também as formas de sociabilidade, o comportamento e os valores vistos como inerentes ao mundo campeiro. Tal como visto anteriormente, tratava-se de uma versão romantizada de campo e de vida no campo, enquanto um espaço que não conhecia nenhum tipo de conflito. Contudo, para além da mera idealização do campo e das suas relações sociais perfeitas, esses indivíduos buscaram reportá-las para o seu convívio, para a vida real.

2.6 COOPERAÇÃO E DIVISÕES

Mas, com obviedade, esse projeto mostrou-se irrealizável, afinal não coadunava-se com os conflitos e a ordem hierárquica do mundo não mimético.

Alias, a impossibilidade de transferência de elementos do mundo campeiro idealizado para o convívio dentro do CTG é perceptível no depoimento de um dos integrantes, para o qual no centro “era todo mundo muito unido. Unido barbaridade. Cada um fazia a sua parte. Nós mexia com a parte campeira. A dona Teresinha cuidava da parte artística. O pessoal da diretoria da parte financeira, de dinheiro. Nós trabalhava tudo em conjunto... Todos se ajudavam”.¹⁴⁸

Ao mesmo tempo que busca passar uma visão de extrema amistosidade nas relações estabelecidas pelos membros do grupo, o depoente descreve as suas divisões internas. Percebe-se, de forma clara, que o Vila Velha seguia a estrutura inventada pelo “35 CTG” e seguida por todos os demais centros do Rio Grande do Sul, qual seja, a organização comumente usada nas propriedades rurais. Assim, embora no discurso o campo fosse pintado como uma “alegre democracia”, na prática o CTG reproduzia sua rígida hierarquia.

¹⁴⁸ Entrevista 2.

Assim, o grupo de nível mais elevado dentro do centro era a diretoria, composta por fazendeiros. Tal situação era justificada pela idéia de que somente eles seriam capazes de ajudar financeiramente o centro e, de fato, eram eles que injetavam a verba necessária para a manutenção do Vila Velha através de doações.

... existia uma caixinha de doações para aqueles membros que queriam doar, sabe, não que fosse uma coisa de mendicância, longe, longe disso aí. Então na verdade as doações que haviam era mais, assim, eram bois. Eram em espécie, dinheiro até não se aceitava. Era mais assim, um sujeito lá, um fazendeiro tal doou um boi, carneiro e isso era motivo para festa.¹⁴⁹

Pode-se inferir que o custeio das despesas do centro ia ao encontro dos projetos pessoais desses proprietários rurais, afinal tal atitude não somente os promovia entre eles e perante o restante dos sócios, mas também perante a sociedade pontagrossense.

Impossibilitados de contribuir dessa maneira ou em dinheiro, a ampla maioria dos sócios encontravam-se em uma posição de menor destaque dentro do grupo. Assim, abaixo da diretoria, vinha o restante do quadro social.

Descrita como “uma turma bem animada” e como “os que mais apareciam”,¹⁵⁰ os componentes do grupo folclórico eram filhos desses diretores, afinal somente eles teriam condições financeiras de custear a indumentária e as viagens. Estes jovens viam na dança e na música uma maneira de enaltecer os elementos inerentes ao gaúcho e, aos poucos, ganharam visibilidade dentro e fora do centro.

De seu lado, definida como mais “acanhadinha”,¹⁵¹ a equipe de laço era composta pelos peões de fazenda, ou seja, por homens de poucos recursos e escolaridade, que embora não assumissem um posto de direção ou lugar no grupo folclórico, eram os que mais evidenciavam os usos e costumes do campo. Afora eles,

¹⁴⁹ Entrevista 7.

¹⁵⁰ Entrevista 3.

¹⁵¹ Idem.

havia ainda aqueles indivíduos que não pertenciam a nenhuma das divisões internas, optando por participar das atividades do Vila Velha tão somente como expectadores.

Com o passar do tempo, essas diferenças de posição e de poder dentro do centro acabaram por gerar uma constante tensão entre os integrantes. Contudo, igualmente com o passar do tempo, as querelas internas acabaram por ser excedidas por aquelas que surgiam de lado de fora. Com efeito, nos anos que se seguiram ao mandato de Evaldo Gomes como patrão, passando pelo primeiro rodeio tradicionalista do Paraná, os sócios do centro vivenciaram diversos e diferenciados conflitos para além daqueles originados no espaço interno do CTG, vivenciaram uma luta simbólica com outros grupos que agiam e interagiam na sociedade ponta-grossense, da década de 1960.

Ponta Grossa, no início dos anos 60 possuía cerca de 78 mil pessoas distribuídas por suas vilas e bairros, assistindo seu crescimento urbano e populacional, participando do seu sistema sócio-econômico. Embora inexpressivas se comparadas com o número de habitantes e a movimentação que estes proporcionavam às principais cidades do país, as características demográficas da maior cidade da região dos Campos Gerais permitem pensar a dimensão e as especificidades da sociedade local.

De fato, à medida que os anos foram passando, Ponta Grossa acolheu uma significativa quantidade de migrantes, pessoas que vinham à procura de um espaço que

mostrava-se promissor, um lugar em que buscariam uma melhor qualidade de vida, um emprego com maiores ganhos, a comodidade que os serviços públicos poderiam fornecer.

Entretanto, conforme foi aludido antes, nem sempre a cidade revelou-se capaz de realizar esses projetos, pois nem todas essas pessoas foram servidas pelos confortos trazidos pelos efeitos da modernização. Mas, independentemente de conquistarem seus objetivos iniciais, esses novos moradores, somados aos antigos habitantes, formaram uma sociedade única: a ‘sociedade ponta-grossense’.

Nesse sentido, é válido pensar que a antiga cidade campesina tornou-se, nesse outro momento, detentora de características próprias construídas ao longo de um movimento temporal, para tomar de empréstimo as palavras de Norbert Elias.¹⁵² Alias, as discussões empreendidas pelo autor em muito contribuíram para a percepção da população de Ponta Grossa como uma sociedade complexa, heterogênea. Ou, novamente fazendo uso de seus termos, Ponta Grossa era uma estrutura de indivíduos interdependentes.

Autor de um importante trabalho para a compreensão sobre a relação entre “indivíduo” e “sociedade”, Elias afirma que “cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a essas outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos”. Tal dependência se deve ao fato de cada pessoa desempenhar uma função na sua configuração social, função esta totalmente vinculada à estrutura específica da dessa configuração e ao período histórico em que se encontra. “Todas essas funções interdependentes, as de diretor de fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outro indivíduo”. Mais ainda, cada uma dessas atividades funcionais depende das funções de terceiros, e

¹⁵² ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 59.

vice-versa. Assim, “é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade””.¹⁵³

No entanto, a vida conjunta e interdependente desses indivíduos no espaço urbano da principal cidade dos Campos Gerais não resultava na perda de sua individualidade. Permanecendo na linha interpretativa apontada pelo sociólogo alemão, apreende-se que numa sociedade cada indivíduo percebe-se a si mesmo como um ser humano particular, mas somente lhe é possível edificar tal consciência perante a convivência com os demais. Em uma análise mais profunda, ele somente é único na sua maneira particular de expressar o repertório sócio-cultural da coletividade em que está inserido.

...as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõe seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira, esse “eu”, essa “essência” pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constante, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual.¹⁵⁴

Com efeito, a sociedade ponta-grossense era o entrelaçamento de uma pluralidade de indivíduos singulares, os quais desempenhavam uma imensa gama de funções na cidade em que conviviam com conhecidos e estranhos, com parentes e amigos, e talvez com inimigos. Todos possuíam seus traços distintos, seus valores particulares que comumente aproximavam-se daqueles exibidos pelas pessoas que lhes eram mais próximas e que faziam parte do seu convívio mais assíduo, que faziam parte do seu grupo.

Sem dúvida alguma, não somente formada por indivíduos, Ponta Grossa era formada por grupos sociais que possuíam as mais variadas origens e orientações, alguns caracterizados por motivações étnicas, religiosas, comerciais, políticas, outros por razões profissionais, outros ainda por sentimentos de classe e de gênero. Na

¹⁵³ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 22 e 23.

¹⁵⁴ Idem, p. 36.

maioria dos casos, ocorria verdadeiramente uma integração entre os indivíduos, uma convivência que com o passar do tempo acabava por fazê-los compartilhar de um conjunto de saberes, linguagens, informações, conhecimentos, tradições e valores. Passavam, então, a reconhecer-se e representar a si mesmos como membros de um grupo específico face aos outros que, com o seu, disputam espaço e poder.¹⁵⁵ Vale lembrar que nem sempre esse processo era consciente, assim como nem sempre era planejado, pois muitas das vezes os indivíduos não atentavam para ele, apenas vivenciavam-no.

Portanto, com base nas premissas apontadas por Norbert Elias, entende-se a “sociedade ponta-grossense” como o conjunto das relações de interdependência e reciprocidade entre uma multiplicidade de indivíduos, bem como entre os numerosos grupos sociais por eles formados. Longe de parecerem estáticas, tais relações estavam permanentemente em movimento, como em um “jogo” - para usar o modelo escolhido pelo autor – no qual o comportamento individual de cada um dos jogadores era regulado pela cadeia de interdependência.¹⁵⁶

Destarte, após essa visão mais geral, importa vislumbrar mais proximamente os indivíduos e os grupos que compunham a “trama vívida da sociabilidade”¹⁵⁷ tecida na sociedade ponta-grossense, da década de 1960. Dela participavam comerciantes e ferroviários, domésticas, políticos e operários, professores, prostitutas... Nela conviviam descendentes de russo-alemães, italianos e poloneses. Nela moravam gaúchos, catarinenses e paulistas, ricos e pobres... Essa era a sua “gente”...

¹⁵⁵ Deve-se ressaltar, no entanto, que um único indivíduo poderia e, por certo, fazia parte de um dos mais grupos sociais (de sexo e de nível social por exemplo) o que não significava que um desqualifique-se o outro, e sim, que ambos influenciavam o seu modo de ser, pensar e agir. Tal discussão, contudo, escapa a proposta da presente discussão.

¹⁵⁶ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte...**, p. 14.

¹⁵⁷ MICELI, Sérgio. Norbert Elias e a Questão da Determinação. IN: NEIBURG, Federico & WAIZBORT (org) **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Ed. USP, 2001, p. 126.

3.1 ESSA GENTE DE PONTA GROSSA...

Permitimo-nos começar por aqueles indivíduos que moravam na cidade há mais tempo e que, em muitos casos, eram descendentes dos primeiros povoadores ou proprietários das grandes fazendas que existiam na região, ou ainda dos imigrantes que a ela chegaram nas décadas finais do século XIX e início do XX.¹⁵⁸ Indivíduos que haviam herdado não somente um patrimônio material, mas, sobretudo, simbólico no campo político e econômico, fator que lhes rendia um determinado status social.

No que tange aos filhos, netos e bisnetos dos detentores das terras dos Campos Gerais, pode-se desvelar que, durante o período estudado, até certo ponto, mantinham o carisma e a autoridade anteriormente monopolizada por seus ramos familiares. Por certo que o alcance de suas influências já não era o mesmo, pois tratava-se de um outro período histórico. Alias, conforme foi discutido, eram outros tempos no estado do Paraná e no país. Economicamente, fazia algumas décadas que a atividade pecuarista não mais resultava em expressiva rentabilidade financeira, capaz de conferir a esses indivíduos a mesma posição de destaque na sociedade ponta-grossense e no contexto estadual. Contudo, se não conseguiram manter o poder pecuniário, mantiveram o poder político, mesmo que passassem a dividi-lo com comerciantes e donos de fábricas.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Em 1877, chegaram na região de Ponta Grossa e em outros municípios dos Campos Gerais os primeiros colonos russo-alemães, os quais foram levados para várias colônias, geralmente localizadas em áreas afastadas do núcleo urbano. Entretanto, inúmeras famílias que vieram para trabalhar na terra, dirigiram-se para as cidades, pois foram assentadas em solos improdutivos que por mais que gastassem seu suor para cultivá-las com gêneros alimentícios, jamais os conseguiriam produzir. Restava-lhes juntar-se aos compatriotas que já haviam vindo da Europa com a intenção de desempenhar trabalhos urbanos. PINTO, Elisabete & GONÇALVES, Maria A . **Ponta Grossa...** op.cit.

¹⁵⁹ Convém acrescentar que, apesar das várias mudanças no plano político e econômico nacional e estadual, no período entre 1891 a 1929, entre os dez prefeitos que administraram Ponta Grossa, apenas dois não eram fazendeiros. Em 1934, 1945 e 1946, militares assumiram o executivo em virtude do conturbado momento político do país. Já nas décadas seguintes o poder local é dividido entre as famílias tradicionais e os representantes da classe comercial e industrial, como exemplo pode-se citar a eleição de comerciante José Hoffmann em 1962, prefeito que renuncia em 1966 e deixa o cargo para o advogado e fazendeiro Plauto Miro Guimarães. Ver: DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder local e qualidade de vida...**, op.cit., CHAMA, Guisela Frey. Ponta Grossa: **o povo, a cidade e o poder...**, op.cit.

Quanto a estes, averiguou-se que eram, na maioria das vezes, sucessores dos elementos estrangeiros que aproveitaram o pouco investimento em pequenas indústrias para iniciarem seu trabalho no meio urbano, visto que a partir dos insumos disponíveis montaram curtumes, olarias, fábricas de banha, etc.

Assim o fizeram as famílias Justus, Albach, Hilgemberg, Holzmann, Roedel... De outro lado, algumas famílias criaram vários estabelecimentos comerciais, entre os quais estava a Casa Hoffmann, a selaria João Hatschback, a Casa Osternack, o comércio atacadista Ricardo Kossatz e a Cervejaria Adriática de Henrique Thielen. Com o passar dos anos, esses imigrantes foram somando um relativo montante financeiro, expandindo seus investimentos e ganhando influência nos meios sociais. Seus filhos e netos, já bem postos na sociedade local, tornaram-se membros do grupo que direcionava seus rumos políticos.¹⁶⁰

Importa evidenciar que, indiferentemente da origem genealógica desses indivíduos, pode-se dizer que compartilhavam determinadas crenças e valores. Em um primeiro momento, havia a crença de que faziam parte de um grupo mais antigo, no sentido de residência na cidade ou por serem descendentes dos seus primeiros moradores. Tal sentimento acometia até mesmo aqueles cujos sobrenomes não eram luso-brasileiros, afinal seus antepassados aportaram na região havia quase um século atrás.

Assim, à dessemelhança dos novos moradores, migrantes que chegaram em Ponta Grossa, por exemplo, a partir da década de 1950, eles possuíam maior participação na sua história.

Tal orgulho poderia ser indicado concretamente pela posição e dimensão que suas habitações ocupavam, pois não estavam espalhadas por bairros e vilas, mas reunidas na área central. Tratava-se de casas unifamiliares com elevada metragem quadrada, algumas de dois ou três pavimentos, com características arquitetônicas que

¹⁶⁰ Ver: LAVALLE, Aída Mansani. **Germânia-Guaíra**: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

produziam um efeito de destaque.¹⁶¹ A proximidade dessas habitações trazia a sensação da proximidade entre os indivíduos, ajudando para que todos se conhecessem e reconhecessem ao longo dos anos.

Essa é a principal característica do grupo que, em seu estudo sobre uma cidadezinha inglesa, Norbert Elias convencionou chamar por “famílias antigas” ou uma rede de “velhas famílias”.

Em última instância, é isso que significa o termo “velhas” quando referido às famílias: significa famílias conhecidas em sua localidade e que se conhecem há várias gerações; significa que quem pertence a uma “família antiga” não apenas tem pais, avós e bisavós como todo mundo, mas que seus pais, avós e bisavós são conhecidos em sua comunidade, em seu meio social, e são geralmente conhecidos como pessoas de bem.¹⁶²

Não obstante, é plausível supor que essas construções refletiam em outro ponto do orgulho grupal: a compreensão de que também em virtude de sua situação financeira e auto-reconhecimento, lhes pertenciam as melhores posições sociais em meio à sociedade local. Ou seja, o poder material era seguido pelo simbólico.¹⁶³ Desse modo, afora a gratificação de sua presença no poder executivo e legislativo, poderia haver a simples gratificação de freqüentar o clube descrito com sendo o mais refinado entre as associações locais, o já mencionado Clube Ponta-grossense.¹⁶⁴

¹⁶¹ SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben M. & SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001, p. 21.

¹⁶² ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders...**, op.cit., p. 171.

¹⁶³ Segundo Bourdieu, “o poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”. Dessa maneira, na presente discussão, entende-se que os indivíduos que compunham as ‘famílias antigas’ retiravam parte do seu orgulho grupal da percepção de que eram capazes de fazer valer sua vontade não apenas em meio aos trâmites políticos, mas também de entenderem que social e culturalmente eram mais autorizados a falar sobre a cidade, portanto de se fazer ouvir. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989, p.15.

¹⁶⁴ Ver: DITZEL, Carmencita de Holleben M. & SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

Mas, para além desses motivos de coesão, havia a crença de que todos os membros compartilhavam de um único conjunto de normas, assim como dos mesmos anseios e projetos. Efetivamente, sob muitos aspectos esses indivíduos possuíam uma semelhante visão de mundo, influenciada pelas histórias acerca do progresso assistido pela cidade. No mais, atendo-se aos anos 60, influenciavam-nos as novidades trazidas pela modernidade.

Já foi visto que, nesse momento, a euforia desenvolvimentista do governo Kubitschek havia provocado, além de conseqüências econômicas, um clima favorável para surgimento de novos valores e hábitos sócio-culturais no país. Sucedendo os famosos ‘anos dourados’ - quando a industrial cultural divulgava o modelo norte-americano - essa década assistiu a consolidação dos veículos de comunicação, como a televisão por exemplo, e do cinema nacional. E enquanto o rock¹⁶⁵ seduzia os jovens brasileiros, ocorria o surgimento de um novo movimento musical chamado bossa-nova. Entre os paranaenses, as novidades culturais eram acrescidas também pela sofisticação dos espaços físicos e de lazer urbanos.¹⁶⁶ Em suma, tratava-se de um período dominado pela sensação de que, cultural e socialmente, estavam-se vivendo novos tempos. Não obstante, a idéia de ‘progresso’ e de ‘moderno’ também fazia-se presente entre o grupo de moradores antigos.¹⁶⁷

¹⁶⁵ De acordo com Hobsbawm, a partir da década de 1960, ocorreu um espantoso internacionalismo na nova cultura jovem nas sociedades urbanas. O blue jeans e o rock se tornaram marcas de juventude ‘moderna’, das minorias destinadas a tornar-se maiorias, em todo país onde eram oficialmente tolerados e em alguns onde não eram, como na URSS. HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos. O breve século XX. 1914 – 1991.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹⁶⁶ TRINDADE, Etelvina M. C. & ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná.** op.cit.

¹⁶⁷ Essa idéia de “moderno” significa, nesse momento, algo diferente do que hoje se entende por modernidade. Nesse caso, ela significa mais um anseio por modernização do que uma aspiração por modernidade tal como a entendem Habermas ou Bergman. Ver: HAMERNAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. Segundo Bobbio “entende-se por modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos” e que visam uma “melhor organização das capacidades e das potencialidades produtivas de uma sociedade”. Essas mudanças possuem um “grande alcance” e estão “intimamente inter-relacionadas”, caracterizando-se assim

Na verdade, entre esses indivíduos tais conceitos não estavam tão presos ao sentido tecnológico ou urbanístico, mas relacionavam-se, talvez principalmente, a estilos de vida, comportamentos e hábitos, por vezes difundidos pelos meios de comunicação de massa.¹⁶⁸

Deve-se ter em conta, no entanto, que embora em crescente urbanização, Ponta Grossa era ainda uma cidade interiorana, dona de um acanhado núcleo urbano, localizado em um estado marcadamente caracterizado pela atividade agrícola. Ou seja, as novidades que a modernização trazia aos moradores dos maiores centros urbanos do país nessa época, eram sentidas apenas levemente por esses indivíduos, e mais rarefeitas ainda chegavam às pessoas de vida modesta.

Mas, embora ‘desafinados’ com relação às novas vivências dos moradores das grandes capitais brasileiras¹⁶⁹, o estilo de vida, os valores e comportamentos dos herdeiros de grandes fazendeiros ou de bem sucedidos comerciantes, serviam de modelo a outros indivíduos e grupos presentes na sociedade ponta-grossense.

Entre eles estavam proprietários de pequenas lojas comerciais, advogados, professores, militares, médicos, políticos, homens que possuíam uma posição de menor destaque ou intermediária, por assim dizer, pois conquanto não fossem membros de famílias tradicionais, também não pertenciam aos setores populares. No entanto, não importa aqui analisar sua menor visibilidade social, e sim percebê-los como indivíduos que igualmente eram defensores do progresso e da modernização e, sobremaneira,

“como um fenômeno complexo, de amplo fôlego e multidimensional, que acontece em períodos de tempo diferentes e em todos os setores do sistema social”.¹⁶⁷ BOBBIO, Norbert; MATTENCCI, Nicola & PASQUINO, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Ed. UNB. 11 ed., Vol.2, 1998, págs. 768 e 776.

¹⁶⁸ Ver: MATOS, Maria Izilda Santos. **A cidade iluminada: olhares sobre a cidade à noite destacando o território de Copacabana**. In: História: Questões & Debates, n.30. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

¹⁶⁹ Procura-se, aqui, demonstrar a diferença entre a modernização que ocorria nas principais cidades e Ponta Grossa, cidade sem grandes dimensões demográficas, localizada no interior de um estado sem grande representatividade no cenário nacional. Contudo, há que se relativizar também o caráter moderno dessas grandes cidades, levando em consideração que perante o contexto internacional pertenciam a um país periférico, pouco desenvolvido, o que as impelia a uma inexpressiva modernização.

como indivíduos que igualmente possuíam um relativo histórico de vida no espaço urbano.

Resguardadas as profundas diferenças históricas entre os grupos investigados por Elias na pequena cidade do interior da Inglaterra e estes que pertenciam à sociedade ponta-grossense, torna-se plausível uma aproximação com a perspectiva de análise do autor. Assim, tomando-a como exemplo, percebe-se que dentre os grupos que há mais tempo habitavam Ponta Grossa, alguns não somente ocupavam as posições de prestígio, como também serviam como modelos de conduta dentro dessa configuração social.

Aliás, ainda seguindo na esteira do sociólogo de Breslau, desvela-se que os moradores que não possuíam o mesmo princípio de antiguidade e não estavam afinados com tal modelo, portanto, adquiriram uma posição de ‘outsiders’ naquela sociedade.¹⁷⁰ Com efeito, entre estes estavam aqueles indivíduos e grupos que há bem menos tempo participavam da sociedade local, e que, não raro, possuíam ligações mais estreitas com o mundo campeiro.

Eram migrantes que haviam deixado as áreas rurais do próprio município ou de outras localidades dos Campos Gerais, e ainda moradores das cidades vizinhas ou de cidades mais distantes, cujo número de habitantes era mais reduzido que o de Ponta Grossa.

Tratavam-se de grupos bastante ecléticos, posto que entre os migrantes havia fazendeiros que dividiam seu tempo entre cuidar de suas propriedades e juntar-se a sua família que permanecia na cidade, também homens que ganhavam o sustento trabalhando como lavradores, peões ou tropeiros, e ainda donos de chácaras e sítios. A eles somavam-se os que já exerciam profissões urbanas, mas que estavam mais habituados ao ritmo de pequenas cidades. Deve-se ressaltar que ainda estavam nesse grupo, além das mulheres, os filhos e netos desses homens, gerações seguintes que

¹⁷⁰ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders...**

embora não tivessem uma ligação tão próxima com o meio rural, estabeleciam com esse espaço ligações afetivas por conta do histórico familiar.

Em suma, eram indivíduos que exerciam as mais diversas atividades, alguns proprietários de terras, abastados ou não, outros donos de poucos recursos, mas a maioria nascidos e criados no campo.¹⁷¹ Entre estes últimos, estava um migrante cujo depoimento foi capaz de revelar a decisão de afastar-se desse mundo apenas pela necessidade de buscar melhores condições de vida, o que ocorreu em 1952.

Fui tropeiro. Fui buscar muita tropa lá no Rio Grande. Andei por lá lutando por mula naquelas internadas e formando tropa. Vinha lá de Viamão até Ponta Grossa, aqui tinha umas internadas do meu patrão, então parava para descansar a tropa, cuidava para ficar mais bonita e então levava para Cambê, perto de Londrina (...) Depois que eu casei parei com a tropa. Então comprei umas terrinhas pra plantar alguma coisa, mas a renda era muito pouca, não dava pra se manter bem. Daí vim pra cidade, trouxe uma carroça, uns cavalo, uma vaca de leite. Deu muito trabalho para cuidar, então vendi carroça, cavalo, vendi tudo e me empreguei na prefeitura.¹⁷²

Ao planejar morar “na cidade”, esse homem idealizou um cotidiano seqüencial àquele que tinha no meio rural, trazendo na mudança instrumentos de trabalho na terra e animais como a vaca de leite. Na verdade, trouxe consigo uma verdadeira bagagem cultural, conhecimentos e comportamentos. Mas foi obrigado a revê-los, a começar pela vaca, que teve que vender por não ter o terreno necessário para lhe propiciar a adequada alimentação, pois dispunha apenas de um lote onde construiu sua casa, após empregar-se na prefeitura.

Eu vim morar aqui em 1952. Em 52 tava lá ainda com a vaca e a carroça. Em 53 eu entrei trabalhar na prefeitura. Eu morava na vila Madureira, morei lá cinco anos e pouco. Depois construí uma casa em Uvaranas, na vila Marina e fui morar lá. Morei seis anos lá, quando vim

¹⁷¹ Cabe lembrar que esses fazendeiros, contudo se iguallassem enquanto proprietários rurais aos fazendeiros que integravam o grupo das famílias antigas, não o eram iguais no poder simbólico, haja vista não descendiam dos homens que social e politicamente haviam ganho destaque na cidade.

¹⁷² OLIVEIRA, Otávio Lourenço. **Entrevista**. Ponta Grossa, 25 de agosto de 2004. Doravante referenciada no texto como Entrevista 8.

para cá, nessa casa aqui, onde estou até hoje. Aqui só tinha umas três casas, o resto era campo, campo de criar gado.¹⁷³

É interessante observar nesse outro trecho do depoimento que, conquanto não tenha sido possível manter a rotina do campo, em Ponta Grossa ele não passou a viver propriamente em um mundo urbano. Na verdade, ele passou a morar em bairros distantes, pois conquanto fosse pequeno o seu poder de compra, nesses locais os preços dos terrenos eram mais acessíveis.

Ademais, há que se frisar que o entrevistado reitera as modestas dimensões que a cidade apresentava no período investigado, pois os bairros de Uvaranas, Nova Rússia e Jardim Carvalho¹⁷⁴, não ficavam a longas distâncias do espaço central e ainda assim eram pouco povoados, cercados de campo, de gado. De resto, nem o próprio núcleo central era densamente habitado ou possuía o movimento que se podia assistir nas cidades de grande porte.

Tal como o ex-tropeiro, outros indivíduos igualmente haviam abandonado o campo, construindo suas casas em áreas distantes do espaço central.¹⁷⁵ Já os fazendeiros haviam edificado suas casas em lugares próximos as ruas mais movimentadas, porém não competiam em tamanho e arquitetura com as casas dos bairros habitados pelas famílias tradicionais.

Portanto, utilizando novamente a questão de tempo e local de residência em Ponta Grossa, em linhas gerais pode-se dizer que entre esses grupos não havia uma visão de antiguidade, nem mesmo de similaridade econômica. Ao contrário, embora

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Nova Rússia era o bairro em que ficava localizada a Vila Madureira, e Jardim Carvalho era o bairro onde o entrevistado passou a morar e reside até hoje.

¹⁷⁵ Segundo Cicilian Sahr, “os anos cinquenta e sessenta representam a fase de maior expansão do espaço urbano de Ponta Grossa, em termos de área. A malha urbana estende-se anarquicamente para diferentes direções, parcialmente em áreas contíguas aos loteamentos já existentes, parcialmente em áreas periféricas e de difícil acesso”. SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Estrutura interna e dinâmica social...**, op.cit., p. 26.

tivessem tornado-se membros da ‘sociedade ponta-grossense’, o que lhes assemelhava era o fato de socialmente serem percebidos como novos moradores.

Regressando ao estudo que Elias realizou sobre Winston Parva, para mais uma vez dialogar com o autor, torna-se possível visualizar que os processos migratórios, “às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para o outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Têm que se acostumar com o papel de recém-chegados...”.¹⁷⁶

Nesse caso, para além de, refletida e irrefletidamente, tentarem relacionar-se com os grupos já existentes e deixarem a imagem de “recém-chegados” para tornar-se indivíduos inseridos na sociedade local, os migrantes também buscaram inserir-se em um grupo específico, o grupo que freqüentava o CTG Vila Velha.

Atraídos pelo discurso que apresentava os usos e costumes do gaúcho como sendo inerentes ao homem do campo, acabaram tornando-se os seus novos sócios do centro, juntando-se aos migrantes gaúchos que igualmente eram ‘outsiders’.

3.2 POR DENTRO: UNIDADE E DIVERSIDADE

No entanto, é lícito pensar que a participação no CTG não resumia-se somente à procura pela convivência com outros novos moradores, outros migrantes. Ser sócio do centro significava também reencontrar-se em um novo mundo social.

Assim, convém considerar o seu papel de ‘outsiders’ no que concernia também à sua formação cultural, tendo em vista que estavam imersos em uma outra configuração social, distinta daquela em que haviam crescido e acumulado experiências. Conforme referido antes, cada indivíduo traz a marca da história de seus relacionamentos com os

¹⁷⁶ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders...**, op.cit., p. 174.

outros membros da sociedade onde nasceu e desenvolveu os traços de seu personagem, os quais possuem íntima relação com seu *habitus* social. Nas palavras de Norbert Elias, esses traços seriam como “algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social”.¹⁷⁷

Nesse sentido, embora esses indivíduos tenham modificado suas “idéias” e “necessidades”¹⁷⁸ a partir da sua inserção na sociedade ponta-grossense - posto que também nela eram atores participantes do eterno tecer e destecer das relações sociais e não seres imóveis e imutáveis - conservavam uma importante parcela das características pessoais que resultaram da convivência no seu grupo de origem.

Mas, se nesse grupo sua ‘grafia’ era compreendida por todos que compartilhavam da mesma forma de ‘escrita’, em Ponta Grossa exprimia uma linguagem não compreendida, ao menos não de todo. Certamente isso os motivou a empenhar parte de seus anseios sociais no envolvimento com o CTG. Aos seus olhos, no espaço do centro poderiam exteriorizar os elementos culturais que guardavam, quem sabe ao demonstrar que sabiam montar, que conheciam o significado da palavra reदार e serem entendidos, haja vista que entre os indivíduos e grupos estabelecidos na cidade tais conhecimentos não despertavam muito interesse ou utilidade.¹⁷⁹

Por este ângulo pode-se presumir que, a princípio, o ato de ingressar no Vila Velha estava condicionado a adesão a um clube entre os outros que existiam na cidade, mas que os atraía por proporcionar um reencontro com suas origens, ou de suas famílias, no caso dos integrantes mais jovens. Não se tratava, ainda, da adesão consciente a um grupo social.

¹⁷⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993, p. 150.

¹⁷⁸ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos...**, op.cit.

¹⁷⁹ Redear, segundo a explicação dada pelo entrevistado, é a confecção da rédea, uma espécie de correia feita de tiras de couro cru trançado e que ligado ao corpo do cavalo, serve para a pessoa montada guiá-lo, conduzindo o animal, iniciando ou parando-o conforme a forma como manuseia. Trata-se de um artesanato, pois quanto maior a habilidade na confecção e a dificuldade do trançado, mais bela e valorizada é a rédea.

Mas, nesse ponto cabe refletir se de fato o CTG lhes proporcionava uma volta às origens, um ambiente físico e social que os remetia ao campo.

Ora, tal como foi discutido no capítulo anterior, esse espaço assume no Vila Velha uma forma romantizada, passando a ser um espaço de liberdade, diversão e alegria, onde inexistia conflitos e hostilidades entre homens e mulheres, ricos e pobres, pais e filhos, ou mesmo entre pessoas do mesmo sexo, idade, posição social e econômica.

É pertinente pensar que, em um primeiro momento, essa romantização da vida no campo ia ao encontro às necessidades e sentimentos que surgiram perante a mudança para Ponta Grossa e o encontro com indivíduos e grupos diferentes daqueles com os quais conviviam antes, encontro este que lhes exigiu, mesmo que involuntariamente, uma certa contenção das emoções, do comportamento.

Em que pesem as diferenças nos períodos históricos e de problemáticas investigadas, pode-se apoiar a análise nos estudos que Elias realizou sobre o romantismo aristocrático na sociedade de corte da França. De acordo com o autor, as pressões sociais e as mudanças de conduta num espaço em que as funções tornavam-se cada vez mais diversificadas, e a impossibilidade de fugir das coerções, estimulam os indivíduos a buscar conforto em imagens oníricas que lhes mostram, projetadas no passado, uma vida mais livre, simples, natural, ou, em todo caso, melhor.

Ainda segundo ele, via de regra, tais imagens desenrolam-se no campo, espaço mimético onde as peculiaridades sociais e as diferenças de nível dos diversos grupos sociais aparecem de modo recatado. Ademais, de certo modo, o campo é apresentado “livre de vínculos de cadeias de interdependência, livre de coerções das diferenças de poder e de nível, livre das relações de dominação”.¹⁸⁰

¹⁸⁰ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 250.

Contudo, se inicialmente a nostalgia sobre o campo era uma maneira de fugir dos problemas da vida real, em um segundo momento os indivíduos que participavam do CTG descobriram sua capacidade de obliquar esses mesmos problemas em favor de seus interesses imediatos.

Tome-se por exemplo as ‘democráticas’ rodas de mate descritas anteriormente. Tal atividade foi reinventada dentro do CTG pelos fazendeiros e logo aceita pelos migrantes, mas ambos os grupos não tinham em vista apenas viver algumas horas de confraternização ou reproduzir as formas de sociabilidade verdadeiramente existentes no meio rural. Ambos possuíam motivações ocultas, uns em consolidar sua posição de mando, outros em aproximar-se dos donos dessa posição.

Em outras palavras, se para os fazendeiros a versão democrática da vida no campo tornava mais fácil manter sua ascendência no grupo pela dissimulação os sócios das desigualdades de poder, para os sócios menos privilegiados, sentar-se ao lado e beber junto com esses homens que possuíam melhores condições trazia certa gratificação pessoal.

Na prática, patrões e peões não eram iguais nem nas propriedades rurais do passado, nem no espaço lúdico do CTG. Assim, embora buscassem passar a impressão de que inexistiam diferenças entre eles, na verdade, era impossível não haver.

Ademais, deve-se ressaltar que apesar desse encobrimento das diferenças sociais dentro do centro, estas eram responsáveis por uma constante tensão entre os integrantes, a qual transparece em alguns depoimentos, tal como naquele que nos foi dado pelo sota-capataz.

José Correa Francisco lembra que nos dias que antecediam o aniversário da cidade ele sempre dizia para os homens que iam desfilarem: “você me façam um favor, só não vão lá em pilungo e nem mal pilchado. Você arrumem um cavalo bonito, um apero bem

feito, um pelego bonito... Só não vão de qualquer roupa que não seja típica...”.¹⁸¹ Conquanto fosse uma exigência a posse de um cavalo, bem cuidado e “não caindo aos pedaços”, e o uso da indumentária completa, apenas os sócios em melhor situação social poderiam desfilar, pois somente eles tinham condições de comprar bota, bombacha, chapéu e todos os apetrechos que ornavam os animais. Ora, tal exigência restringia a participação dos membros que não fossem fazendeiros, isto é, os peões não eram bem vindos. A estes cabiam apenas as atividades não executadas pelos donos das fazendas, como montar cavalos xucros, arriscando machucar-se, para o povo ver no rodeio.

Não obstante, impossibilitado de desfilar ao lado dos diretores, um desses sócios afirma que após o desfile que deu início ao rodeio, ao invés de ir a cavalo até o parque montado nas imediações do centro urbano, ele e suas filhas foram “de ônibus, descemos pertinho e fomos a pé. Depois minha mulher caçoava dizendo que os outros foram a cavalo e nós fomos correndo atrás”.¹⁸² Embora o depoente não demonstre claramente sua insatisfação em não poder participar do desfile, reconhece a crítica da esposa por seguir os grupos de fazendeiros. Por certo, sob o ponto de vista da sua companheira, que não havia aceitado ser inscrita no Vila Velha, até porque sendo filha de poloneses eram outros os usos e costumes que ela havia aprendido, ir “a pé” atrás dos cavalos transformava-se em uma situação humilhante.

Para além das situações mais ou menos constrangedoras, geradas pelas disparidades sociais, fica patente nas entrevistas que o CTG era atravessado também por relações um tanto conflituosas entre os gêneros. Com efeito, enquanto os homens assimilavam mais facilmente o modo de convivência engendrado no centro, algumas mulheres não escondiam sua reprovação.

Não obstante, quando indagada se participava do grupo, uma das entrevistadas rapidamente responde: “não, eu não gostava. Achava tudo aquilo uma bobagem. Só

¹⁸¹ Entrevista 10.

¹⁸² Entrevista 8.

meu marido via graça em passar de bombacha no desfile, em usar aquele lenço vermelho no pescoço. Até aquele negócio tipo avental de coró que usava amarrado na cintura, com muitas franjas... como era o nome daquilo? Eu não gostava, achava feio”.¹⁸³

Percebe-se, desse modo, que havia mulheres que não compartilhavam da visão do marido acerca do envolvimento com as atividades do Vila Velha, não concordavam com a busca por ‘reviver’ os usos e costumes do mundo campeiro e, por certo, não concordavam em ser prendas.

Nesse ínterim, vale lembrar que a figura feminina criada pelo Movimento Tradicionalista para ser a companheira do gaúcho era destinado apenas um papel secundário, pois a figura exaltada dentro dos CTGs era sempre a masculina. Ao estudar a construção da ‘prenda’, Claudia Dutra afirma que mesmo a indumentária inventada para as mulheres tradicionalistas denuncia a forma de conduta que lhes é cobrada. Para ela, o vestido de prenda carrega toda uma simbologia da imagem da mulher idealizada pelo Movimento, uma mulher que traduz na sua essência um conjunto de ‘valores femininos’. Em última instância, a prenda é a personificação da mulher ‘enfeite’.¹⁸⁴ Deve-se considerar ainda, conforme aponta a autora, que a prenda

... começou a participar no CTG com um lugar certo para sua atuação: como par do gaúcho na representação de suas danças, levando para o CTG sua ‘graça e beleza’. Ela é o par romântico para o ‘herói dos pampas’, a pureza e a delicadeza são elementos tidos como naturais, vistos como inerentes à mulher gaúcha. O gaúcho, descrito como homem ‘forte e valente’ encontrava na prenda a sua companheira idealizada, uma mulher bonita, recatada, doce e graciosa.¹⁸⁵

Assim, tal como os centros espalhados pelo Rio Grande do Sul, o Vila Velha possuía uma clara diferença de papéis associados aos gêneros masculino e feminino,

¹⁸³ Entrevista 6.

¹⁸⁴ DUTRA, Claudia Pereira. **A prenda no imaginário tradicionalista**. Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2002, p. 75.

¹⁸⁵ Idem, p. 56.

todavia, essas normas não foram interiorizadas pelo total das mulheres ligadas ao CTG, afinal algumas passaram a agir em resposta a essa estrutura que delimitava seu espaço.

No entanto, a esse tempo, não era somente as clivagens internas que assolavam o Vila Velha.

Por volta de 1965, ou seja, cerca de um ano depois que a grande maioria dos indivíduos e grupos mencionados passou a compor o centro, pode-se dizer que haviam se firmado os laços de amizade entre eles, pois já conheciam-se entre si, já sabiam se localizar como membros de uma mesma associação. Destarte, também nesse ano passaram a ser conhecidos e reconhecidos pelos moradores locais, haja vista que o rodeio conseguiu repercutir a seu favor no que dizia respeito a divulgar o Vila Velha, fazendo-o sair da situação de pouca visibilidade. Eclodiu, a partir daí, a percepção de serem um grupo portador de singularidades que os diferenciavam dos demais.

Tal aferição remete ao estudo de Denys Cuche, autor que ao discutir a questão da identidade cultural afirma que esta “é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato”. Cuche aborda as limitações que as noções de identidade baseadas em teorias objetivistas e subjetivistas apresentam, pois se as primeiras consideram os indivíduos como seres estáticos que recebem sua identidade pronta e acabada no interior de um grupo etno-cultural, as segundas, buscando mostrar o caráter mutável da identidade, peca ao enfatizar excessivamente o seu aspecto efêmero. Em sua opinião, “adotar uma abordagem puramente objetiva ou puramente subjetiva para abordar a questão da identidade seria se colocar em um impasse. Seria raciocinar fazendo a abstração do contexto relacional”. Somente este contexto poderia explicar, num dado momento, porque tal identidade é afirmada ou reprimida. Em suma, deve-se sempre ter em vista que a “construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam

a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas.”¹⁸⁶

Dessa maneira, o autor defende uma concepção relacional e situacional da identidade, cujas bases aponta como sendo dadas por Frederik Barth.

Para Barth, deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Para ele, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.¹⁸⁷

À luz dessas considerações percebe-se que os sócios do Vila Velha tomaram consciência de sua coesão grupal quando foram confrontados com os outros grupos que compunham a sociedade ponta-grossense, sobremaneira, o grupo formado pelas famílias tradicionais.

3.3 PARA FORA...

Em seu texto “A identidade e a representação”, o sociólogo Pierre Bourdieu lembra que

... somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros. O conjunto das definições de identidade funciona como um sistema de classificação que fixa as respectivas posições de cada grupo. A autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social. Por isso mesmo, esta autoridade pode fazer e desfazer os grupos.¹⁸⁸

Nessa vertente, os moradores estabelecidos em Ponta Grossa reconheciam-se entre si como um grupo que desfrutava da situação de poder enunciar, aberta ou

¹⁸⁶ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 182.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 186.

veladamente, que suas especificidades sócio-culturais eram as mais adequadas. Acontece que os princípios culturais exaltados pelo grupo reunido no Vila Velha fugia aos seus padrões.

Entretanto, mais do que entrarem em conflito declarado acerca das suas diferentes visões do mundo social, evidenciava-se entre esses grupos uma forma latente de defesa dos elementos que os distinguiam, defesa esta que, muitas vezes, era expressada através de “fofocas”¹⁸⁹ que diminuía o valor de usos e costumes importantes para os indivíduos do outro lado.

Cite-se mais uma vez o chimarrão como exemplo: enquanto os sócios do Vila Velha o divulgavam como sendo uma prática que lembrava a simplicidade do mundo campeiro, aqueles que não faziam parte do grupo o descreviam como um hábito pouco higiênico, afinal era praticado coletivamente e exigia que todos os participantes sorvessem a bebida pelo mesmo recipiente – a chamada bomba. Era-lhes mais simpática a conversa intercalada com outra bebida servida individualmente, o café.

Pode-se citar ainda a reprimenda que corria quanto às músicas tocadas no CTG ou nos programas de rádio a ele ligados. Obviamente causava certo desinteresse aos indivíduos que possuíam maiores ligações com o espaço urbano ouvir letras que falavam em cavalo, em campo ou tropeada, ou em causos de valentia, tal como a composição dos Irmãos Bertussi intitulada “Baile da Serra”. Como várias outras músicas gauchescas da época, essa também reportava à vida no meio rural, mais especificamente a um baile que aconteceu em um sítio. Uma festa bastante simples, com pessoas modestas, embaladas por um gaitero que tocava um “chote pra dançar afigurado”. Todavia, intencionalmente buscando narrar a coragem que teriam os homens do campo, os autores, também personagens da história, discorrem que o baile por duas vezes foi interrompido devido a brigas entre os participantes.

¹⁸⁹ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders...**

À meia noite deu uma briga lá num canto
Quebraram três, quatro bancos
Nas costas do meu irmão
De madrugada se acharam novamente
Fedeu a pau e porrete
E a revólver e a facão
Eu sou dos quêras que gosta do reboliço
Já me meti no enguiço
Só pra ver o que ia dar...
E assim foi até clarear o dia
Pois ninguém mais se entendia
Até que o baile se acabou.¹⁹⁰

Aliás, aos seus olhos dos demais habitantes da cidade, também as maneiras de dançar dos participantes do CTG eram estranhas, sobretudo aquelas coreograficamente adaptadas pelo Grupo Folclórico. Segundo um dos entrevistados que, apesar de convidado a tomar parte nas festas e inscrever-se no centro não chegou verdadeiramente a aderir ao grupo, nos seus bailes “o povo dançava de modo desajeitado aquelas músicas que pareciam quadrilhas”. Para ele, “essas danças tinham lá a sua graça”, mas isso não o estimulava a participar, pois não “estava dentro do seu estilo”.¹⁹¹

Todavia, pode-se afirmar que as fofocas ganhavam ares mais sérios quando tratavam da indumentária das prendas e peões do CTG. Para uma época em que a moda chegava das principais cidades brasileiras, por sua vez influenciadas pelas novidades internacionais, parecia no mínimo curioso os modelos usados pelas mulheres nas festividades do Vila Velha e nas apresentações folclóricas. Seu ‘traje característico’ era

¹⁹⁰ Música “Baile na Serra”, gravada pelos Irmãos Bertussi em 1956, no álbum Coração Gaúcho.

¹⁹¹ MATTOS, Alcy Ferreira de. Entrevista. Ponta Grossa, 8 de abril de 2005. À época esse senhor era proprietário de um supermercado localizado na área central da cidade, portanto sua visão sobre o CTG e sobre o grupo que o compunha acompanhava aquele expressado pelas famílias antigas.

O vestido de chita ou pelo menos o padrão floreado... O uso do “fichu” dá um toque todo especial a prenda. Lembrando que o “fichú” não é nada mais que um pequeno manto triangular, como um chale usado sobre os ombros e fechado no peito, sem nó, unicamente preso por um broche ou qualquer outro meio, mas nunca atado. Assim sendo, o vestido elegante de chita, limitado aos tornozelos sem decote, o fichú, o sapato fechado, discreto de uma só cor e sem salto. E para completar, uma flor no cabelo, dá um toque final!¹⁹²

Há que evidenciar que além de descrever como as prendas do centro deveriam vestir-se, o autor desse texto também as aconselha a não usarem “penteados ultra-modernos, jóias e relógios atualizados”, pois do contrário não estariam condizente com a “mulher campesina”.

GRUPO FOLCLÓRICO DO CTG VILA VELHA
APRESENTAÇÃO NO CLUBE PRINCESA DOS CAMPOS – 1962



FONTE: Álbum fotográfico de Irma de Oliveira Fonseca.

¹⁹² Jornal da Manhã. Ponta Grossa, 26 de novembro de 1964. Crônica intitulada “Pílulas Guascas”, assinada pelo Major Deodoro Alexandrino de Souza.

Mas se para esse grupo, o vestido rodado confeccionado de chita ou qualquer tecido com estampas floreadas - como os usados pelas integrantes do grupo folclórico, conforme aparece na foto - combinado com um manto de crochê chamado por fichú era um traje elogiado por realçar a feminilidade das integrantes mulheres, para os indivíduos dos outros grupos sociais ele fazia parte de uma moda caipira. E ainda piores eram suas impressões sobre a pilcha dos peões.

A roupa usada pelos homens, conforme ditava o Movimento Tradicionalista, consistia na combinação do uso da bombacha, botas, camisas e lenços amarrados no pescoço, bem como o chapéu e outros apetrechos usados no trabalho de campo, como o tirador.¹⁹³ Era costume também o uso da guaiaca, um cinto com forma mais alargada e rústica, geralmente confeccionado com pequenas divisões destinadas a guardar munição e o revólver, armamentos que, não raro, eram postos ao lado de uma faca ou facão.

Efetivamente esse tipo de roupa e de utensílios comuns àqueles que tratavam de animais, acrescido do fato dos homens carregarem armas à mostra em seus corpos, eram aspectos que causavam reprovação entre os membros das famílias mais tradicionais, que os consideram um símbolo do caipirismo dos novos moradores reunidos no Vila Velha.

De conhecimento dos integrantes do CTG, tais fofocas lhes desagradavam. Entendendo o termo caipira como designação que os inferiorizava social e culturalmente, uma das entrevistadas afirma que

De uma maneira geral em Ponta Grossa era muito difícil porque as pessoas confundiam muito, (...) achavam que era caipirismo, uma coisa retrograda, uma volta ao passado. Eles não entendiam que era tradição, que se cultivava e discutia as tradições. As pessoas achavam que

¹⁹³ Tirador é uma espécie de avental de couro cru, sovado, que os laçadores usam ao redor da cintura para lhes proteger a roupa contra o atrito do laço. Na foto, o homem a direita aparece usando um modelo de tirador.

era uma moda caipira, não uma música regionalista. O caipira então seria o tradicionalista... Elas não entendiam o verdadeiro valor da tradição.¹⁹⁴

Em um momento anterior, a depoente havia apontado quem eram essas pessoas ao enfatizar que, como qualquer associação o centro necessitava de apoio para expandir-se, apoio que não recebiam por parte das “famílias elites”.¹⁹⁵

Deixando vir à baila seu descontentamento com essas pessoas, ela afirma que “Ponta Grossa era meio um feudo... Tinha as famílias elites que continham toda a economia da cidade, tanto é que era difícil até você abrir qualquer ramo comercial devido a essas famílias. Elas não ajudavam, porque se queixavam e rapidamente rotulavam as pessoas. Dessas famílias nunca recebemos apoio nenhum”.¹⁹⁶ Implicitamente perpassa todo o seu depoimento a opinião de que esse grupo não aceitava estranhos entre eles. Desse modo, quando lhes eram solicitadas pequenas ajudas financeiras ou participação na promoção de churrascadas e festas, mesmo que beneficentes, como as que realizavam-se a favor de um asilo local, não mostravam-se receptivos para com a iniciativa dos sócios Vila Velha.

Regressando às afirmações de Cuche, segundo o qual não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si, posto que a identidade existe sempre em relação a uma outra, vislumbra-se que após virem à tona as diferenças entre o grupo estabelecido na cidades e os indivíduos reunidos no Vila Velha, os traços identitários desses últimos ganharam contornos mais definidos. Ou, em palavras mais diretas, após a afirmação da alteridade deu-se a afirmação da identidade.

¹⁹⁴ Entrevista 3. Convém acrescentar que Ana Tereza Guzone transferiu-se 1965 para a cidade de Guarapuava, onde passou a dirigir o Grupo Folclórico do CTG Fogo de Chão. Em seu depoimento, ela afirma que diferentemente de Ponta Grossa, em Guarapuava as pessoas entendiam que se tratava de músicas e danças do Tradicionalismo Gaúcho. “O povo participava, eles tinham orgulho daquilo como no Rio Grande. Eles respeitavam a sua tradição, valorizavam realmente”.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Ibidem.

Assim, embora fossem alvos de comentários depreciativos por parte do grupo com maior prestígio social, os sócios do CTG não arrefeceram a relação desigual das forças simbólicas, mas tentaram, mesmo que secretamente, desfazer o estigma de ‘caipiras’.

Segundo Bourdieu, “o estigma produz a revolta contra o estigma”¹⁹⁷, bem como a busca por apropriar-se dos meios de definir sua identidade. Consoante as discussões do autor, o que esta em jogo era

...o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida... pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto de já se não estar sujeito a ser-se avaliado ou a avaliar-se (pondo-se a prova na vergonha ou na timidez ou procurando acabar com o velho homem mediante um esforço incessante de correção) em função de critérios mais desfavoráveis.¹⁹⁸

Nesse sentido, é lícito inferir que ao invés de desfazer-se dos elementos que tornaram-se motivos das fofocas, esses indivíduos envolveram-se coletivamente, não na busca por reverter à relação de forças simbólicas, mas no esforço de impor uma nova definição do grupo, segundo seus próprios critérios.

Por certo, nessa busca empenharam vários interesses de ordem pessoal, afinal, estava em disputa parte de seu orgulho, da imagem de si mesmos. Para mais uma vez dialogar com Bourdieu: “sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros”... É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p. 125.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 124, nota 20.

Assim, em um primeiro momento, tentou-se inverter a imagem do caipira. Tal termo, conhecido nacionalmente através do personagem Jeca Tatu inventado por Monteiro Lobato, trazia implícito uma visão negativa sobre as pessoas do interior, as quais eram tidas como acanhadas. Efetivamente não era dessa forma que os membros do CTG desejavam ser vistos, mas segundo as virtudes que associavam ao gaúcho. De acordo com o entrevistado

O gaúcho, vou te contar uma coisa... o gaúcho é um homem de gestos largos, ele é uma pessoa espontânea, hospitaleira, ele é também decidido, não deixa nada para depois! O gaúcho é um homem forte, é um homem livre, com aquele pampa, aquelas campinas que se vão longe, você avista o horizonte... Então eu encaro o gaúcho assim, como um homem espontâneo, alegre, forte, decidido, aberto, sempre de bom humor...²⁰⁰

Ou seja, o depoente aponta uma imagem do gaúcho bastante afastada do caipira, senão verdadeiramente oposta, pois o descreve a partir de atributos positivos, como espontaneidade, força, liberdade, decisão, tudo isso combinado com “bom humor”. Sem dúvida, para ele, em qualquer lugar que chegasse o gaúcho seria notado e, até certo ponto, admirado, pois sua presença era quase impositiva. Seus gestos largos, seus trajés, sua alegria não passariam despercebidos.

Não obstante, ao buscarem elementos que pudessem desmentir o apelido que carregavam, nada lhes parecia mais adequado que reproduzir os qualitativos físicos e morais do gaúcho, a começar pela coragem e galhardia. É interessante vislumbrar de que maneiras fizeram essa reprodução, que chegou a ser quase física.

²⁰⁰ Entrevista 9.

**INTEGRANTES DO CTG VILA VELHA
AO LADO DO GALPÃO DO CENTRO – DÉCADA DE 1960**



FONTE: Foto doada pelo sr. Otávio Lourenço de Oliveira.

Por exemplo, note-se o modo como os integrantes arrumaram-se e desejaram ser fotografados. Ambos estão trajados com a indumentária gauchesca, com botas, bombachas, lenço, camisa, chapéu. Ambos carregam armas. No entanto, importa perceber os utensílios mentais obliquados na postura corporal por eles apresentada. Sem dúvida alguma, esses homens preocuparam-se em passar a impressão de que eram semelhantes ao gaúcho, há que se dizer, principalmente aquele que encontra-se à

direita na foto. O gesto de pegar nas armas, a cabeça elevada, a firmeza no semblante, são aspectos que apontam a forma como esses indivíduos queriam ser vistos.

Todavia, para afastar completamente o estigma que lhes havia sido atribuído era premente desfazer a idéia de que, enquanto caipiras, desejavam uma “volta ao passado”.²⁰¹

Com efeito, incomodava-os que as tradições reinventadas dentro do CTG fossem consideradas como “uma coisa retrógrada”.²⁰² Segundo dona Terezinha, tradições são “os costumes da nossa gente, do nosso povo. Veja os outros povos. Quem vem lá da Itália, da Polônia, da Ucrânia... Eles mantem aqueles costumes que não podem se perder. É uma história. É a nossa vida. É a nossa história!”.²⁰³

Além da forma enfática como a depoente expõe suas idéias, a qual certamente foi herdada dos seus tempos de radialista, também é possível perceber claramente a sua defesa de que o CTG não tinha por objetivo empreender uma regressão ao passado, mas “relembrar” determinadas peculiaridades culturais que teriam sido comuns no passado de Ponta Grossa.

Deve-se citar outro entrevistado que, veementemente, defendeu que “a cultura gaúcha não impede que a pessoa goste do progresso. Não significa que você tenha que voltar no tempo e desprezar o que a tecnologia te dá”.²⁰⁴

Revela-se, desse modo, a intenção de mostrar que o indivíduos aglutinados no Vila Velha não eram contra a idéia de progresso. Mais ainda, que eles não estariam caminhando na direção contrária à modernidade pretendida pelos grupos estabelecidos na cidade, porquanto também a desejassem.

²⁰¹ Entrevista 3, op.cit.

²⁰² Idem.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Entrevista 1.

Ora, ao serem apontados como retrógrados, esses outsiders lançaram mão de uma estratégia de defesa que os apresentava como moradores que queriam, tão somente, conciliar os hábitos e valores, que teriam sido herdados do passado, com os elementos culturais trazidos pela modernização. Alias, não somente conciliar, como selecionar aqueles que, no passado ou no presente, eram mais benéficos para a vida social.

Tal discurso, por um lado, permitia afastar a imagem negativa que o grupo das famílias tradicionais lhes havia associado, enquanto de outro dava margem para que pudessem também criticá-las, mesmo que disfarçadamente, na forma como o CTG passou a ser divulgado. Efetivamente o Vila Velha foi sendo dado a conhecer como um espaço profundamente disciplinador, onde o clima familiar seria mantido, onde os “bons costumes” seriam sempre conservados. Nele as moças não usariam mini-saias ou outras modas ‘modernas’ consideradas, por eles, reprováveis pois deixariam o corpo feminino a mostra, nele os rapazes não usariam jeans e camisetas, roupas pouco formais...

Tratava-se, do início de uma nova fase do CTG Vila Velha. Uma fase em que, após já haver se inserido e firmado dentro da sociedade ponta-grossense, o grupo de outsiders aqui investigado passou a relacionar-se de maneira diferente com os outros indivíduos e grupos presentes na cidade. Ao responder às fofocas, de fato tentaram reverter o equilíbrio da relação de forças entre eles e os grupos estabelecidos, embora não o tenham invertido em nenhum momento. Mas, ao fim do período investigado, ou seja, 1968, pode-se vislumbrar que sua presença já era reconhecida, seus anseios já se faziam ouvir, contudo ainda não fossem vistos como moradores antigos.

Evidenciou-se, ao longo do presente trabalho, que o culto ‘organizado’ às tradições gaúchas, realizado por um movimento que inicialmente circunscreveu-se ao Rio Grande do Sul, ao aportar em Ponta Grossa acabou por assumir outras feições. Aliás, tornou-se pertinente afirmar que, mesmo a imagem idealizada do destemido “centauro dos pampas”²⁰⁵, nas mãos paranaenses ganhou uma outra versão, bem menos heróica, muito mais campesina. E não poderia ser diferente, pois tratou-se da recepção de uma figura emblemática e de um conjunto de práticas e valores²⁰⁶ profundamente relacionados com a história da sociedade rio-grandense e que, a princípio, somente nela encontravam sentido.

Com efeito, no primeiro momento dessa dissertação buscou-se destacar que o gaúcho e as suas tradições são frutos de uma lenta elaboração que atravessou diversos contextos históricos antes de chegar aos CTGs, no final da década de 1940. Esse

²⁰⁵ PESAVENTO, Sandra. **Historiografia e ideologia...** op.cit.; p. 61.

²⁰⁶ HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições...** op.cit., p.9.

processo iniciou-se ainda no período formativo, quando os moradores do Continente de São Pedro²⁰⁷ sentiam-se geográfica e economicamente isolados do restante do Brasil colonial, no mais, tendo que lutar para manter seu território perante as constantes incursões de espanhóis e castelhanos tencionando novos limites fronteiriços. Tal sensação de afastamento manteve-se nos tempos imperiais. Eclode, nessa época, a Revolução Farroupilha e, junto com ela, o discurso que valorizava as peculiaridades do território e da cultura locais. Mais do que ‘brasileiro’, o habitante da Província de São Pedro percebeu-se ‘rio-grandense’.

Enquanto corria o século XIX, esse discurso passou por desconstruções e reconstruções, acabando por chegar ao Rio Grande republicano relativamente fortalecido. Nesse novo contexto, novos atores sociais igualmente incitados pela tensão entre autonomia e integração, e sobretudo almejando justificar sua posição de grupo detentor do poder político e econômico estadual, revigoraram aquele sentimento de identidade. Ou, melhor dizendo, através do trabalho de historiadores e literatos, de formação positivista, propositalmente converteram o ‘rio-grandense’ em herói, em ‘gaúcho’.

Todavia, esse ideário que generalizava essa figura dotada de altivez e honradez para todo homem rio-grandense²⁰⁸, perdeu impulso durante o governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas, voltando à baila somente ao final do Estado Novo. Em 1948, com a fundação do “35 CTG”, o gaúcho e as especificidades culturais a ele atribuídas foram retomados e reelaborados por um grupo de rapazes, que logo tornou-se um grupo de tradicionalistas, e depois um movimento que legitimou e popularizou esse personagem idealizado como tipo característico de todos os nascidos no Rio Grande do Sul.

²⁰⁷ OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo...** op.cit., p. 47. O autor emprega a expressão ‘continente’ buscando expressar o isolamento geográfico do Rio Grande do Sul em relação ao restante do território colonial.

²⁰⁸ PESAVENTO, Sandra. **Historiografia e ideologia...** op.cit.; p. 69.

Não obstante, conforme apontado ainda no primeiro capítulo, o culto ao gaúcho e as suas tradições expandiu-se não apenas para as diversas regiões desse estado, mas também para fora dele, alcançando o Paraná, os rio-grandenses que moravam em Ponta Grossa.

Dona de um passado campeiro, com a chegada das estradas de ferro Ponta Grossa entrou em um novo momento histórico. Como conseguiu-se entrever através da pesquisa nos registros de casamento e nos dados sobre sua realidade populacional, ao longo das três primeiras décadas do século XX, a antiga cidade campesina recebeu continuamente novos moradores, em sua maioria atraídos pela possibilidade de empregar-se no comércio ou nas pequenas fábricas, cujos produtos eram transportados pelos trens.

Tal situação se manteve, com algumas variações, nos anos 40 e 50, o que resultou na formação de uma sociedade social e culturalmente heterogênea, à qual este estudo optou por denominar de ‘sociedade ponta-grossense’. Foi nessa figuração, para novamente usar o conceito de Norbert Elias, que os migrantes gaúchos encontraram-se, reuniram-se e fundaram o CTG Vila Velha.²⁰⁹

Ao discutir especificamente a presença desses indivíduos nesse outro mundo social, no segundo capítulo dessa dissertação, constatou-se que a ruptura provocada pelo processo migratório levou-os a reestruturarem seus referenciais identitários e suas redes de sociabilidade. Entretanto, pode-se constatar também que nesse outro espaço, consciente e inconscientemente, esses indivíduos buscaram desfazer a imagem de recém-chegados e integrar-se da melhor maneira à sociedade local, diga-se, na melhor posição social. A exemplo do radialista Cirton Ribas ou do gaiteiro Tio Elpídio, outros migrantes gaúchos não desejavam somar-se ao enorme grupo de novos moradores desconhecidos na cidade, mas tornar-se visíveis, estimados. Nesse intuito, para além de fundarem o Vila Velha, buscaram tecer laços de amizade com fazendeiros que

²⁰⁹ ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte...**op.cit.

moravam na cidade, cuja participação do centro, a seu ver, poderia lhes trazer certo prestígio.

Por sua vez, também estes proprietários rurais perseguiram uma possibilidade de ganhar maior visibilidade frente aos indivíduos e grupos sociais que há mais tempo residiam e interagiam na cidade. Surpreendê-los nesse empreendimento, tornou possível perceber quais os recursos ideológicos que impeliram aos documentos oficiais e às atividades culturais e sociais do Vila Velha, assim como aos programas de rádio, pretendendo atrair outros sócios para o centro. Os resultados da investigação revelaram que, de fato, a ideologia suscitada pelos fazendeiros conseguiu ampliar o número de adeptos do CTG. E, ainda mais interessante, mostraram que esses novos integrantes eram, em sua maioria, migrantes do campo ou das pequenas cidades vizinhas, ou seus filhos e netos.

Juntos, esses indivíduos realizaram uma verdadeira reeleitura, na acepção que Roger Chartier imprimiu a esse termo²¹⁰, não somente do gaúcho, como de vários usos e costumes, valores e comportamentos a ele associados. Ou seja, o arquétipo do rio-grandense, no Paraná transformou-se em símbolo do homem do campo, o “gaúcho paranaense”, enquanto as suas tradições eram resignificadas e vivenciadas nas festividades promovidas pelo Vila Velha como práticas comuns no mundo rural, indiferentemente da localização estadual. A este propósito, as fontes revelaram que o campo, tal como era descrito, cantado, declamado e reproduzido pelos membros do CTG, era um mundo romantizado, perfeito, onde as disparidades econômicas não resultariam em conflito, onde as diferenças entre os grupos sociais não causavam desconforto.

Efetivamente, tal como foi discutido no terceiro capítulo, embora pequeno o núcleo urbano de Ponta Grossa oportunizava a convivência entre uma pluralidade de indivíduos e grupos, que relacionavam-se, teciam e desteciam relações de

²¹⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural...**op.cit.

reciprocidade e interdependência, trocavam bens culturais.²¹¹ Em meio a esse constante movimento²¹², era comum, natural, que a todo momento surgissem antagonismos e coerções entre os grupos, causados por desníveis de poder, desigualdades sociais, ou como também era o caso dos personagens aglutinados em torno do Vila Velha, pela diferença de valores, crenças e visões de mundo.

Sucedeu que, como verificou-se nessa investigação com a ajuda das reflexões de Elias, os sócios do primeiro CTG paranaense eram, à sua maneira, “outsiders” em meio à sociedade ponta-grossense, seja por encontrarem-se fora da sua região de origem, seja por não sentirem-se integrados aos grupos “estabelecidos” na cidade.²¹³ Assim, conquanto fosse um grupo bastante eclético, cuja convivência era implicitamente recortada por relações de poder entre patrões e peões, conflitos entre os gêneros, contradições entre interesses pessoais, eram iguais na mobilidade geográfica ou social e na procura ressocialização, eram iguais aos olhos das famílias tradicionais.

Alias, nesse momento da discussão, buscando apoio também nos estudos de Denis Cuche e Pierre Bourdieu, procurou-se destacar que ao sentimento de pertença a um grupo social específico, em contraposição aos demais que formavam Ponta Grossa, surgiu quando os membros do CTG enfrentaram a reprovação do grupo com maior poder simbólico, que veladamente os estigmatizavam.²¹⁴ Embora incapazes de inverter a situação desigual de forças, esses indivíduos empreenderam um esforço constante para reverter os critérios de avaliação de sua identidade grupal. Ou seja, em vez de dissimularem seus traços distintivos, afirmaram-se “gaúchos”... eram corajosos, honrados, não contrários a modernidade mas afeitos aos bons usos e costumes do passado...

Desse esforço resultou que, ao final da década de 1960, esses ‘outsiders’ acabaram por se fazer ouvir, por se fazer visíveis. Inicia-se, então, uma nova fase do

²¹¹ ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos...**op.cit.

²¹² Idem.

²¹³ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders...**op.cit...

²¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** op.cit.

culto às tradições gaúchas em Ponta Grossa... Novo contexto, novos significados... Mas essa já é outra história... que aguarda ser investigada por outro historiador.

1- FONTES MANUSCRITAS

- 1.1 Livros de Atas do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, referentes aos anos 1958 a 1966 e 1967 a 1980, transcritas a partir do Arquivo da Casa da Memória de Ponta Grossa.
- 1.2 Caderno de script do programa de rádio Pilchando a Tradição, escrito pela apresentadora Ana Tereza Guzone.
- 1.3 Caderno de poesias escritas pelos depoentes Ana Tereza Guzone e Reginaldo do Valle.
- 1.4 Texto literário em forma de prosa, intitulado “Eta Saudade Carboteira”, datilografado, escrito por José Corrêa Francisco.
- 1.5 Texto em forma de crônica, intitulado “Pílulas Guascas”, datilografado, escrito por Deodoro Alexandrino de Souza.
- 1.6 Livros de casamentos do Cartório de Registro Civil Santana, Ponta Grossa, referentes aos anos 1910 a 1920, 1929 a 1939, 1940 a 1945 e 1950 a 1955.

2 - FONTES IMPRESSAS

- 2.1 Artigos pesquisados no arquivo de jornais da Casa da Memória de Ponta Grossa. Coleção “Jornal da Manhã”. 1960 – 1968
- 2.2 Artigos pesquisados no arquivo de jornais do Museu Campos Gerais, em Ponta Grossa. Coleção “Diário dos Campos”. 1966-1970
- 2.3 Estatuto do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha.
- 2.4 Livro de poesias doado pelo ex-patrão do CTG Vila Velha Ivo Bittencourt, sem título.
- 2.5 Livro “Miscelânea da História de Ponta Grossa”, escrito por Maniel Cyrillo Ferreira, publicado em 1935.

3 - FONTES FOTOGRÁFICAS

- 3.1 Fotos do Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha e do Grupo Folclórico, reproduzidas a partir do álbum fotográfico de Irma de Oliveira Fonseca.
- 3.2 Fotos da cidade de Ponta Grossa, reproduzidas a partir do acervo fotográfico do Museu Campos Gerais, Ponta Grossa.
- 3.3 Fotos do Primeiro Rodeio Tradicionalista do Paraná, reproduzidas a partir do acervo fotográfico da Casa da Memória de Ponta Grossa.

4 - OUTRAS FONTES

- 4.1 LP “Coração Gaúcho” gravado pelos Irmãos Bertussi.
- 4.2 LP “Ô de casa” gravado pelos Irmãos Bertussi.
- 4.3 Cartaz de divulgação do Primeiro Rodeio Tradicionalista do Paraná.

5 – FONTES ORAIS

5.1 Entrevistas

tas

realizadas no ano de 2001, momento anterior à pesquisa mas que serviram como apoio.

- Ivo Bittencourt, fazendeiro.
- Álvaro Gomes, funcionário público.
- Ângela Oliveira.
- Irma de Oliveira Fonseca.
- Carlos Meira Martins.
- Eurides da Silva.

5.2 Entrevistas realizadas entre outubro de 2003 e maio de 2005, com

- Roseli Fonseca.
- Reginaldo do Valle
- Paulo Ferreira Pinto
- Margarida Helena Nadal Gomes
- Ana Tereza Guzone
- José Fleury Bertelli
- Otávio Lourenço de Oliveira
- Eloy Gonçalves do Valle
- José Correa Francisco
- Germano Lucas Scherdien
- Alcy Ferreira de Mattos

5.3 Entrevistas realizadas em julho de 2004, por contato telefônico, com os sócios do CTG Vila Velha, cujos nomes constavam no Livro de Atas, tornando possível rastreá-los na lista telefônica da cidade de Ponta Grossa.

BIBLIOGRAFIA

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias.** Um estudo da imigração ucraniana (1895-1995). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias.** Curitiba: UFPR, 1968.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Nativismo. Um fenômeno social gaúcho.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. **O Sentido e o Valor do Tradicionalismo.** Porto Alegre: SAMRIG, 1979.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A Aventura da Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BIGG-WHITER, Thomas. **Novo caminho no Brasil Meridional:** a província do Paraná, três anos em suas florestas e campos (1871-1875). Curitiba: UFPR, 1974.

BOBBIO, Norbert; MATTENCCI, Nicola & PASQUINO, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol.II. Ed. UNB: 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças dos Velhos**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

CHAMA, Guísela. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.

CHAVES, Flávio Loureiro. **“O gaúcho: literatura e ideologia”**. O Estado de São Paulo. Suplemento “Cultura”, ano IV, n 177, 30-10-1983.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DE PAULA, José Carlos Milléo. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-Pr**. Dissertação de Mestrado. Unesp. Rio Claro, 1993.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. O arraial do Pitangui: o Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa. In: DITZEL, C H.M. e LÖWEN SAHR, C. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador**. V. I e II. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

FAGUNDES, Antonio Augusto. **Indumentária Gaúcha**. Cadernos Gaúchos, n II. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1977.

GOLIN, Tau. **A maldição do boi: problemas da cultura gauchesca**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

_____. **Por debaixo do poncho: Contribuição à crítica da cultura gauchesca (ensaios)**. Porto Alegre: Tchê, 1987

GONÇALVES, Maria Ap. Cezar & PINTO, Elisabete Alves. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: UEPG, 1983.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wandek Melo (org) **“Narrativas da Modernidade”**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

GUTIÉRREZ, Horácio. **Terras e gado no Paraná tradicional**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

_____. **Crioulos e africanos no Paraná (1798-1830)**. In: Revista Brasileira de História, março/agosto, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999.

HAMERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

HAESBAERT DA COSTA, Rogério. **“Gaúchos” no nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, 1979.

LARA, Elisabeth Rizzato. **O gaúcho a pé: um processo de desmitificação**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1985.

LAVALLE, Aida Mansani. **Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela em Castro: teatro, cinema e modernidade (1986-1929)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MACIEL, Maria Eunice. **Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul**. Revista de Humanas. V.22. Porto Alegre, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos. **A cidade iluminada:** olhares sobre a cidade à noite destacando o território de Copacabana. In: História: Questões e Debates, n. 30. Curitiba: UFPR, 1999.

MEIHY, José Carlos S. B. (org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

MONASTIRSKI, Leonel Brizola. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. IN: DITZEL, Carmencita de Holleben & SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisada.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. **Paróquia Sul de Curitiba, sua gente, sua identidade.** Descendentes de alemães, luteranos e migrantes. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2000.

MOURA, Hélio A. (coord.) **Migração Interna.** Textos Seleccionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

NUNES, Zeno Cardoso & NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEN, Ruben George. **“O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental”: o Tradicionalismo Gaúcho.** In: Cadernos de Antropologia. Porto Alegre: IFCHL/UFRGS, 1992.

_____ . **A Parte e o Todo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

_____ . **São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1993.

_____ . **“A fabricação do gaúcho”**. Ciências Sociais Hoje 1984. (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia), 1984.

_____ . **O Rio Grande do Sul e o Brasil**. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1993.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná reinventado**. Cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jahaty. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____ . **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ . Historiografia e Ideologia. IN: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PINTO, Elisabete Alves & GONÇALVES, Maria Aparecida. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.

RAMOS, Maria Bernadete Flores. **Oktoberfest : turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C H.M. e LÖWEN SAHR, C. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

SAINT-HILAIRE, August. **A viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Revisando Haussmann**. Os limites da comparação: a Cidade, A arquitetura e os Espaços Verdes (o caso de Belo Horizonte). In: Revista USP, n. 26, jun/agosto, 1995.

SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e cidade. Depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios) Curitiba: SEED, 2001.

SARAIVA, Glaucus. **Manual do Tradicionalista. Orientação Geral para Tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas**. Porto Alegre: Sulina, 1968.

SILVA, Edson Armando. **O povo faz a história**. Ponta Grossa: 1920-1945. Relatório de Pesquisa. Ponta Grossa: UEPG, 1994.

SOPELSA, Renata. **A “princesa” de “bota, chapéu e mango, bem ao estilo campeiro”**: o Tradicionalismo Gaúcho em Ponta Grossa. (1956-1978). Monografia de Especialização. Ponta Grossa, 2003.

_____. Movimento Tradicionalista Gaúcho em Ponta Grossa: tradição x modernidade. In: **Espaço Plural**. Caderno de Ciências, Filosofia e Artes, ano III, n. 9. UNIOESTE, 2002.

VERÍSSIMO, Erico. “Um romancista apresenta sua terra”. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre, Globo, 1969.

WACHONOVICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1977.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Lapa, um pouso, uma legenda. IN: **Álbum Fotográfico Cidade da Lapa**. Secretária do Estado do Paraná. Curitiba, 1982.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro & ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Espelho e modelo**. A internacionalização do pensamento urbanístico. Curitiba na virada do século. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XIX Reunião. Curitiba, 1999.

_____. **Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional**. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Curitiba, n 1997.

VERÍSSIMO, Erico. “Um romancista apresenta sua terra”. In: **Rio Grande do Sul. Terra e Povo**. Porto Alegre, Globo, 1969.

